



“TEM GENTE QUE NEM ENTENDE O QUE A GENTE ESTÁ FAZENDO, AINDA”: A
EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA NO BRASIL

Clécio Cardoso Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Rio de Janeiro
Março de 2022

“TEM GENTE QUE NEM ENTENDE O QUE A GENTE ESTÁ FAZENDO, AINDA”: A
EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA NO BRASIL

Clécio Cardoso Santos

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTAÇÃO.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Aprovada por: Prof. Henrique Luiz Cukierman

Prof. Celso Alexandre Souza de Alvear

Profa. Katemari Diogo da Rosa

Prof. Henrique Cunha Junior

Profa. Talita de Oliveira

Prof. Paulo Roberto Oliveira

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

MARÇO DE 2022

Santos, Clécio Cardoso

“Tem gente que nem entende o que a gente está fazendo, ainda”: A emergência do ativismo digital antirracista no Brasil / Clécio Cardoso Santos. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2022.

VIII, 135 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, 2022.

Referências Bibliográficas: p. 114-131.

1. Ativismo digital antirracista. 2. Raça e Tecnologia. 3. Relações Étnico-Raciais. I. Cukierman, Henrique Luiz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Sistemas e Computação. III. Título.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

“TEM GENTE QUE NEM ENTENDE O QUE A GENTE ESTÁ FAZENDO, AINDA”: A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA NO BRASIL

Clécio Cardoso Santos

Março/2022

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Programa: Engenharia de Sistemas e Computação

Esta dissertação desenvolve um estudo sobre a emergência do ativismo digital antirracista no Brasil. O estudo é conduzido por meio de revisão bibliográfica, entrevistas com fundadoras de iniciativas digitais antirracistas, observação participante e acompanhamento de notícias na imprensa. Abre-se o estudo discutindo a pergunta “Você é engenheiro ou negro?”, resgatada de uma cena do filme *12 Anos de Escravidão*, ganhador do Oscar de melhor filme e melhor roteiro adaptado do ano de 2014. A pergunta é tomada como fio condutor para analisar o imaginário coletivo brasileiro acerca das noções de raça, classe e cidadania, assim como para resgatar a contribuição dos povos africanos e de seus descendentes à engenharia nacional. O tema central é analisado levando-se em consideração que, de 2012 a 2018, a população autodeclarada branca decresceu em mais de 2 milhões, enquanto a população autodeclarada preta cresceu em quase 5 milhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Defende-se que essa significativa mudança registrada nas pesquisas estatísticas está associada ao movimento de afirmação da identidade negra, o qual, por sua vez, emerge como elemento agregador das iniciativas digitais antirracistas pesquisadas neste trabalho. Constrói-se uma tabela com informações sobre algumas das mais notáveis iniciativas surgidas nas últimas duas décadas, com especial atenção aos últimos cinco anos, de modo a servir de consulta para pesquisadoras interessadas em seu aprofundar no tema. Conclui-se pela necessidade de ampliação do campo de estudos sobre raça e tecnologia no Brasil, o qual ainda se encontra num estado incipiente.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

“SOME PEOPLE STILL DON’T EVEN GET WHAT WE’RE DOING”: THE
EMERGENCE OF ANTIRACIST DIGITAL ACTIVISM IN BRAZIL

Clécio Cardoso Santos

March/2022

Advisor: Henrique Luiz Cukierman

Department: Systems Engineering and Computer Science Program

This work is a study on the emergence of antiracist digital activism in Brazil conducted through bibliographic review, interviews with antiracist digital initiative founders, participant observation, and tracking of media and news. The opening question "Are you an engineer or a nigger?" taken from a scene from the film *12 Years a Slave* – Best Picture and Best Adapted Screen Oscar winner of 2014 – sets the stage to discuss the Brazilian collective imaginary about notions of race, class, and citizenship, and also to highlight the contributions of Africans and their descendants to developments in engineering in Brazil. A main consideration of this study is the fact that from 2012 to 2018, the Brazilian population that self-identifies as White has decreased by more than 2 million people, while those that self-identify as Black has increased by almost 5 million people according to data from the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). This work argues that the great change registered in the official statistics is associated with the movement for Black identity affirmation, which in turn emerges as a source of collective engagement for the antiracist digital initiatives considered here. This work also includes a table containing information about some of the most notable initiatives created in the last two decades which can serve as a reference for researchers interested in the topic. Finally, it demonstrates the need for a broader field of study on race and technology in Brazil, which at this point is still in its early stages.

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO: VOCÊ É ENGENHEIRO OU NEGRO?	1
1.1 Luz, câmera, ação!.....	1
1.2 Pode o negro ser cidadão?	5
1.3 E engenheiro, o negro pode ser?	12
1.4 A realidade atual	13
1.5 O papel da educação	18
1.6 Precisamos falar sobre isso.....	26
2 UM TEMA DO PRESENTE PARA CONSTRUIR O FUTURO	28
3 RACISMO COMO UMA INFRAESTRUTURA QUE PERDEU A INVISIBILIDADE ...	39
4 A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA	54
5 A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA NO BRASIL.....	74
5.1 Do branqueamento ao Afrodengo	74
5.2 O mito da tecnofobia negra	82
5.3 Considerações sobre a “divisão digital”	85
5.4 Raça e racismo nos estudos da internet.....	89
5.5 Por uma teoria crítica da branquitude.....	98
5.6 As experiências brasileiras	101
5.7 Análise preliminar.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
NOTAS DE TRADUÇÃO	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Contraste racial entre uma turma de medicina e uma turma de garis.....	7
Figura 2. Publicação racista de uma jornalista potiguar sobre médicas cubanas.	9
Figura 3. Publicação elitista de professora universitária.....	11
Figura 4. Roger Machado, à esquerda, e Marcão, à direita.....	14
Figura 5. Faixa e cartaz reivindicando cotas raciais na USP.....	18
Figura 6. Os irmãos André e Antônio Rebouças, importantes engenheiros do Império do Brasil.....	23
Figura 7. Teodoro Sampaio, engenheiro, geógrafo e historiador.	25
Figura 8. Enedina Alves Marques, à esquerda, com as professoras do Grupo Barão de Antonina, em Rio Negro (PR), na década de 1930.	26
Figura 9. Rolezinho para assistir ao filme “Pantera Negra” no shopping Leblon, em 19/02/2018, no Rio.	36
Figura 10. Propaganda anti-cotas.	40
Figura 11. A Redenção de Cam (1895).....	75
Figura 12. Captura de tela da página do grupo Afrodengo no Facebook	78
Figura 13. Captura de tela da matéria do Portal G1 sobre o Afrodengo em 12/06/2019.	82
Figura 14. Captura de tela do formulário de cadastro de publicidade no Facebook. ...	94
Figura 15. Lançamento do AfroSaúde. Da esquerda para a direita: eu, Igor Rocha (cofundador do AfroSaúde), Lorena Ifé (criadora do grupo Afrodengo) e Arthur Lima (cofundador do AfroSaúde).....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Panorama do ativismo digital antirracista no Brasil	104
---	-----

1 PRÓLOGO: VOCÊ É ENGENHEIRO OU NEGRO?¹

Cara leitora, ou caro leitor², o convite que lhe faço é para me acompanhar numa viagem no tempo e no espaço. Nesta viagem, apresentarei cenas que dissolvem tanto a fronteira entre ficção e realidade quanto a distinção entre raça e classe em sociedades organizadas pela escravidão. Com base em tais cenas, fatos e referências teóricas, discutiremos a íntima relação entre os conceitos de raça, classe e cidadania no Brasil, tendo como fio condutor uma pergunta intrigante: “você é engenheiro ou negro?”. Preparada?

1.1 Luz, câmera, ação!

Cena 1

Algum dia entre os anos de 1841 e 1853, no sul dos Estados Unidos da América. Solomon Northup, um homem escravizado, estava explicando ao seu senhor o plano que desenvolvera para resolver um problema de transporte de cargas dentro da fazenda:

– O riacho é fundo o suficiente para navegar, mesmo com um barco completamente carregado. A distância entre a área de trabalho e o pântano pelo rio é muitos quilômetros mais curta do que por terra. Ocorreu-me que o custo com o transporte seria significativamente reduzido se usássemos a hidrovía.

Inconformado com os conhecimentos técnicos demonstrados pelo escravo, o capataz da fazenda, que tentava convencer o senhor a seguir outro plano, interrompeu Solomon e o questionou:

– Você é engenheiro ou negro?

Um silêncio tomou conta do ambiente. Solomon e o senhor olharam intrigados para o capataz, como quem tentava entender aonde ele queria chegar. O capataz, visivelmente irritado, fitando Solomon nos olhos, repetiu a pergunta:

– Você é engenheiro ou negro?

¹ Este capítulo foi originalmente publicado, em versão reduzida e com pequenas modificações, na Revista Tecnologia & Cultura do CEFET/RJ (Santos, 2021).

² Para não tornar a leitura cansativa, repetindo com frequência “a leitora ou o leitor”, no restante desta dissertação utilizarei somente o gênero feminino para me dirigir tanto às minhas leitoras quanto aos meus leitores.

A Cena 1 descreve uma cena do filme 12 Anos de Escravidão (2013), vencedor do Oscar de melhor filme e melhor roteiro adaptado do ano de 2014. O questionamento “Você é engenheiro ou negro?”, feito insistentemente pelo capataz, pode parecer sem sentido num primeiro momento. Afinal, que oposição pode existir entre uma profissão e uma cor de pele? Por acaso pessoas de pele escura teriam alguma condição natural que as impedisse de conceber e realizar um projeto de engenharia? Por outro lado, o exercício da engenharia teria necessariamente algum efeito inibidor sobre a produção de eumelanina³, impedindo o engenheiro ou a engenheira de ter a pele escura? Ora, sabemos que a resposta para ambas as perguntas é um sonoro “não”. Então, o que o capataz está querendo dizer?

Se interpretarmos a palavra “negro” apenas como a designação de uma cor de pele, ou mesmo de um conjunto de características físicas e culturais relativas a uma origem étnica, e a palavra “engenheiro” apenas como a designação de uma profissão, ou mesmo de um conjunto de habilidades técnicas que uma pessoa possui, a pergunta do capataz se torna incompreensível. Interpretada desta maneira, sua pergunta faria tanto sentido quanto perguntar a uma pessoa se ela é juíza ou europeia, ou se ela é médica ou asiática. Ou seja, o capataz estaria tentando opor duas coisas de naturezas distintas.

Neste ponto, já sabemos que só compreenderemos o questionamento do capataz se encontrarmos uma interpretação de natureza comum com sentidos opostos para os termos “engenheiro” e “negro”. Para buscar essa interpretação, deixemos Solomon e seu senhor confusos diante do capataz por uns instantes e vejamos outras duas cenas.

Cena 2

Anos 1950, Rio de Janeiro. Róbson era um jogador de futebol bem-sucedido, além de ser funcionário público e pequeno empresário. Jogava no Fluminense, trabalhava na Imprensa Nacional e ainda mantinha uma alfaiataria. Certa noite, Róbson e seu colega de time Orlando, o Pingo de Ouro, estavam sendo levados ao Fluminense por Benício Ferreira Filho quando, de repente, um casal, possivelmente bêbado, atravessou sem olhar a rua Soares Cabral. Para evitar o atropelamento, Ferreira Filho freou bruscamente o carro, fazendo com que Orlando batesse a testa

³ A eumelanina é uma das duas classes principais de melanina, proteína responsável pela coloração da pele. A eumelanina possui cor acastanhada ou preta, enquanto a feomelanina possui cor avermelhada ou amarelada (MELANINA, 2020).

no para-brisa. Irritado, Orlando insultou:

– Seus pretos sujos, imundos!

O casal, trocando as pernas, se escutou, não achou que era com eles, e se achou, não deu importância, e se deu, entendeu por bem ignorar e seguir seu caminho. Sem resposta aos seus insultos, Orlando continuou irritado. Foi então que Róbson tentou acalmá-lo, dizendo:

– Não faz isso, Orlando. Eu já fui preto e sei o que é isso.

A leitora que me acompanha pode estar pensando: “ora, quando pensei que ele ia esclarecer, ele confundiu ainda mais! Como alguém que nasceu preto pode deixar de ser preto? Esse Róbson não deve bater bem da cabeça; ele ou o autor que escreveu essa cena”. A quem possa estar pensando desta forma, primeiro devo dizer que a Cena 2 é baseada num episódio real contado pelo jornalista Mário Filho em seu livro clássico *O Negro no Futebol Brasileiro*, cuja primeira edição é de 1947. O episódio foi recontado mais recentemente por César Gordon Jr (1996) em seu artigo “*Eu já fui preto e sei o que é isso*” - *História social dos negros no futebol brasileiro: Segundo Tempo*. Dito isto, devo agora tentar acalmar a leitora impaciente, dizendo: “Não faz isso, cara leitora. Eu também já pensei que negro ou preto dizia respeito apenas à cor da pele de alguém, ou a um conjunto de características inatas e permanentes vinculadas à sua genética e à sua origem étnica”.

Acontece que só podemos compreender a frase de Róbson se entendermos a classificação racial de uma pessoa não apenas como uma demarcação de suas características étnicas, mas também, e eu diria principalmente, como uma demarcação de posição na hierarquia social, onde aos negros é conferida uma posição inferior. É levando em conta essa segunda dimensão da classificação racial que podemos compreender por que Róbson, apesar de possuir a pele escura, conjugou o verbo “ser” no passado para se referir a sua própria condição de “preto”. Afinal, ele agora tinha uma posição respeitável na sociedade: era servidor público, pequeno empresário e ainda jogador de um clube da classe alta da cidade. Nesta posição de prestígio na hierarquia social, Róbson talvez considerasse não ser mais um possível alvo de insultos racistas, como os proferidos por Orlando. Ou seja, ele não seria mais “preto”. Será?

Cena 3

Noite de sábado, 4 de julho de 2020, Rio de Janeiro. Fiscais da Vigilância

Sanitária estavam fazendo uma ronda para verificar se bares e restaurantes da cidade estavam cumprindo as medidas de prevenção à transmissão do coronavírus, entre elas o distanciamento de 2 metros entre as mesas. Era o primeiro final de semana de abertura desse tipo de estabelecimento desde a interrupção do funcionamento por causa da pandemia de Covid-19. Após determinar o fechamento de um bar por descumprimento das medidas sanitárias, o superintendente de Educação e Projetos da Vigilância Sanitária do Rio, Flávio Graça, foi abordado por um casal de clientes inconformados. Visivelmente alcoolizados e irritados, o homem e a mulher o questionaram intempestivamente:

Homem: Não vai falar com seu chefe, não?

Mulher: A gente paga você, filho. O seu salário sai do meu bolso.

Homem: Cadê sua trena? Quero saber como você mediu sem trena.

Fiscal: Tá, cidadão.

Mulher: Cidadão, não. Engenheiro civil, formado. Melhor do que você.

A Cena 3 foi flagrada por uma equipe do programa Fantástico (2020), da TV Globo, que a exibiu na noite de 5 de julho de 2020. Novamente, estamos diante de uma oposição entre termos de naturezas aparentemente distintas: “cidadão” e “engenheiro civil”. Afinal de contas, a cidadania em nada se opõe ao exercício de uma determinada profissão. Pelo contrário, esta é parte daquela.

Acontece que, assim como na Cena 2, só podemos compreender a oposição colocada pela mulher se ampliarmos o campo semântico associado ao termo “engenheiro civil”. No contexto do diálogo com o fiscal, a mulher invocou o diploma de engenheiro civil do seu companheiro não para salientar suas capacidades técnicas - que naquela situação não estavam em debate -, mas para demarcar sua posição na hierarquia social. Para ela, um engenheiro civil está acima de um cidadão. O sentido de superioridade social é reforçado por frases como “melhor do que você” e “o seu salário sai do meu bolso”⁴.

“Ok”, pode dizer a leitora que me acompanha, “você trouxe uma cena de meados do século XX, no Rio de Janeiro, Brasil, para mostrar que o termo ‘preto’, além de designar características étnicas, também pode significar uma posição na

⁴ A frase “Cidadão não, engenheiro civil, formado, melhor do que você” viralizou nas redes sociais como a representação da soberba e da arrogância de quem se sente superior em virtude de um diploma universitário. Ver, por exemplo: <https://istoe.com.br/cidadao-nao-engenheiro-civil-casal-que-atacou-fiscais-no-rio-e-criticado-nas-redes/> e <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/07/06/a-fala-cidadao-nao-engenheiro-civil-formado-melhor-do-que-voce-eco-nas-redes-como-amostra-da-arrogancia-brasileira/>. Acesso em: 27/02/2021.

hierarquia social. Depois, trouxe uma cena muito recente, na mesma cidade, para mostrar que o termo ‘engenheiro civil’, além de designar uma qualificação acadêmica e profissional, também pode servir para demarcar uma posição na hierarquia social. Mas o que estas cenas podem contribuir na compreensão de outra que se passa em meados do século XIX no sul dos EUA?”. Se não foi o que você pensou, tudo bem, mas devo responder mesmo assim, pois a resposta desta pergunta é o fio condutor deste capítulo.

A articulação destas cenas é possível porque tanto os EUA como o Brasil possuem em comum uma história ligada ao colonialismo e à escravidão (DAVIS, 2016; NASCIMENTO, 2016). Ambos os países tiveram suas estruturas sociais e econômicas formadas a partir da escravização de africanos e pela ideologia da superioridade europeia. Também ambos os países se encontram ainda hoje racialmente estruturados (ALMEIDA, 2020). São estas similaridades que nos permitem relacionar um diálogo dentro de uma fazenda no sul escravista dos EUA no século XIX com outro na frente de um bar da segunda maior cidade do Brasil no século XXI.

Ao questionar ironicamente “Você é engenheiro ou negro?”, o capataz da fazenda estava dizendo que engenheiro e negro são posições sociais distintas, sendo a segunda inferior à primeira; e que Solomon, como se encontrava na condição de escravizado, portanto “negro”, não poderia ser reconhecido como detentor de conhecimentos reservados àqueles merecedores do título de “engenheiro”. Da mesma forma, a mulher do cidadão-não-engenheiro-civil estava reivindicando que seu companheiro fosse tratado de uma maneira distinta da que mereceria um cidadão, visto que se tratava de um engenheiro formado, portanto “melhor do que você”.

Em ambas as situações, a categoria “engenheiro” é invocada como representação de superioridade social. Mas se engana quem concluir precipitadamente que “cidadão” e “negro” estão em pé de igualdade como categorias socialmente desprestigiadas. Um tratamento digno de cidadão talvez fosse tudo que Róbson desejasse para o casal que atravessou a rua sem olhar, mas Orlando os tratou como “pretos”. E todos sabem como se tratam os pretos, conforme já disseram Caetano Veloso e Gilberto Gil na música Haiti.

1.2 Pode o negro ser cidadão?

Como já afirmou o célebre geógrafo Milton Santos (1997, p. 134), “no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias” – como o casal de clientes do bar na Cena 3 –, “e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos” –

como o casal que atravessou a rua sem olhar na Cena 2. A cidadania, explicou o geógrafo, “é o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos e a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais” (SANTOS, 1997, p. 135). “Ser cidadão”, portanto, “é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado” (SANTOS, 1997, p. 133).

Ainda de acordo com este importante pensador brasileiro, a classe média não é formada por cidadãos porque “não é preocupada com direitos, mas com privilégios. [...] E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos” (SANTOS, 1997, p. 133-134). Podemos verificar a validade desta afirmação na reivindicação da mulher do engenheiro civil por um tratamento mais privilegiado para o seu companheiro, mas também na reação contrária de parte da classe média à adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades federais, sobretudo contra políticas de reserva de vagas para negros, conhecidas como as “cotas raciais”.

Um destes abastados militantes contra as “cotas”, o jornalista e diretor da Rede Globo Ali Kamel, chegou a publicar um livro intitulado *Não Somos Racistas* (2006), no qual afirma que, no Brasil, “após a Abolição, nunca houve barreiras institucionais a negros ou a qualquer outra etnia” (KAMEL, 2006, p. 20). Ora, sabemos que uma afirmação como essa não resiste, por exemplo, a um breve exame das políticas oficiais de imigração adotadas pelo Estado brasileiro logo após a Abolição (como farei no Capítulo 3). Mas nem seria preciso. Estou convicto de que qualquer pessoa com um olhar atento para a realidade em sua volta pode perceber por si mesma o que as imagens abaixo escancaram: a existência de uma gritante barreira de cor no seio da sociedade brasileira (ver Figura 1).



Figura 1. Contraste racial entre uma turma de medicina e uma turma de garis.
Fonte: Mídia Ninja (2017)

A montagem acima contém duas fotos: na de cima, vemos uma turma de formandos em medicina, e na de baixo, uma turma de garis, ambas no Rio de Janeiro, por volta de 2015. Por mais que se possa encontrar uma ou outra pessoa negra na foto de cima, e uma ou outra pessoa branca na de baixo, o contraste entre as duas não deixa dúvidas: apesar de compor a maioria da população brasileira, os negros não se veem representados na mesma proporção nas profissões mais prestigiadas e bem remuneradas, como a medicina.

Afirmado adotar a perspectiva de jornalista, Kamel (2006, p. 17-18) se descreve como “alguém especializado em ver o imediato das coisas”, “alguém mais próximo do cidadão comum”. Portanto, não podemos supor que sua oposição às políticas de ações afirmativas seja fruto da falta de um olhar atento à realidade em sua volta. Como bem sabemos, por promover aos negros e pobres deste país o direito de acesso ao ensino superior público, essas políticas incomodam aqueles que tinham acesso quase exclusivo a essas instituições.

A validade das afirmações de Santos (1997) pode ainda ser verificada no espremeio de setores da classe média diante da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida como PEC das domésticas. Apesar de apenas estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, a aprovação da PEC, em março de 2013⁵, revoltou patrões acostumados a tratar suas empregadas “como se fossem da família”, porém sem direito a férias, 13º salário, cumprindo jornadas exaustivas e, muitas vezes, tendo que dormir no trabalho sem pagamento de horas extras: um exemplo inequívoco do legado da escravidão na nossa estrutura socioeconômica.

Um representante desses patrões, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que votou contra a PEC, expressou assim sua indignação à época da votação: “Chega a ser um absurdo aqui, se minha babá tiver um filho até seis anos de idade, eu tenho de pagar creche para o filho da babá do meu filho. É inexplicável a irresponsabilidade” (*apud* PIERRY, 2018).

Para que não se perca de vista a influência do racismo na negação de direitos às empregadas domésticas, vale ainda lembrar de um episódio do mesmo ano da aprovação da PEC das domésticas. No dia 24 de agosto, um sábado, o Brasil recebeu o primeiro grupo de médicos cubanos para trabalhar no programa Mais Médicos do governo federal (JORNAL NACIONAL, 2013). O programa fora anunciado pela então presidenta Dilma Rousseff como uma das medidas de resposta às manifestações que tomaram as ruas do país em junho daquele ano. Com o Mais Médicos, o governo pretendia promover acesso à saúde a populações de regiões remotas e das periferias das grandes cidades, onde havia uma baixa proporção de médicos por habitantes.

A chegada dos médicos cubanos aconteceu em meio a críticas e resistência de parte da classe médica brasileira. Entre os argumentos, estavam o de que os médicos cubanos receberiam menos do que os brasileiros, numa suposta preocupação com seu regime de trabalho. Mas o preconceito era indisfarçável. Valendo-se da exigência burocrática do exame de revalidação de diploma expedido no exterior, o Conselho Federal de Medicina prometeu não conceder o registro profissional aos médicos cubanos, alegando não ter como avaliar a capacidade técnica deles. Ignorava o Conselho, ou, mais propriamente, optava por não reconhecer, a larga experiência dos médicos da ilha caribenha em missões humanitárias mundo afora.

Todavia, a manifestação mais explícita do racismo que subsidiava as desconfianças de parte da classe médica – e, mais amplamente, da classe média brasileira – em relação às capacidades técnicas dos médicos cubanos viria de uma

⁵ Quando então se tornou a Emenda Constitucional 72/2013. Mais tarde, deu origem à Lei Complementar 150/2015.

jornalista do Rio Grande do Norte. No dia 27 de agosto, três dias depois da chegada do primeiro grupo ao Brasil, a jornalista Micheline Borges publicou na sua página pessoal no Facebook que as médicas cubanas tinham cara de empregada doméstica (ver Figura 2). Afirmando que médico tem cara de médico e se impõe pela aparência, ela questionou se as cubanas eram médicas mesmo e se entendiam de dengue e febre amarela.



Figura 2. Publicação racista de uma jornalista potiguar sobre médicas cubanas.
Fonte: G1 RN (2013)

Um outro exemplo de como a classe média, em seu apetite por privilégios, resiste à ampliação de direitos para os demais brasileiros está nas recorrentes comparações de aeroportos com rodoviárias nos últimos anos. Para entender o contexto dessas comparações, precisamos voltar a 2011.

Findados os 8 anos de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil⁶, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou uma pesquisa que apontou para uma expressiva ascensão social dos mais pobres durante esse período (D'ÉRCOLE, 2011). De acordo com a FGV, de 2003 a maio de 2011, cerca de 40 milhões de

⁶ Após ter ficado em segundo lugar nas eleições de 1989, 1994 e 1998, Lula, como é popularmente conhecido, foi eleito em 2002 e reeleito em 2006, cumprindo dois mandatos de 4 anos.

brasileiros deixaram a pobreza e ingressaram na classe média. A pesquisa apontou ainda que o Brasil era “o país dos Brics (grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul) que melhor [estava conseguindo] conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais” (D’ÉRCOLE, 2011).

O clima nacional era de otimismo. Segundo a mesma pesquisa, os brasileiros eram o povo mais feliz do mundo, literalmente. De 0 a 10, os brasileiros deram, em média, nota “8,7 à expectativa de satisfação com a vida em 2014, a melhor avaliação numa amostra de 146 países pesquisados, cuja média foi de 6,5. Em relação à condição atual de vida, o brasileiro também lidera[va] o ranking, com nota média 7.” (D’ÉRCOLE, 2011).

Mas nem todo mundo ficou feliz. Com a chegada da chamada “nova classe média” aos aeroportos, aquela que lá já estava começou a demonstrar seu incômodo ao ter que dividir espaço com quem antes só andava de ônibus. De lá para cá, diversas manifestações de preconceito ganharam notoriedade na mídia. Em fevereiro de 2019, a apresentadora de TV Ticiane Pinheiro publicou um vídeo nas suas redes sociais mostrando uma longa fila no saguão de um aeroporto no Rio de Janeiro. Junto ao vídeo, ela escreveu: “Olha a fila para passar no detector de metais! Aeroporto virou rodoviária!” (EXTRA, 2019). Vários internautas criticaram o comentário da apresentadora. Numa página no Facebook, um deles escreveu: “O patrão fica louco quando encontra com a família da empregada no aeroporto” (EXTRA, 2019).

Três meses depois, foi a vez de Lilian Aragão, esposa do famoso humorista Renato Aragão, demonstrar nas redes sociais o seu incômodo com a mudança no perfil dos usuários dos aeroportos. Numa série de vídeos publicados em sua conta no Instagram, ela disse: “Aeroporto está parecendo rodoviária. Vim no voo com um cara de bermuda e chinelo do Rio de Janeiro para São Paulo” (MARIE CLAIRE, 2019). Novamente, internautas reagiram. Uma delas escreveu: “Vou ali alugar uma roupa de festa para a madame me ver bonita no aeroporto” (MARIE CLAIRE, 2019).

O caso mais famoso, entretanto, aconteceu em 2014. Rosa Marina Meyer, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), publicou na sua página pessoal no Facebook a foto de um homem de bermuda e camiseta regata no saguão do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Como legenda, escreveu: “Aeroporto ou rodoviária?” (G1 RIO, 2014b). Nos comentários da publicação, entre mensagens de amigos ridicularizando o homem, ela continuou: “O pior é que o Mr. Rodoviária está no meu voo. Ao menos, não no meu lado. Ufa!” (ver Figura 3).



Figura 3. Publicação elitista de professora universitária.
Fonte: G1 RIO (2014a)

A publicação gerou revolta nas redes sociais e chegou ao conhecimento do homem fotografado, o advogado Marcelo Santos. Morador de Minas Gerais, ele havia acabado de retornar de uma viagem de cruzeiro internacional, cujo destino final foi o Rio de Janeiro. Antes de pegar o voo de volta para casa, resolveu aproveitar o dia de calor no verão carioca em trajés adequadamente confortáveis. Estarrecido com o preconceito demonstrado por uma profissional da educação, ele fez as seguintes declarações:

Como educadora, ela está dando péssimo exemplo de *cidadania* e profissão. Pelo que eu estou vendo, o pessoal está indignado não só pelo Marcelo [ele está falando de si na terceira pessoa], mas todo mundo se sente essa pessoa naquela situação. Ela não ofendeu o Marcelo em si, mas quem estava no aeroporto, como se fosse impossível. Ela simplesmente criticou o traje da pessoa, e sabemos que no Brasil todo mundo está sujeito a usar isso. [...] [É] decepcionante ver que pessoas ligadas à nossa educação têm essa postura em relação ao *cidadão*. (G1 RIO, 2014b, grifos nossos)

É interessante observar que Marcelo, a um só tempo, criticou o “péssimo exemplo de cidadania” dado pela professora universitária e se afirmou “cidadão”.

Nesta condição, ele buscou se irmanar com “todo mundo” que, no Brasil, “está sujeito a usar isso [os mesmos trajes]”. Mas, como ele descobriu na prática, nem sua profissão de advogado, nem o fato de ser um dos poucos brasileiros que podem desfrutar da experiência de um cruzeiro internacional, e nem sua pele razoavelmente clara garantem o respeito a sua cidadania se a sua aparência não estiver de acordo com os padrões elitistas da classe média brasileira.

Nosso ilustre geógrafo de pele escura como a noite sabia muito bem disso. “O meu caso é como o de todos os negros neste país”, disse Santos (1997, p. 135). “Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me mostra que não sou cidadão neste país” (SANTOS, 1997, p. 134).

1.3 E engenheiro, o negro pode ser?

Mas afinal, se nem cidadão o negro pode ser, pode uma pessoa ser negra e engenheira ao mesmo tempo? Façamos aqui um exercício de imaginação. Qual não seria, por exemplo, a reação do capataz sulista se alguém o mostrasse um artigo no *Liberator*, pioneiro jornal abolicionista americano, criado por William Lloyd Garrison na década de 1830 (DAVIS, 2016, p. 47-49), com um título como “Conheça a história dos Irmãos Rebouças, os primeiros engenheiros negros do Brasil”⁷? Será que sairia exclamando “Impossível! Ou eles são engenheiros ou são negros!”? Certamente ficaria bastante contrariado.

Neste ponto, nossa leitora pode estar pensando, com razão, que dei uma forçada nesse exemplo imaginado. Isto porque os irmãos André e Antônio Rebouças tinham apenas 4 e 3 anos, respectivamente, quando Solomon Northup, um homem livre de Nova York, com experiência em trabalhos de engenharia, foi sequestrado e vendido como escravo no sul dos EUA. A trajetória que consagraria os irmãos Rebouças como importantes engenheiros do Império do Brasil começaria só em 1854, um ano após o colega estadunidense ser resgatado por autoridades novaiorquinas, quando os dois ingressaram no curso de engenharia da Escola Militar, no Rio de Janeiro (MARASCIULO, 2020).

Tudo bem, vamos diminuir o lapso temporal do nosso exercício de imaginação. Qual não seria então a reação de Róbson se ficasse sabendo que, do casal insultado como “pretos sujos, imundos” por Orlando, uma das pessoas fosse a senhora Enedina Alves Marques, engenheira civil do Departamento Estadual de Águas e Energia

⁷ Título efetivamente dado a um artigo de Thamiris Treigher (2018) para o site do INBEC Pós-Graduação. Disponível em: <<https://inbec.com.br/blog/conheca-historia-irmaos-reboucas-primeiros-engenheiros-negros-brasil>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Elétrica do Paraná, que, aproveitando uns dias de férias no Rio de Janeiro, preferiu ignorar Orlando em vez de mostrá-lo a arma que carregava sempre à cintura? Pensaria ainda Róbson que sua posição social o afastaria definitivamente da possibilidade de ser tratado como “preto”?

Aqui minha leitora pode advertir que, naqueles anos 1950, ainda não havia muitas referências de pessoas negras “bem-posicionadas” na sociedade. Enedina Alves Marques, vivendo seus primeiros anos de profissão, não era ainda celebrada como a primeira mulher a se formar em engenharia no Estado do Paraná e a primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil, reconhecimento que só viria muitos anos após a sua morte (FERNANDES, 2014). Naquele momento, ela era apenas a exceção que confirmava a regra.

O Brasil e o mundo também não tinham ainda coroado o rei Pelé. Diferente de Róbson, o maior atleta do século XX continuaria se afirmando “preto” mesmo depois do sucesso. Mais do que isso, o negro Edson Arantes do Nascimento se tornaria a imagem do povo brasileiro para o mundo, influenciando as gerações seguintes. Mas naquela metade de século, ainda era difícil se afirmar “preto” sem ser um Pelé. A discriminação racial no trabalho, por exemplo, acontecia explícita e impunemente. Como relatou Abdias Nascimento (1977/2016, p. 97):

Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa.

Portanto, ao ponderar o contexto da época, minha leitora pode aceitar como compreensível que Róbson fizesse uma associação direta entre raça e classe e, assim, considerasse ter deixado de ser preto ao alcançar uma posição respeitável na sociedade. Novamente darei razão à minha leitora.

1.4 A realidade atual

Mas o que podemos falar dos dias atuais? Decorridos mais de 130 anos desde a abolição da escravidão no Brasil, a pergunta “Você é engenheiro ou negro?” já

deixou de fazer sentido por aqui? A Cena 3 nos sugere que não. Se, ainda hoje, um título de engenheiro civil pode ser usado para reivindicar um tratamento mais privilegiado do que o de um cidadão, o que dizer da diferença entre um engenheiro e um negro, cuja cidadania tem sido historicamente mutilada (SANTOS, 1997)?

Quem nos ajuda a responder esta pergunta é Roger Machado, outro ex-jogador do Fluminense. Em outubro de 2019, Machado era técnico do Esporte Clube Bahia quando sua equipe foi ao Rio de Janeiro enfrentar o Fluminense, dirigido pelo também ex-jogador do clube Marcão, numa partida válida pela série A do campeonato brasileiro. Os dois eram os únicos técnicos negros entre os 20 clubes que disputavam a divisão de elite do campeonato nacional naquele ano. Antes da partida, ambos vestiram a camisa do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, numa campanha de luta contra o racismo no futebol (ver Figura 4).



Figura 4. Roger Machado, à esquerda, e Marcão, à direita.
Fonte: Sousa (2019)

Na coletiva de imprensa após a partida, uma jornalista perguntou a Machado qual a sua avaliação sobre a importância da campanha. Foi então que o ex-jogador impressionou a todos com uma resposta longa, tranquila, mas bastante contundente.

Não deveria chamar atenção e ter repercussão grande dois treinadores negros estarem se enfrentando na área técnica, depois

de [terem sido] protagonistas dentro do campo. Mas, para mim, essa é a prova que existe o preconceito, porque é algo que chama atenção. À medida que a gente tem mais de 50% da população negra e a proporcionalidade que se representa não é igual. Eu acho que a gente tem que refletir e se questionar. Se não há preconceito no Brasil, por que os negros têm o nível de escolaridade menor que o dos brancos? Por que a população carcerária, 70% dela é negra? Por que quem mais morre são os jovens negros no Brasil? Por que os menores salários, entre negros e brancos, são para os negros? Entre as mulheres negras e brancas, são para as negras? Por que, entre as mulheres, quem mais morre são as mulheres negras? Há diversos tipos de preconceito. Nas conquistas pelas mulheres, por exemplo, hoje nós vemos mulheres no esporte, como você, mas quantas mulheres negras têm [trabalhado] comentando esporte? Nós temos que nos perguntar. Se não há preconceito no Brasil, qual a resposta? (MACHADO, 2019)

Mais de 60 anos depois de Róbson se desfazer da sua negritude, a declaração de Machado obteve grande repercussão nas redes sociais pela clareza e pela profundidade de análise sobre a realidade racial brasileira, algo ainda raro no mundo do futebol. Para o então técnico do Bahia, os xingamentos, as injúrias raciais, como os insultos proferidos por Orlando, são apenas o sintoma de um problema maior, um problema estrutural.

Para mim, nós vivemos um preconceito estrutural, institucionalizado. [...] Porque a estrutura social, ela é racista. Ela sempre foi racista. Nós temos um sistema de crenças e regras que é estabelecido pelo poder, e o poder é o poder do Estado, é o poder das comunicações, é o poder da igreja. Quando esses poderes não enxergam ou não querem aceitar e assumir que o racismo existiu e que precisa haver uma correção nesse curso, muitas vezes dizem que estamos nos vitimando, ou que há um racismo reverso. (MACHADO, 2019)

Diferente de Róbson, Machado (2019) entende que não ser alvo direto de insultos racistas não o faz deixar de ser negro, nem o faz deixar de sentir os efeitos do preconceito.

O maior preconceito que eu senti não foi de injúria racial. Eu sinto que há preconceito quando eu vou no restaurante e só tem eu de negro. Na faculdade que eu fiz, só tinha eu de negro. Isso é a prova para mim. Mas, mesmo assim, rapidamente, quando a gente fala disso, ainda tentam dizer: "Não há racismo, está vendo? Vocês está aqui. Você é a prova". Não, eu sou a prova de que há racismo, porque [só] eu estou aqui. [...] A posição que eu ocupo hoje como negro na elite do futebol é para confirmar isso.

A consciência de Roger Machado de que ser uma exceção confirma a regra do racismo estrutural está em fina sintonia com o que Milton Santos (1997, p. 135) pensava há mais de 20 anos:

Tenho instrução superior, creio ser uma personalidade forte, mas não sou um cidadão integral deste país. O meu caso é como o de todos os negros deste país, exceto quando apontado como exceção. E ser apontado como exceção, além de ser constrangedor para quem o é, constitui algo de momentâneo, impermanente, resultado de uma integração casual.

Infelizmente, a realidade racial do Brasil atual, descrita pelo treinador de futebol, também conserva muitas das características observadas pelo geógrafo há mais de duas décadas, quando listou diversas áreas onde a cidadania do negro é mutilada.

Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginavam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passeou ou permaneceu na maior universidade deste estado [São Paulo] e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros. E na saúde também, já que tratar da saúde num país onde a medicina é elitista e os médicos se comportam como elitistas, supõe frequentemente o apelo às relações, aquele telefone que distingue os brasileiros entre os que tem e os que não tem a quem pedir um pistolão. Os negros não têm sequer a quem pedir para ser tratados. E o que dizer dos novos direitos, que a evolução técnica contemporânea sugere, como o direito à imagem e ao livre exercício da individualidade? E o que dizer também do comportamento da polícia e da justiça, que escolhem como tratar as pessoas em função do que elas parecem ser. (SANTOS, 1997, p. 134)

Não devemos concluir, entretanto, que nada tenha sido feito para alterar essa realidade em todo o período que separa os contundentes discursos de Milton Santos e Roger Machado. Já tive oportunidade de mencionar algumas políticas públicas adotadas durante os 13 anos em que o governo federal foi liderado pelo Partido dos Trabalhadores – primeiro com o presidente Lula (2003-2010) e depois com a presidenta Dilma (2011-2016) – que buscaram reduzir as desigualdades em algumas das áreas listadas pelo geógrafo.

Na área do trabalho, por exemplo, citei a aprovação da emenda constitucional que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Na área da saúde, o programa Mais Médicos levou profissionais de saúde para as periferias e zonas remotas de um “país onde a medicina é elitista e os médicos se comportam como

elitistas” (SANTOS, 1997, p. 134). Na área da educação, as políticas de ações afirmativas, entre elas a reserva de vagas, com base em critérios raciais e socioeconômicos, nas instituições federais de ensino superior, “pintaram” as universidades de povo.

Consolidadas através da Lei 12.711/2012, as “cotas”, como ficaram conhecidas as políticas de reserva de vagas, orientaram as universidades brasileiras na direção do ideal defendido pelo médico e líder revolucionário Ernesto Che Guevara no calor da revolução cubana. Em dezembro de 1959, mesmo ano da vitória da guerrilha que destituiu o ditador Fulgencio Batista do poder na ilha caribenha, ele discursou ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Las Villas, em Santa Clara:

E o que tenho para dizer à Universidade como artigo primeiro, como função essencial de sua vida nesta nova Cuba? Tenho que dizer que se *pinte* de negro, que se *pinte* de mulato. Não só entre os alunos, mas também entre professores. Que se *pinte* de operário e camponês, que se *pinte* de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo de Cuba. (GUEVARA, 1959, grifos nossos)

Não que se possa comparar a transformação promovida pelas políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras com a radical mudança de regime político fruto da revolução cubana. Mas o fato é que as instituições brasileiras passaram a receber toda uma geração de jovens negras e negros que se tornariam as primeiras pessoas de suas famílias com diploma de ensino superior. Até mesmo a Universidade de São Paulo (USP), aquela que não deixava nenhuma dúvida, para qualquer pessoa que por ela passasse ou permanecesse, “de que ela não [era] uma universidade para negros” (SANTOS, 1997, p. 134), foi pressionada a mudar.

Por ser uma universidade estadual, não foi alcançada pela lei federal de 2012. Não que dependesse disso. Afinal, as primeiras universidades do Brasil a adotar cotas raciais, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), ambas em 2003, antecederam a lei em 11 anos e, como seus nomes já adiantaram, também são universidades estaduais. Mas a USP definitivamente não estava disposta a seguir o exemplo das congêneres carioca e baiana. Resistiu às pressões do movimento estudantil (ver Figura 5) e da sociedade em geral até 2017, quando finalmente adotou uma política própria. De acordo com as metas graduais estabelecidas pela política de reserva de vagas da USP, até 2021 “50% dos calouros deverão ser da rede pública e, dentre eles, 37% deverão ser pretos, pardos ou indígenas” (MORENO, 2017).



Figura 5. Faixa e cartaz reivindicando cotas raciais na USP.
Fonte: MORENO (2017)

O treinador Roger Machado (2019) reconhece que “essas políticas públicas, que nos últimos 15 anos foram institucionalizadas, [...] resgataram a autoestima dessas populações, que ao longo de muitos anos tiveram negadas essas assistências básicas”. Mas o golpe político-midiático-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma em 2016, para o qual sem dúvida contribuiu o ódio da classe média discutido anteriormente, pôs um freio nas políticas de promoção da igualdade racial, que “estão sendo retiradas nesse momento” (MACHADO, 2019).

1.5 O papel da educação

Tanto o depoimento de Machado (2019) sobre as desvantagens sociais ainda percebidas pelos negros quanto as declarações elitistas do casal cidadão-não-engenheiro-civil nos levam a crer que, em pleno século XXI, ainda podemos ser interpelados com a pergunta “Você é engenheiro ou negro?”. O golpe de 2016 e o consequente revés nas políticas públicas de promoção da igualdade racial, que vinham ampliando o acesso e a permanência da população negra na educação superior, também reforçam a crença na atualidade dessa pergunta. Afinal de contas, se a população negra não consegue adentrar a universidade, não se formam

engenheiros e engenheiras negras em proporção condizente com o tamanho da sua população.

Mas a questão vai ainda além. O racismo que subsidia a pergunta do capataz sulista não fica completamente superado, e a pergunta esvaziada de sentido, imediatamente com a conquista do acesso ao ensino superior pela população negra. Uma vez lá dentro, que educação nos é oferecida? Os valores que orientam os projetos político-pedagógicos, desde a educação básica até o ensino superior, desempenham um papel fundamental na naturalização de uma suposta incompatibilidade entre ser engenheiro e ser negro.

Nunca no meu período escolar nos ensinamentos fundamental e médio, por exemplo, estudei sobre qualquer contribuição dos povos africanos à ciência e à tecnologia. Em vez disso, era comum ouvir na minha infância que as pirâmides do Egito, famosas por sua grandiosidade e precisão geométrica, teriam sido construídas por seres extraterrestres. O mesmo pode ser dito a respeito da contribuição tecnológica dos africanos e seus descendentes ao desenvolvimento do Brasil. Aprendemos desde cedo que os africanos foram trazidos como mão-de-obra para trabalhar nas lavouras e minas do Brasil. Mas nada nos é dito sobre os conhecimentos técnicos que vieram com eles.

No imaginário popular brasileiro, a África era nada mais do que uma grande selva, habitada por tribos de “homens nus”, quando os europeus chegaram ao continente (CUNHA JUNIOR, 2010). Desprovidos de razão, história, tecnologia e civilização, os africanos pouco se diferenciariam de animais aos olhos do colonizador. Assim, a escravização e a evangelização puderam ser lidas como atos generosos dos europeus por trazer aos africanos a luz da “civilização”. Nas palavras do famoso padre Antônio Vieira (1608-1697), em sermão dirigido aos escravizados na Bahia do século XVII:

Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis. (apud NASCIMENTO, 2016, p. 63)

Embora hoje sermões como o do padre Vieira possam ser coibidos pela compreensão atual da atrocidade da escravidão, ainda permanece de pé uma de suas premissas básicas: a crença na ausência de “civilização” no continente africano antes da chegada dos europeus. A razão para a persistência desta ignorância sobre as complexas formas de organização social pré-existentes na África pode ser resgatada de um provérbio daquele continente: “até que os leões inventem as suas histórias, os

caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” (SANTOS, 2017, p. 10). Num país que pôs fim à escravidão mantendo os ex-escravizados à margem do poder, a educação foi moldada de modo a sustentar uma visão positiva dos antigos senhores de escravos. Não por acaso, durante muito tempo se cultuou a imagem da princesa Isabel como a libertadora dos escravos.

Foi pela ação do movimento negro brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970, que o protagonismo do negro na luta contra a escravidão começou a se sobrepujar à imagem da princesa bondosa. Como leões inventando as suas próprias histórias, o movimento negro mobilizou a sociedade em torno da imagem de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, como símbolo de resistência, altivez e força do povo negro em sua luta por liberdade. Como resultado dessa mobilização, a lei 10.639 de 2003, primeira lei assinada por Lula como presidente do Brasil, determinou a inclusão no calendário escolar da celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, em alusão à data de morte de Zumbi.

Esta lei também estabeleceu, pela primeira vez no país, cuja maioria da população é descendente dos mais de 4 milhões de africanos que aqui foram escravizados (SANTOS, 2017), a obrigatoriedade do “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003). A lei entrou em vigor na data de sua publicação, em 10 de janeiro de 2003, devendo ser cumprida imediatamente por todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país, tanto públicos quanto particulares. Contudo, como já mencionei, até o fim do meu ensino médio, em 2008, a lei não se fez presente em sala de aula. De fato, eu sequer tinha conhecimento da sua existência.

Num esforço coletivo para o cumprimento da lei, várias pesquisadoras e pesquisadores negros⁸ (SANTOS, 2017; CUNHA JUNIOR, 2010; MUNANGA, GOMES, 2006) vêm produzindo material didático para preencher esta lacuna sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação brasileira. Em seu livro *História da África e do Brasil Afrodescendente* (2017), a pesquisadora Ynaê Lopes dos Santos revela que, longe de uma grande selva, a África encontrada pelos europeus possuía sociedades bastante complexas, com formas de governo bem constituídas, cobranças de impostos e relações econômicas monetárias⁹.

⁸ A partir deste ponto, também utilizarei apenas o gênero feminino ao me referir a um conjunto indeterminado de pesquisadoras e pesquisadores.

⁹ Entre as sociedades mais notáveis surgidas na África antes da chegada dos europeus estão: os reinos do Egito e da Núbia (3.200 A.C), o império de Axum (séc. I), o reino de Gana (séc. IV), o império do Mali (séc. XIII) e o império de Songai (séc. XIV). (SANTOS, 2017)

Ao contrário do que se pode imaginar, a chegada dos portugueses na África Subsaariana não significou a dominação dos grupos africanos que viviam naquela região. Embora muitos africanos tenham se assustado com o tamanho das embarcações e com a brancura dos portugueses, esses povos eram suficientemente organizados para barrar a entrada europeia no continente. (SANTOS, 2017, p. 128)

Sem conseguir dominá-los, os portugueses tiveram que estabelecer relações comerciais com os povos africanos.

No início, os africanos escravizados eram comercializados como outra mercadoria qualquer. As elites das sociedades africanas que habitavam as regiões próximas ao litoral começaram a trocar escravos que já possuíam por produtos vindos da Europa que lhes interessavam, como veludo e armas de fogo. (SANTOS, 2017, p. 129)

Assim como não resiste ao escrutínio histórico a ideia da ausência de “civilização” na África encontrada pelos portugueses, também não se sustenta frente à história a crença na suposta animalidade dos africanos escravizados. Longe de serem apenas força bruta, os escravizados dominavam técnicas que não passaram despercebidas pelos portugueses. Pelo contrário, os conhecimentos técnicos dos diferentes povos africanos se tornaram critério de preferência a depender da atividade a ser exercida no Brasil. “Durante o período da mineração, por exemplo, muitos senhores preferiram comprar escravos vindos da Costa da Mina, pois eles já conheciam o manuseio do ferro, o que facilitava a extração e a fundição do ouro” (SANTOS, 2017, p. 173).

No volume *Tecnologia Africana na Formação Brasileira* (2010), da série Cadernos CEAP, produzida pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, o professor Henrique Cunha Junior mostra como os conhecimentos técnicos africanos foram fundamentais para a colonização do Brasil.

Os ciclos econômicos da história brasileira foram possíveis de sucesso em muito devido aos conhecimentos da mão de obra africana. Muitas especializações agrícolas e de mineração encontradas na África não eram de domínio europeu e foram realizadas no Brasil em virtude da importação de africanos. (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 23)

Desde o cultivo da cana-de-açúcar à mineração do ouro, à construção de casas, à fabricação de sabões, ao trabalho com couro, à produção de tecidos, ao desenvolvimento das artes, da arquitetura e da engenharia, os conhecimentos

técnicos dos africanos e seus descendentes tiveram papel significativo na história do Brasil. No entanto, este

fato tem sido negligenciado pelos historiadores e pelos tecnólogos brasileiros (economistas, técnicos, artistas, artesãos, engenheiros, arquitetos e desenhistas industriais) devido à história africana ser quase que completamente desconhecida no país. (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 21)

Além de combater a ignorância sobre os desenvolvimentos tecnológicos africanos anteriores ao século XVI, os materiais didáticos produzidos pela intelectualidade negra do Brasil buscam também visibilizar as histórias dos brasileiros negros que prestaram serviços de relevância à engenharia nacional.

No livro *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos* (2006), voltado para a educação de jovens e adultos que iniciam ou retornam ao ensino fundamental, os renomados professores Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes dedicaram um capítulo para uma vasta lista de notas de vida e sucesso sobre homens e mulheres negros de importância na história do Brasil. Entre eles, o engenheiro André Rebouças (1838-1898), construtor das primeiras docas no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. Juntamente com seu irmão Antônio Rebouças (1839-1874), também engenheiro, foi responsável pelas obras do sistema de abastecimento de águas do Rio de Janeiro, chegando a ser considerado uma das maiores autoridades brasileiras em Engenharia Hidráulica (ver Figura 6).

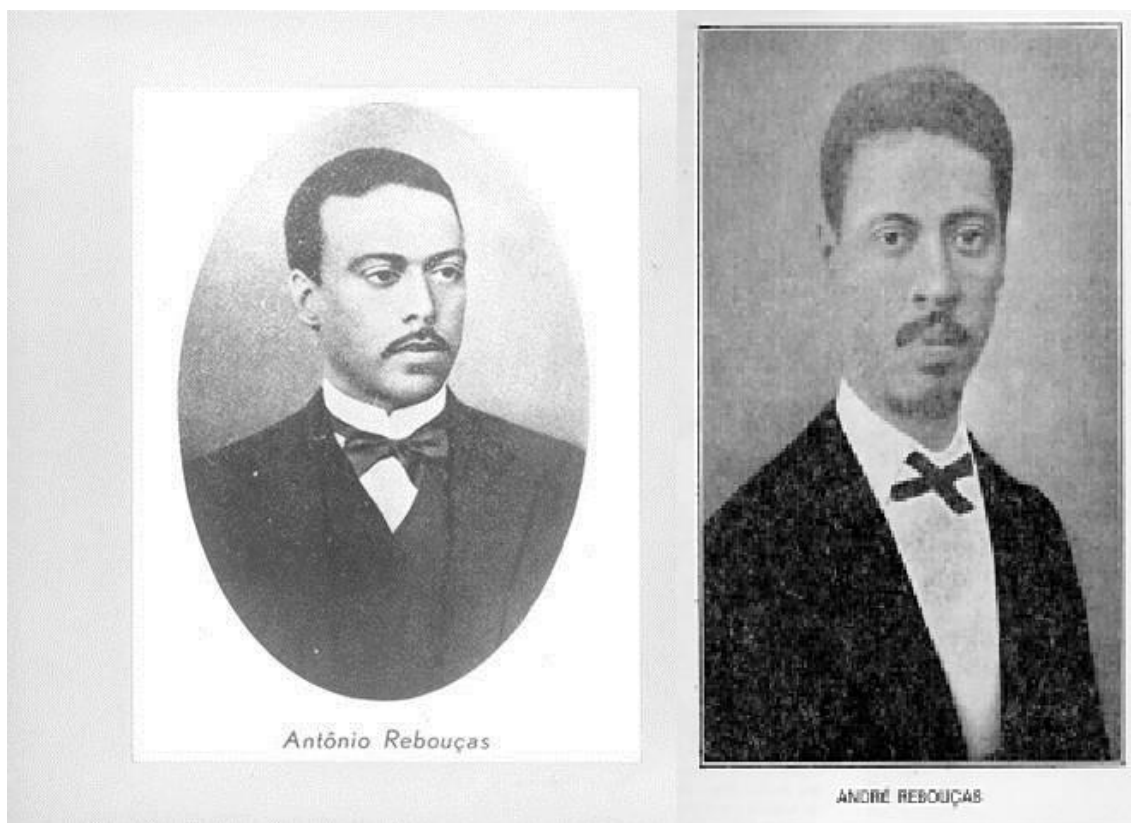


Figura 6. Os irmãos André e Antônio Rebouças, importantes engenheiros do Império do Brasil.

Fonte: MARASCIULO (2020).

Netos de uma escrava alforriada e de um alfaiate português, os irmãos Rebouças nasceram em Cachoeira, no Recôncavo Baiano. O pai, Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), foi um advogado autodidata, parlamentar e conselheiro de Dom Pedro II. Seu filho homônimo teve uma morte prematura aos 35 anos, vítima de febre tifoide. Não chegou a ver concluída sua principal obra, a Ferrovia Curitiba-Paranaguá, terminada em 1885. André, um ano mais velho que o irmão, foi militante ativo da causa abolicionista, chegando a proibir a utilização de mão de obra escrava durante a construção das Docas da Alfândega e da Doca Dom Pedro, em 1871, no Rio de Janeiro (MARASCIULO, 2020). O túnel Rebouças, uma das principais ligações da Zona Sul à Zona Norte do Rio de Janeiro, foi assim nomeado em homenagem aos dois irmãos que tanto contribuíram para a engenharia nacional (MUNANGA, GOMES, 2006).

Outro natural do Recôncavo Baiano de grande relevância para a engenharia nacional foi Teodoro Sampaio (1855-1937). Nascido em Canabrava, Santo Amaro, sua mãe era a escrava Domingas da Paixão, enquanto há diferenças nas referências bibliográficas em relação a seu pai. De acordo com Munanga e Gomes (2006), seu pai era o senhor de engenho Francisco Antônio da Costa Pinto, fidalgo cavalheiro da Casa

Imperial. Sem nunca legitimar o filho, viveu solteiro a vida inteira e teve muitos outros filhos. Na sua falta,

a instrução do menino Teodoro [foi] assumida pelo tio, o Comendador Manuel Lopes da Costa Pinto, depois o Barão e Visconde de Aramaré, que o [mandou], aos nove anos de idade, para São Paulo e, depois para um colégio interno (Colégio São Salvador), no Rio de Janeiro. (MUNANGA, GOMES, 2006, p. 145)

Já Santos (2017) afirma que seu pai foi o padre Manuel Fernandes Sampaio. Mas o que todos concordam é que Teodoro se formou em engenharia no Rio de Janeiro em 1877, aos 22 anos. Em seguida, retornou à sua cidade natal e comprou a alforria da sua mãe. Tomada essa providência, foi morar em São Paulo, onde iniciou sua carreira como engenheiro civil.

Participante de uma comissão governamental encarregada de estudar melhoramentos para os portos brasileiros e a navegação interior dos rios que desembocavam no litoral, viajou pela região do São Francisco. Em 1904, [voltou] à Bahia, onde, a serviço da municipalidade de Salvador, realizou grandes obras de engenharia, entre elas, a reconstrução do velho prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus. Anos depois, com o nome já também consolidado como geógrafo e historiador, elegeu-se deputado federal e ingressou como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (MUNANGA, GOMES, 2006, p. 145-146)

Entre tantas frentes de trabalho, Teodoro teve ainda uma importante participação no desenvolvimento da educação superior. Participou, juntamente com o engenheiro Francisco Sales de Oliveira, da comissão que concebeu a Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1893¹⁰. Dono de vasta produção intelectual, Teodoro Sampaio (ver Figura 7) escreveu livros como *O tupi na geografia nacional* (1901), *O rio São Francisco e a chapada Diamantina* (1906), *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1908) e *História da Fundação da Cidade do Salvador* (1949), este último publicado postumamente.

¹⁰ Para mais informações sobre a fundação da Escola Politécnica de São Paulo, conferir publicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP (2013), disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338055>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

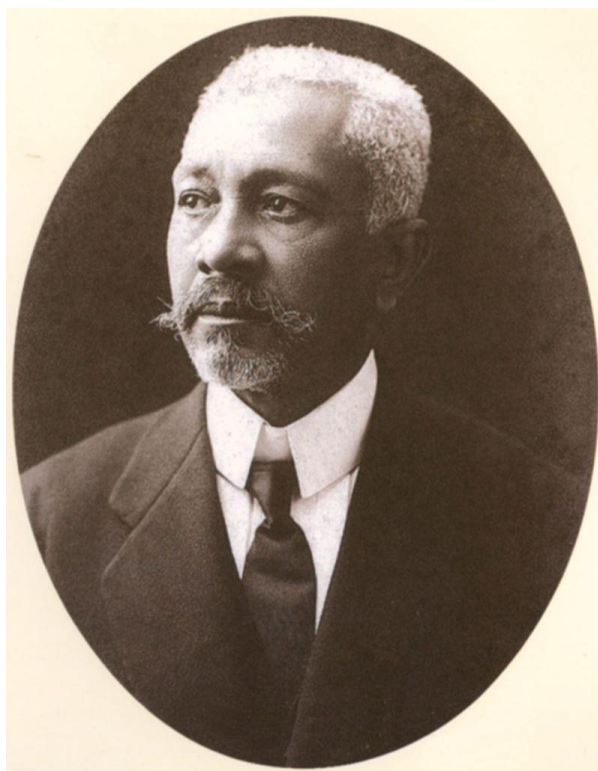


Figura 7. Teodoro Sampaio, engenheiro, geógrafo e historiador.
Fonte: Teodoro (2021)

Já tive também a oportunidade de mencionar a engenheira civil Enedina Alves Marques (1913-1981), umas das responsáveis pela construção da Usina Capivari-Cachoeira¹¹ - a maior central hidrelétrica subterrânea do sul do país. Sua história, antes só conhecida por poucos, ganhou notoriedade nos últimos anos a partir dos trabalhos do historiador Jorge Luiz Santana (2011) e do jornalista José Carlos Fernandes (2014).

Nascida em Curitiba, Enedina iniciou sua vida profissional como professora. Com estudos pagos pelo patrão de sua mãe, que trabalhava como lavadeira, ela se formou no curso Normal em 1931. Em seguida, passou 3 anos lecionando pelo interior do estado, em cidades como Rio Negro, São Mateus do Sul, Cerro Azul e Campo Largo. Retornou à capital em 1935 para fazer um curso intermediário que passou a ser exigido para continuar dando aulas. Mas Enedina queria mais. Em 1938, fez curso complementar em pré-Engenharia no Ginásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná, no período noturno. Dois anos depois, ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná.

Formada em 1945, aos 32 anos, tornou-se a primeira mulher do sul do país e a primeira mulher negra do Brasil a se graduar em engenharia. Pequena e magra (ver

¹¹ Atualmente com o nome Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

Figura 8), precisou se afirmar numa área profissional dominada por homens. Conta-se que “a vaidosa Enedina ia à barragem [da Usina Capivari-Cachoeira] vestida de macacão surrado, com uma arma na cintura, mandando tiros ao alto para se fazer respeitar pelos operários, que resistiam obedecer [a] uma mulher, que dirá negra” (FERNANDES, 2014). À época da sua aposentadoria, em 1962, teve seus proventos alçados ao piso salarial de um juiz. O benefício, concedido por decreto pelo então governador Ney Braga, foi um reconhecimento pelos seus serviços prestados à engenharia do estado.



Figura 8. Enedina Alves Marques, à esquerda, com as professoras do Grupo Barão de Antonina, em Rio Negro (PR), na década de 1930.

Fonte: FERNANDES (2014).

Num país que ainda ignora tanto a existência destes importantes personagens nacionais quanto as realizações tecnológicas dos povos africanos, não é de surpreender que a mesma pergunta do capataz sulista possa cruzar tempo e espaço para afrontar, implícita ou explicitamente, todo jovem e toda jovem de pele escura que ouse trilhar um caminho na área da engenharia. A educação brasileira precisa cumprir seu papel na formação crítica de cidadãos e cidadãs, revelando as histórias que a “História” não conta, resgatando as contribuições dos diversos povos para a formação da atual sociedade brasileira e encorajando a juventude a realizar aquilo que os povos Akan, da África Ocidental, nos legaram sob o conceito de Sankofa: “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

1.6 Precisamos falar sobre isso

A ignorância, a negação e mesmo a deturpação da história são alicerces ideológicos para a manutenção da desigualdade racial. Como bem disse Machado (2019):

A bem da verdade é que 10 milhões de indivíduos foram escravizados, mais de 25 gerações. Passou pelo Brasil Colônia, pelo Império e só mascarou no Brasil República. A gente precisa falar sobre isso. Precisamos sair da fase da negação. [...] Negar e silenciar é confirmar o racismo.

Não superaremos o racismo sem reconhecer a nossa história, assim como não o superaremos sem políticas públicas de reparação. Com esta dissertação, somo-me aos esforços daqueles e daquelas que lutam para que um dia não haja oportunidade e nem sentido para alguém perguntar: “você é engenheiro ou negro?”

2 UM TEMA DO PRESENTE PARA CONSTRUIR O FUTURO

“A arquitetura do presente trabalho situa-se na temporalidade. Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro.”

(Frantz Fanon, *Pele negra máscaras brancas*)

Antes de mais nada, e para que a leitora possa seguir me acompanhando ao longo desta dissertação, considero importante frisar que este trabalho é como um álbum de fotografias. Um conjunto de retratos do meu percurso de estudos, reflexões, vivências e compreensões da realidade de ser negro e engenheiro da computação numa época de grandes transformações tecnológicas. Um retrato é um enquadramento da realidade em um instante de tempo. Meus retratos, portanto, refletem minhas escolhas, meus passos e meu raio de alcance. Dada a velocidade com que ideias, artefatos tecnológicos e fatos históricos relevantes se sucederam ao longo da caminhada deste mestrado, não vejo maneira mais adequada de introduzir o tema central desta dissertação do que descrever o contexto em que surge o retrato inaugural desta caminhada: o projeto de pesquisa.

Em outubro de 2016, apresentei meu projeto para a seleção do mestrado propondo a seguinte questão de pesquisa: “Como, e sob quais condições, as tecnologias da informação podem servir para a superação do racismo e fortalecimento da identidade negra?”. Havia acabado de deixar o movimento estudantil, onde discutia vividamente a construção histórica do Brasil como uma sociedade racista, e tentava compreender como todas essas inovações tecnológicas, que transformavam cada vez mais depressa o nosso modo de viver, afetariam tal quadro social. Mais do que isso, tentava vislumbrar caminhos onde a tecnologia estivesse a serviço da construção de poder¹² para o povo negro, visando a tão sonhada igualdade racial. Todavia, meu conhecimento de iniciativas que imbricassem as tecnologias da informação na luta antirracista era ainda bem incipiente e não ia além de manifestações de rua organizadas via redes sociais.

Naquela época, destacava-se a Marcha do Empoderamento Crespo em Salvador, cuja primeira edição havia sido realizada em novembro de 2015. O evento foi organizado através de um grupo do Facebook e alcançou visibilidade na mídia ao levar

¹² Refiro-me ao poder político e econômico, uma vez que o racismo se constitui como domínio de um grupo sobre a organização política e econômica da sociedade (ALMEIDA, 2020, p. 40).

cerca de 3 mil pessoas às ruas de Salvador para exibir o orgulho de seus cabelos afros e protestar contra o racismo (LYRIO, 2015). Foi uma expressão de peso em um movimento de valorização da estética negra que vinha ganhando força nas redes sociais e fluindo para as ruas, como já havia sido o caso na 1ª Marcha do Orgulho Crespo, realizada em São Paulo, no dia 26 de julho do mesmo ano - um dia após o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (BOM DIA BRASIL, 2015). No caso paulista, a Marcha foi organizada por lideranças de duas páginas do Facebook.

Passados quatro anos, o que podemos observar é que, à diferença do que normalmente acontece, isto é, uma pesquisa buscando investigar um tema cuja existência já seja relativamente bem conhecida, o meu interesse de pesquisa surgiu concomitantemente com a emergência do seu próprio tema, pois o que se viu nos anos seguintes foi a irrupção de diversas iniciativas de uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) com finalidade antirracista. Em 20 de fevereiro de 2016, cerca de oito meses antes da apresentação do meu projeto de pesquisa, Vitor Del Rey, Hallison Paz e Kizzy Terra lançaram o Kilombu, aplicativo para conectar empreendedores negros a consumidores interessados em fortalecer economicamente a comunidade negra. Em menos de um mês, o aplicativo já tinha mais de 1000 downloads e quase 200 afroempreendedores cadastrados (NASCIMENTO, 2016). No início do ano seguinte, em 15 de Janeiro, Lorena Ifé criou o AfroTinder, logo renomeado para Afrodengo, um grupo de Facebook para fomentar a afetividade entre pessoas negras. Atualmente com mais 50 mil membros, lê-se na foto de capa do grupo: “Maior rede virtual de afroafetividade do Brasil”¹³. Ainda antes de terminar o verão de 2017, em 17 de março, ocorreu o lançamento da PretaLab, iniciativa idealizada por Silvana Bahia para estimular e visibilizar a presença de meninas e mulheres negras e indígenas nos campos da tecnologia. A iniciativa já mapeou cerca de 600 nomes e vem promovendo a visibilidade dessas mulheres numa plataforma online (VIOLA, 2019). Em julho do mesmo ano, iniciaram-se as operações comerciais da Diaspora.Black, plataforma online de reserva de hospedagens com foco na valorização da cultura negra. Criada por Carlos Humberto, Antonio Pita, André Ribeiro e Gabriel Oliveira, a plataforma já conectou mais de 4 mil viajantes a anfitriões de mais de 15 países e 145 cidades¹⁴. E outras iniciativas promissoras seguiram surgindo nos anos seguintes.

Não tenho aqui a pretensão de fazer um mapeamento completo de todas as iniciativas. Tampouco suponho que as iniciativas mencionadas tenham sido as primei-

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/afrodengo/about>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁴ Conforme descrito em: <<https://diaspora.black/sobre/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ras do gênero. Tentar demarcar um ponto de origem é andar numa linha tênue difícil de se equilibrar e que não se faz necessária para analisar e dimensionar a importância de um fenômeno numa determinada época. Por exemplo: ao apresentar um breve mapeamento de iniciativas no Brasil e na Colômbia, Niousha Roshani (2020, p. 62) crava que, no Brasil, “os jovens de ascendência africana só contribuíram com seu ativismo digital antirracismo nos últimos 7 anos”. Todavia, o portal de notícias A Voz da Comunidade, uma das iniciativas mapeadas pela autora, foi fundado em 2005, tendo perfil no Twitter desde 2009 e página no Facebook desde 2011.

Essa aparente contradição - entre a data de fundação da iniciativa e o período de contribuição do ativismo digital antirracista no Brasil indicado pela autora - em nada diminui a importância da sua análise sobre este fenômeno, mas é um equívoco que me esforcei para evitar. Ainda assim, penso que os contextos de surgimento das iniciativas aqui apresentadas, as histórias das pessoas envolvidas e a rápida visibilidade que tiveram ajudam a revelar o retrato da associação entre TICs e ativismo antirracista no Brasil nesta segunda década do século XXI.

Um traço marcante deste período é o deslocamento na percepção dos brasileiros e brasileiras sobre sua própria condição étnico-racial. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha, em 2012, 198,7 milhões de habitantes, dos quais a maioria se declarava branca (46,6%). A população autodeclarada parda representava 45,3% do total, e a preta, 7,4% (SILVEIRA, 2017). Seis anos depois, esse quadro mudou significativamente. Dos 207,8 milhões de habitantes contabilizados em 2018, a maioria se declarou parda (46,5%). Os brancos diminuíram para 43,1% do total, enquanto os pretos cresceram para 9,3%. Neste período, de 2012 a 2018, a população que se declara preta foi a que mais cresceu percentualmente (32,1%), saltando de 14,5 milhões, em 2012, para 19,2 milhões de pessoas em 2018. Na contramão, encolheu o número de pessoas que se declaram brancas. Eram 92,2 milhões, em 2012, e diminuíram para 89,7 milhões, em 2018 (SILVEIRA, 2019). A população autodeclarada parda também cresceu neste período, tornando-se a maioria em 2015, quando ultrapassou em número a população branca. Em 2018, 96,7 milhões de pessoas se declararam pardas. É interessante, no entanto, observar que, apesar do crescimento em números absolutos, houve uma redução na proporção de pardos entre 2017 e 2018. Em contrapartida, entre estes mesmos anos, foi registrado um aumento de 0,7% na proporção de pretos na população brasileira, o maior aumento anual desde o início da série histórica, em 2012 (RODRIGUES, L, 2019).

O que vivemos nesta última década foi um movimento na via oposta à que predominou no Brasil desde o final do século XIX até a metade do século XX, quando a

ideologia do embranquecimento fez inflar as estatísticas em favor da população branca. De acordo com dados do IBGE, em 1872 a população brasileira era formada por 38,14% de brancos, 19,68% de negros e 42,18% de pardos. Já em 1950, os brancos saltaram para 61,66%, enquanto os negros e pardos reduziram para 10,96% e 26,54% respectivamente. Parte da explicação desses números está nas políticas imigratórias racistas implementadas desde o pós-abolição; outra parte na tentativa das pessoas negras de evitar as discriminações, negações de direitos e violências a que estavam sujeitas as pessoas de pele escura. Então tínhamos “os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante” (NASCIMENTO, [1977] 2016, p.90).

Nesta dissertação, chamo de “virada cultural” essa mudança de tendência na autoidentificação dos brasileiros e brasileiras, qual seja, de uma tendência pró identidade branca, observada nos censos do final do século XIX até, pelo menos, meados do século XX, para uma tendência geral de se identificar como não-branco, observada nas estatísticas da última década. Concordo com os autores (CAMPOS; GOMES, 2016; TELLES; PAIXÃO, 2013) que apontam para as políticas de ações afirmativas, progressivamente adotadas por universidades públicas desde 2003, como parte significativa da explicação para essa mudança na composição racial da população brasileira. E reconheço o papel das lutas encampadas pelos movimentos negros, desde pelo menos a década de 1970, para a afirmação da identidade e da cultura negra, para a implementação das políticas de ações afirmativas e para a instituição, através da Lei 12.711/2012, da obrigatoriedade da reserva de vagas em todas as universidades federais para autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A essa conjuntura política nacional de crescente engajamento na identidade negra, juntou-se o fenômeno global do ativismo digital, também emergente nesta última década. Entendido “como o uso da internet por movimentos politicamente motivados” (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016, p. 10), o ativismo digital, também chamado de ciberativismo, despontou já no início da década como um fenômeno capaz de abalar estruturas de poder até então consideradas sólidas. Em 2011, uma onda de manifestações organizadas via internet influenciou a queda de governos no Oriente Médio e no norte da África, ficando conhecida como a Primavera Árabe. No mesmo ano, cidadãos estadunidenses, também articulados via internet, ocuparam espaços públicos nos arredores de *Wall Street*, em Nova York, para se manifestar contra a desigualdade econômica e o poderio das instituições financeiras. Não por acaso, o *Occupy Wall Street*, como ficou conhecido este movimento, chamou seu primeiro acam-

pamento de praça Tahrir, numa referência à praça no Cairo onde ocorreram as primeiras manifestações de massa da Primavera Árabe no Egito (CASTELLS, 2013).

Desde então, a internet serviu e tem servido de meio para o ativismo político nas mais diversas regiões do globo: da resistência ao golpe de Estado contra o presidente Zelaya, em Honduras, até o Falun Long, movimento chinês de contestação do governo daquele país (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016). No Brasil, o ativismo digital desempenhou papel relevante nas chamadas Jornadas de Junho, que levaram milhões de pessoas às ruas do país em 2013 (SOBRAL, 2016). Inicialmente um protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus em São Paulo, o movimento rapidamente se expandiu por todo o país e ganhou apoio de comunidades brasileiras em outros países, tendo a internet e a mídia independente on-line como importantes veículos para a denúncia da repressão policial aos protestos e para a disseminação de pautas de reivindicação.

Portanto, quando apresentei meu projeto de pesquisa, em outubro de 2016, tudo era muito recente e emergente. Tínhamos um país que a cada ano se reconhecia mais negro e um ativismo político cada vez mais imbricado com as tecnologias da informação e comunicação. O termo “ativismo digital antirracista”, como conceito síntese para englobar as iniciativas explicitamente antirracistas baseadas nas ferramentas digitais, não era ainda popular e não fazia parte do meu vocabulário, motivo pelo qual não apareceu na minha pergunta inicial de pesquisa. De fato, só fui apresentado ao termo que sintetiza o meu tema de pesquisa quatro anos depois, através do trabalho pioneiro de Roshani (2020).

Em 2016, não apenas o termo e as iniciativas do “ativismo digital antirracista” ainda estavam por ganhar maior notoriedade. A bibliografia nacional dedicada às intersecções entre relações étnico-raciais e TICs era igualmente incipiente, constituindo um cenário desafiador para o meu projeto de pesquisa. Se tomarmos como termômetro da produção acadêmica sobre o tema os anais do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) – um dos principais eventos científicos nacionais sobre temas relativos às relações étnico-raciais – e os anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC) – um dos principais eventos científicos nacionais sobre temas relativos à computação – considerando, em ambos os casos, os eventos ocorridos no período de 2016 a 2018, constatamos que a zona de intersecção entre essas duas áreas ainda não havia conquistado um espaço relevante na agenda de pesquisa nacional.

O COPENE é realizado bianualmente desde o ano 2000, quando foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Organizar o congresso é uma das ações da Associação, que tem como missão promover a produção acadê-

mico-científica sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil. Reunindo cerca de 1500 pesquisadoras¹⁵, a ABPN teve seus nono e décimo COPENE realizados em janeiro de 2017 e outubro de 2018, respectivamente.

Analisando o Caderno de Resumos do IX COPENE (2017), identifiquei que, apesar do tema do evento ter sido “Novas Fronteiras da intolerância racial: velhas práticas de discriminação e novos espaços - universo web”, apenas 14 dos 274 trabalhos selecionados – portanto, 5.11% do total – abordavam temas diretamente relacionados às TICs. Dois anos depois, o número de trabalhos selecionados no Livro de Resumos do X COPENE (2018) foi quase 3 vezes maior que o do congresso anterior – totalizando 779 trabalhos. Entretanto, não houve alteração significativa na proporção de trabalhos diretamente relacionados às TICs, que caiu levemente para 4.24% – totalizando 33 trabalhos.

O CSBC, por sua vez, é mais antigo, sendo realizado anualmente desde 1980 pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), fundada dois anos antes¹⁶. O CSBC é composto por diversos eventos base e satélites, tais como o Workshop sobre Educação em Computação (WEI), as Jornadas de Atualização em Informática (JAI) e o Seminário Integrado de Software e Hardware (SEMISH) - este último o principal fórum científico do congresso. Cada um desses eventos tem seus próprios anais, que nem sempre são divulgados conjuntamente.

Felizmente para a nossa breve aferição da temperatura acadêmica, no CSBC 2016 os anais de todos os seus eventos foram divulgados num único documento. Segundo a introdução do referido documento (CSBC, 2016), nesta edição houve 33 atividades, entre reuniões e eventos, com 940 trabalhos submetidos, dos quais 303 foram aceitos para apresentação como trabalho completo. Sintomaticamente, nas quase 3 mil páginas dos anais – precisamente, 2952 páginas – o termo “racismo” não aparece uma vez sequer.

O único trabalho a abordar diretamente o tema das relações étnico-raciais nas TICs foi o artigo “Professoras negras na pós-graduação em Ciência da Computação: uma proposta de pesquisa”, de autoria de Ecivaldo Matos (UFBA), Maria José dos Santos (UFPE), Juliana Santos (UFBA), Ana Carolina Ferreira (UFBA) e Emilayne Feitosa Corlett (UFBA). O referido artigo (MATOS *et al.*, 2016) foi um dos 25 trabalhos aceitos para o *X Women in Information Technology* (WIT), workshop que integra o CSBC desde 2007 dedicado à discussão de assuntos relacionados a questões de gê-

¹⁵ Segundo o site da Associação. Disponível em: <<https://www.abpn.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

¹⁶ Segundo o site da SBC. Disponível em: <<https://www.sbc.org.br/institucional-3/sobre>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

nero e tecnologia. No ano seguinte, um novo artigo (MATOS *et al.*, 2017) apresentando os resultados preliminares da pesquisa originalmente proposta na edição anterior do CSBC figurou solitário entre os 28 trabalhos selecionados para o XI WIT. Ainda no CSBC 2017, um dos 20 trabalhos selecionados para o 6º *Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining* (BraSNAM) abordou o racismo e outras formas de discriminação ao discutir a identificação de comentários ofensivos na web (DE PELLE; MOREIRA, 2017).

Em 2018, foi a vez do artigo “A Mobilização de Resistência das Mulheres Negras na Computação e Tecnologias”, de autoria de Mory Márcia de Oliveira Lobo, Karen da Silva Figueiredo e Cristiano Maciel (UFMT), ser o único dos 28 trabalhos selecionados para o XII WIT a abordar centralmente a temática das relações étnico-raciais e TICs (LOBO *et al.*, 2018), novamente aqui associado a uma discussão de gênero.

Neste cenário ainda pouco habitado do campo de pesquisa sobre TICs e relações étnico-raciais no Brasil, um pesquisador tem se destacado tanto por sua produção acadêmica quanto pelos esforços empreendidos para a visibilização do tema. Tarcízio Silva, pesquisador da UFABC, vem articulando campos de pesquisa diversos, tais como a Teoria Racial Crítica¹⁷ e os Estudos da Internet¹⁸, para analisar como o racismo é embutido nos algoritmos de plataformas digitais, contribuindo para a difusão do conceito de “racismo algorítmico” (SILVA, 2019, 2020a). Recentemente lançado, seu livro “Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos” é uma iniciativa pioneira de reunião de estudos sobre raça e tecnologia em português, incluindo traduções inéditas de artigos estrangeiros.

No blog que mantém¹⁹, Silva (2020b) alimenta uma linha do tempo com os principais fatos noticiados na imprensa sobre racismo em plataformas digitais e a divulgação de estudos sobre raça e tecnologia. Também se encontram no blog links para páginas de outras pesquisadoras do tema, grupos de pesquisa, revistas acadêmicas, notícias na imprensa, além de duas listas de livros de referência: uma de livros sobre questões de raça no Brasil e nos EUA, e outra de livros sobre raça e tecnologia, contribuindo de forma generosa e militante para situar novas pesquisadoras interessadas em se aprofundar no tema. Incansável, Silva organiza ainda um *newsletter*²⁰ quinzenal com a divulgação de eventos, notícias, estudos e perfis de pesquisadoras brasi-

¹⁷ Para conhecer mais sobre a Teoria Racial Crítica, conferir os trabalhos de Matsuda *et al.* (1993) e Ferreira e Queiroz (2018).

¹⁸ Para uma revisão bibliográfica sobre a abordagem de raça e racismo nos Estudos da Internet, conferir o trabalho de Daniels (2013).

¹⁹ Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁰ Boletim Informativo enviado por e-mail.

leiras e de demais países da Afrodiáspora²¹ dedicadas aos estudos de raça e tecnologia.

No plano internacional, os estudos de raça e tecnologia vêm sendo desenvolvidos há mais tempo e por mais gente nos Estados Unidos. Dos 25 livros sobre o tema presentes na lista que Tarcízio Silva mantém em seu blog²², 22 são de pesquisadoras ligadas a universidades estadunidenses. Os outros três são o livro do próprio Silva, um do Reino Unido e outro da África do Sul, todos lançados apenas em 2020. Em artigo de 2013, Jessie Daniels fez uma revisão crítica dos 15 primeiros anos do campo de estudos sobre a internet, analisando o que a literatura do campo tinha a dizer sobre raça e racismo até aquele momento. A autora afirma que, apesar das expectativas iniciais de algumas pesquisadoras que acreditavam que a emergência dos ambientes virtuais forneceria possibilidades de escape das identidades raciais e da experiência do racismo, a realidade é que “raça e racismo persistem online de maneiras que são ao mesmo tempo novas e únicas da internet conjuntamente com vestígios de formas seculares que reverberam tanto offline quanto online” (DANIELS, 2013, p. 696, tradução nossa)ⁱ ²³. Dois dos pioneiros do campo, Ron Eglash e Julian Bleecker (2001, p. 353), situaram o dilema das pesquisadoras que, como eles, amam tanto pessoas quanto máquinas:

De um lado, vários dos nossos colegas políticos procuram retratos do suporte tecnológico às dominações de raça, gênero e classe. Do outro lado, vários de nossos colegas tecnológicos procuram retratos da ausência de influências culturais nas proezas e nos progressos tecnológicos. Como podemos abordar a ciência e a tecnologia de forma que contemple simultaneamente uma crítica política radical e um deleite tecnofílico? ⁱⁱ

É interessante também observar a emergência desta temática na cultura de massas nos últimos anos. O filme Pantera Negra, lançado em fevereiro de 2018, talvez seja o grande expoente desta emergência. Com recordes mundiais de bilheteria, esta produção pioneira demonstrou a enorme demanda social, e também mercadológica, por protagonismo negro nas histórias de super-heróis. No enredo, Pantera Negra é o codinome de T-Challa, rei de Wakanda, um país africano detentor de tecnologias avançadas à base do Vibranium, um minério alienígena proveniente de um meteoro

²¹ Afrodiáspora é uma expressão utilizada para se referir às comunidades negras fora do continente africano, formadas a partir do tráfico escravista.

²² Atualizada até outubro de 2020. Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/livros-sobre-raca-e-tecnologia/>>. Acesso em 28 out. 2020.

²³ Os textos originais das citações traduzidas encontram-se nas notas de tradução, ao final do texto, na seção intitulada “Notas de Tradução”. Deste ponto em diante, a expressão “tradução nossa” será suprimida quando houver nota de tradução, sempre indicada por algarismos romanos.

que caiu em Wakanda. Em uma das cenas mais emblemáticas do filme, um agente branco do governo estadunidense, após ser curado de um grave ferimento por uma cientista de Wakanda, questiona se aquilo que o curou é magia. Ela então o responde: “é tecnologia”.

No Brasil, o lançamento do filme levou à mobilização de “rolezinhos” para assistir à produção no cinema. Jovens negros passaram a combinar através da internet o comparecimento em grupo a salas de cinema dentro de shoppings de elite. Um dos maiores e mais divulgados foi no Shopping Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, do qual participei (ver Figura 9). O ator Reinaldo Junior, um dos organizadores, explicou ao site *The Intercept Brasil* a ideia do rolezinho: “A gente está fazendo aqui no shopping Leblon porque é um shopping que a maioria é de pessoas brancas e da elite carioca e a gente quis ocupar esse espaço aqui para dizer que nós estamos vivos” (apud GONÇALVES, 2018).



Figura 9. Rolezinho para assistir ao filme “Pantera Negra” no shopping Leblon, em 19/02/2018, no Rio.
Fonte: David Junior / Divulgação

A partir do sucesso nas telas, Wakanda passou a ser citada em músicas de diversos artistas brasileiros, ora como símbolo de força e resistência do povo negro, ora como exaltação das raízes africanas. O jornalista Rubens Rodrigues (2019) compilou uma lista de seis músicas brasileiras que fazem referência direta à Wakanda. No pri-

meiro sentido, o da força e resistência do povo negro, temos o exemplo da música *Bença*, onde o rapper mineiro Djonga se refere ao próprio pai como “Rei de Wakanda” por ter conseguido ser um bom pai apesar da vida dura de trabalhador:

*Trampando desde os 7, man, às sete e meia,
tanto corre que faz sua rotina parecer piada.
Rei De Wakanda, eu, príncipe pantera negra,
Construímos um império sem precisar de grana ou arma!*

No segundo sentido, o da exaltação das raízes africanas, a veterana do axé Daniela Mercury, na música *Pantera Negra Deusa*, chama a atenção para a África como a origem comum de todas as pessoas, independentemente da cor da pele:

*Somos todos filhos da preta
Da preta ancestralidade africana
Filhos da tua nobreza
Filhos da mama Wakanda*

Este orgulho da ancestralidade africana, que hoje alcança visibilidade na cultura pop, contrasta bastante com a visão predominante sobre o continente africano e seus descendentes no início do século passado, quando cientistas do círculo de Oswaldo Cruz, ao analisar os problemas de salubridade do país, atribuíam explicitamente “à África negra a nada honrosa distinção de ‘sujar’ o sangue do povo original, produzindo uma gente miscigenada de segunda categoria, incapaz de assimilar os princípios básicos de civilidade” (CUKIERMAN, 2007, p. 33). Se hoje demonstrações tão explícitas de discurso racista são condenadas com veemência, o imaginário coletivo ainda é permeado pela ideia de que a “civilização” e todas as suas supostas benesses, incluindo o conhecimento científico e tecnológico, são de origem exclusivamente europeia.

Pela persistência dessas crenças, as recentes iniciativas negras de apropriação das TICs como ferramenta de luta antirracista ainda escapam à compreensão de muita gente. Em entrevista concedida para esta dissertação, Ítala Herta (2020), cofundadora e diretora de operações da Vale do Dendê, aceleradora de startups com foco em negócios inovadores da juventude negra e periférica de Salvador-BA, definiu da seguinte forma o momento atual: “Tem gente que nem entende o que a gente está fazendo, ainda”.

Com esta dissertação, ofereço uma contribuição à compreensão do ativismo digital antirracista no Brasil. Para cumprir esse objetivo, inicio, no capítulo 3 a seguir, por uma revisão histórica da queda do mito da democracia racial, que durante muito tempo serviu para minar as possibilidades dos negros se organizarem para enfrentar o

racismo estrutural no país, e, conseqüentemente, deslegitimar suas iniciativas. No Capítulo 4, tomando como fio condutor a história de criação do aplicativo Kilombu, teço reflexões sobre a afirmação da identidade negra, elemento agregador das redes formadas em torno das iniciativas antirracistas nas TICs. Finalmente, no Capítulo 5, tomando a história de criação do grupo Afrodengo como novo fio condutor, e dialogando com a literatura nacional e estrangeira sobre raça, racismo e tecnologias da informação, analiso a emergência do ativismo digital antirracista no Brasil. Ao final desse mesmo capítulo, faço minhas considerações finais.

3 RACISMO COMO UMA INFRAESTRUTURA QUE PERDEU A INVISIBILIDADE

*“A Refavela
Revela o salto
Que o preto pobre tenta dar
[...]
Revela o choque
Entre a favela, inferno e o céu
[...]
Revela o sonho
De minha alma, meu coração
De minha gente
Minha semente
Preta Maria, Zé, João”*

(Gilberto Gil - *Refavela*, grifos nossos)

A eclosão de iniciativas tecnológicas com engajamento racial vem na esteira de um processo de abertura e efervescência do debate público sobre o racismo no Brasil, que teve como marco a adoção de cotas raciais em universidades públicas a partir de 2003 (CAMPOS; GOMES, 2016; TELLES; PAIXÃO, 2013). Até então, a ideologia hegemônica na sociedade brasileira era a de que vivíamos uma democracia racial no país, caracterizada por um convívio harmonioso entre cidadãos miscigenados, sem discriminação por cor ou origem racial. Tal ideologia, já suficientemente analisada por vários estudiosos brasileiros e estrangeiros (NASCIMENTO, [1977] 2016; MUNANGA, 1999; SKIDMORE, 1976; AZEVEDO, 1975; FERNANDES, 1972; DZIDZIENYO, 1971), foi a solução encontrada pelas classes dominantes brasileiras para perpetuar o domínio racial no pós-abolição sem chamar a atenção internacional, ao mesmo tempo em que minava as possibilidades de protesto da comunidade negra brasileira.

Sendo minoria diante de uma população majoritariamente negra, as classes dominantes tiveram de encontrar formas sutis de manter o poder exclusivamente nas mãos dos brancos sem provocar a revolta da massa negra marginalizada. Abdias Nascimento ([1977] 2016, p. 200–201), um dos mais importantes e combatentes intelectuais negros do século XX, sintetizou o que ele considerou como os três principais objetivos da ideologia da democracia racial:

1. impedir qualquer reivindicação baseada na origem racial daqueles que são discriminados por descenderem do negro africano;
2. assegurar que todo o resto do mundo jamais tome consciência do verdadeiro genocídio que se perpetra contra o povo negro do país;
3. aliviar a consciência de culpa da própria sociedade brasileira que agora, mais do que nunca, está exposta à crítica das nações

africanas independentes e soberanas, das quais o Brasil oficial pretende auferir vantagens econômicas.

Podemos dizer que tal ideologia foi bem sucedida até pouco tempo atrás. A leitora deve se lembrar, por exemplo, da exploração da imagem do magistrado Joaquim Barbosa, que durante seu mandato como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2003 a 2014, frequentemente era tomado como prova cabal da democracia racial existente no Brasil. Sua presença seria a demonstração de que nada impedia um negro de alcançar a suprema corte do país, instância mais alta do poder judiciário, dependendo para isso apenas do próprio esforço e competência. Quando Barbosa assumiu a presidência do STF, em 2012, o jornalista Reinaldo Azevedo (2012) afirmou que sua posse no cargo mais importante da suprema corte era a evidência “de que não existe melhor política afirmativa do que a dedicação e o talento”, uma vez que “o desempenho intelectual não distingue cor da pele” e o Brasil, segundo ele, é “um país que preza a competência, pouco importa a cor da pele”.

Na mesma direção, circulavam nas correntes de e-mail e nas redes sociais propagandas que utilizavam o ministro como exemplo da não necessidade de cotas raciais. Numa delas, uma imagem do ministro era associada a uma frase que induzia ao entendimento de que ele seria contra as cotas (ver Figura 10), quando, na realidade, Barbosa tinha um posicionamento favorável às ações afirmativas (SANTOS, 2012).



Figura 10. Propaganda anti-cotas.
Fonte: (HUM HISTORIADOR, 2012)

O imortal²⁴ Cândido Mendes foi ainda além. Em artigo intitulado “O resgate e o mito da raça”, escrito para o jornal O Globo, em 2014, após Joaquim Barbosa anunciar sua aposentadoria, tratou a passagem do ministro pela suprema corte como “a superação da premissa de que se mantinha um segregacionismo em nossa cultura, no mito a que acudiria o regime de cotas no acesso do negro às nossas funções e serviços públicos” (MENDES, 2014).

²⁴ Como são chamados os membros da Academia Brasileira de Letras.

Espantosamente, mas não surpreendentemente, Mendes (2014) entendeu ainda que seu argumento seria fortalecido pela alegação de que “Barbosa não foi o primeiro negro trazido ao Supremo, e sim Pedro Lessa, em 1913, que buscava o disfarce continuado de sua aparência”. Azevedo (2012) se esforçou um pouco mais e conseguiu mencionar dois ministros negros antecessores a Barbosa: o já citado Lessa e Hermenegildo Rodrigues de Barros, que teria sido nomeado em 1919.

Ou seja, de acordo com Azevedo, quase 100 anos separaram os momentos em que o STF teve ministros negros, e, de acordo com Mendes, o mais antigo precisava a todo momento disfarçar a sua aparência, mas ainda assim ambos defenderam a existência de uma democracia racial no Brasil, na qual as oportunidades não são tolhidas em função da cor da pele, mas sim em função da dedicação e da competência.

De fato, o que essa propaganda ideológica feita às custas da imagem do ministro exemplificou foi a hipocrisia da sociedade brasileira, que tentava jogar luz sobre a exceção que apenas fazia confirmar a regra. Numa sociedade cuja maioria é negra, se racista não fosse, seria de se esperar que essa maioria também se visse representada, mais ou menos na mesma proporção, nos órgãos de poder, entre eles o Supremo Tribunal Federal. No entanto, o ministro Joaquim Barbosa era o único negro entre os 11 ministros que compunham a suprema corte.

Após sua aposentadoria, a suprema corte voltou a ser inteiramente branca, como se mais da metade da população brasileira não existisse. Mas o significado mais relevante da composição racial do Supremo Tribunal Federal é ainda pior: é a revelação de que os brancos ainda detêm o poder de julgamento último sobre a vida dos negros e sobre o destino da nação, um retrato inalterado do país desde que o primeiro africano escravizado foi trazido para cá, ainda nos tempos da colônia.

A história do Brasil é, por um lado, a história da exploração dos mais de 4 milhões de africanos trazidos à força como escravos e de seus descendentes (SANTOS, 2017). Por outro, é a história de resistência da comunidade negra, tanto à exploração e ao genocídio quanto às tentativas de apagamento da memória e da cultura africana e afro-brasileira (NASCIMENTO, [1977] 2016). Se é importante sublinhar o papel das ações afirmativas adotadas pelas universidades públicas neste início de século XXI para fazer a discussão sobre o racismo ganhar o grande público e a grande imprensa, é igualmente importante ressaltar que a luta dos negros contra o racismo, ainda que sem a visibilidade de agora, é tão antiga quanto a experiência de opressão racial no Brasil.

A despeito do papel desempenhado pela Igreja Católica para a domesticação dos negros escravizados, inúmeras revoltas, fugas e formações de quilombos marca-

ram os mais de 300 anos de regime escravagista no Brasil. Não foram suficientes os sermões do famoso padre Antônio Vieira, que pregava em 1633:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos [...] porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar. (apud NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 62)

O caridoso Vieira ainda buscava incutir no espírito dos escravizados a ideia de que a escravidão era uma graça em suas vidas:

Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis. (apud NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 63)

À mesma época em que este famoso e influente jesuíta pregava estes absurdos, formou-se a maior experiência de comunidade de resistência negra: o Quilombo dos Palmares. Conforme nos conta a historiadora Ynaê Lopes dos Santos no seu livro *História da África e do Brasil afrodescendente* (2017), o Quilombo dos Palmares teria se iniciado a partir da fuga de cerca de 40 escravos do engenho Porto Calvo, ao sul da capitania de Pernambuco, no ano de 1597. Chegando no alto da serra da Barriga, asentaram ali um quilombo que resistiu por quase 100 anos (1597-1695) aos ataques incessantes, ora dos portugueses, ora dos holandeses, ora dos brasileiros.

Durante dezenas de anos, a eficiência do exército palmarino era tamanha que as expedições armadas não conseguiam obter vitórias significativas. Cada investida contra Palmares era respondida com mais fugas de escravos para o quilombo (SANTOS, 2017, p. 230).

De fato, o Quilombo dos Palmares chegou a ter uma estrutura social, econômica e militar digna de uma república independente. No seu auge, Palmares

chegou a ocupar uma área de 27.000 km², o que equivale ao atual estado de Alagoas. Essa vasta região foi habitada por 20.000 pessoas (um quinto da população da capitania de Pernambuco), que se dividiam em dez mocambos²⁵ diferentes: *Amaro, Acotirene, Tabocas, Dambrabanga, Aqualtene, Subupira, Macaco, Andalaquituche, Osenga e Zumbi*. O principal mocambo era o do Macaco, pois ali era a residência do chefe maior de Palmares e o local onde os chefes dos demais mocambos se reuniam para discutir

²⁵ Outro nome para quilombo, aqui se referindo às comunidades que compunham o Quilombo dos Palmares.

os assuntos comuns ao quilombo. (SANTOS, 2017, p. 228, grifos do autor)

Tendo sido o maior e mais duradouro, o Quilombo dos Palmares se tornou um importante símbolo de resistência para os movimentos negros contemporâneos. Em homenagem ao último líder do quilombo, Zumbi dos Palmares - assassinado no dia 20 de novembro de 1695 -, o dia 20 de novembro foi instituído em 2011, por reivindicação dos movimentos negros²⁶, como Dia Nacional da Consciência Negra, e, posteriormente, se tornou feriado em alguns estados e muitos municípios brasileiros.

Mas a luta não cessou com a destruição do Quilombo dos Palmares. Revoltas de norte a sul do Brasil agitaram o último século do período escravagista. Em 1798, a Revolta dos Búzios, em Salvador, mobilizou negros e brancos na luta para transformar o Brasil numa república. Frustrada pelas forças coloniais, a revolta terminou com a prisão e decapitação de quatro lideranças negras. Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga e João de Deus tiveram suas cabeças penduradas em praça pública para que servisse de exemplo aos demais negros. Em 1835, já no período do Império, a Revolta dos Malês mobilizou escravos urbanos que lutaram durante toda uma madrugada pelas ruas de Salvador. Entre os revoltosos, estaria Luiza Mahin, mãe do abolicionista Luiz Gama (1830-1882), que, vendido como escravo pelo pai, um português, conquistou a alforria, se tornou poeta, jornalista e advogado autodidata. Estima-se que ele ajudou a libertar mais de 500 escravizados. Numa carta endereçada ao jornalista Lúcio de Mendonça, em 25 de julho de 1880, descreveu sua mãe da seguinte forma:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do doutor Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que a conheciam e que me deram sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava

²⁶ Com destaque para o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que ampliou e aprofundou a proposta que já havia sido levantada pelo Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul (GONZALEZ, 2018, p. 173).

rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela. (apud LIMA, 2011, p. 9–10)

Apesar do relato detalhado de Luiz Gama, a falta de outros documentos que atestem a existência de Luiza Mahin e sua participação na Revolta dos Malês suscita discussões sobre o possível caráter lendário da sua figura (LIMA, 2011). Todavia, consagrada na literatura²⁷, na poesia e na luta do movimento negro como símbolo da força e do espírito aguerrido da mulher negra, Luiza Mahin teve seu nome inserido no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, por força da Lei nº 13.816, de 24 de abril de 2019. A mesma lei inseriu ainda o nome de Dandara dos Palmares, companheira de Zumbi e guerreira daquele quilombo.

A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 mudou o estatuto jurídico, mas não as condições de vida da população negra. Nenhuma política compensatória pelos séculos de trabalhos forçados, abusos, humilhações e pela produção não remunerada das riquezas do país foi direcionada aos negros. O saudoso poeta Jorge Portugal escreveu e o cantor Lazzo Matumbi deu voz e melodia à história de um dia que parece nunca ter terminado, o dia seguinte à festa da abolição:

*No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, eu subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci*

*Zanzei zonzo em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver*

*No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder²⁸*

Em vez de compensação, buscou-se apagar a história da transformação de seres humanos em mercadoria. Em 1891, o então ministro das finanças Rui Barbosa, expediu uma circular mandando destruir pelo fogo todos os documentos históricos e arquivos relacionados à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados - incluindo registros estatísticos, demográficos e financeiros (NASCIMENTO, [1977]

²⁷ Luiza Mahin é a personagem principal do romance *Um defeito de cor* (2006) da escritora Ana Maria Gonçalves.

²⁸ Letra da música *14 de Maio*, disponível em: <<https://www.letras.mus.br/lazzo-matumbi/14-de-maio/>>. Música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9AL6F_lbnGU>. Acesso em: 10 mar. 2022.

2016, p. 58). Assim, aquilo que havia sido a base da economia e da estrutura social do Brasil por mais de 300 anos, foi sendo jogado às pressas para debaixo do tapete, ou melhor, ao fogaréu, criando as primeiras barreiras para impedir tanto o conhecimento daquela história nefasta quanto a reclamação de quaisquer reparações baseadas nos registros oficiais da escravidão.

Como disse, a abolição mudou o estatuto jurídico, mas não as condições de vida dos ex-escravizados. Na Marinha do Brasil, por exemplo, os castigos físicos com chicotadas nas costas, tão característicos do período escravagista, ainda faziam sangrar os corpos dos marinheiros negros até a primeira década do século XX, ocasionando, não raras vezes, a morte dos castigados. Mais uma vez, é Jorge Portugal e Lazzo Matumbi que nos ajudam a seguir contando essa história:

*Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa*²⁹

E lutando por justiça, João Cândido, marinheiro negro, liderou o movimento que ficou conhecido como a Revolta da Chibata. No dia 10 de novembro de 1910, após uma série de reuniões clandestinas, Cândido e seus companheiros travaram uma luta física contra seus superiores e tomaram o controle de três navios de guerra da esquadra brasileira. Apontando os canhões desde a Baía da Guanabara para a cidade do Rio de Janeiro, exigiram o fim das chibatadas. Após uma negociação vitoriosa, que envolveu o já citado Rui Barbosa, os castigos físicos foram abolidos na Marinha e João Cândido ficou conhecido popularmente como o Almirante Negro. O compositor Aldir Blanc³⁰ eternizou esse herói nacional na música *Mestre-Sala dos Mares* (1974):

*Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o navegante negro*³¹
*Tinha a dignidade de um mestre-sala
[...]*

*Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos entre cantos e chibatadas*

²⁹ Veja a nota 28.

³⁰ Uma das primeiras vítimas célebres no Brasil da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo em março de 2020. Seu nome foi dado à Lei 14.017/2020, destinada a apoiar o setor cultural brasileiro durante o estado de calamidade pública que se instalou com a pandemia.

³¹ O termo “Almirante Negro” foi vetado pela censura da ditadura militar (1964-1985) que vigorava à época da composição da canção (BERABA, 2008).

*Inundando o coração do pessoal do porão
Que, a exemplo dos feiticeiros, gritava então
[...]
Salve o navegante negro
Que tem por monumento as pedras pisadas do cais*

Sem rever seu passado e instituir políticas públicas efetivas de reparação aos ex-escravizados e seus descendentes, o Brasil oficial do pós-abolição se apressou em tentar apagar a “mancha negra” do país, tanto física quanto culturalmente. A política imigratória adotada desde o final do século XIX até meados do século XX foi explicitamente orientada para atrair europeus e evitar africanos (CUNHA, 2002, p. 140, NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 86). Publicado apenas dois anos após a abolição, o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, assinado pelo primeiro presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca, trazia em sua ementa a consideração de que o progresso da nação estava intimamente ligado ao desenvolvimento da corrente imigratória, o qual, por sua vez, dependia “da adoção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente à imigração” (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1424). Entre essas medidas, estaria “a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agrícolas, facilitando-lhes a aquisição de braços, de modo, porém, que seja atendida a conveniente colocação dos imigrantes” (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1425).

Entretanto, como o primeiro artigo do decreto já adiantava, o empenho do governo em atrair imigrantes para o trabalho no país, fornecendo-lhes inclusive subsídios para se estabelecerem, não se estendia aos imigrantes de origem africana ou asiática:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da república, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, *excetuados os indígenas da Ásia ou da África*, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1425, grifos nossos)

Muito pelo contrário, o decreto incumbia aos agentes diplomáticos e consulares do país a tarefa de obstar, “pelos meios a seu alcance, a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar” (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1425). Furado esse primeiro bloqueio nos portos de origem, o africano ou o asiático deveria ser impedido pela polícia de desembarcar nos portos brasileiros, com o mesmo tratamento reservado aos “mendigos e indigentes”. E os comandantes dos paquetes que os trouxessem estariam “sujei-

tos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$³², perdendo os privilégios de que gozarem, nos casos de reincidência" (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1425).

O país que, por séculos, importou africanos na condição de mercadoria e contou com sua força de trabalho não remunerada para a produção de riquezas, se fechava para não os receber na condição de seres humanos. Enquanto o governo, por um lado, estabelecia uma série de medidas preventivas, bloqueios e punições para evitar a chegada de cidadãos negros, por outro, concedia

às companhias de transporte marítimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto que elas transportarem da Europa para os portos da República e proporcionalmente, na razão da metade daquela quantia pelos menores de 12 anos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 anos (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1426)

Aos próprios imigrantes europeus, o Estado oferecia o custeio integral ou parcial da passagem, assim como preço reduzido para a compra de lotes de terra. Já os proprietários de terra que desejassem colocar imigrantes europeus em suas propriedades teriam direito a receber uma série de favores do Estado – por exemplo, o pagamento de um prêmio de cerca de seiscentos e quinze mil reais, em valores atuais³³, para cada cem famílias regularmente localizadas, repetindo-se o prêmio “tantas vezes, quantas for proporcionalmente preenchida aquela condição” (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1431). Os proprietários também deveriam adiantar “aos imigrantes, que forem localizados, as ferramentas, sementes, etc.; bem assim os meios necessários para a subsistência deles e de suas famílias até o prazo de nove meses, enquanto não tiverem resultado as suas culturas” (BRASIL, 1896, v. 1, p. 1429).

E com essa política imigratória explicitamente discriminatória se iniciava o período republicano do Brasil, contrariando o senso comum de que o racismo por aqui, quando existente, é velado e restrito a manifestações de preconceito individuais. Se não tivemos um apartheid, como na África do Sul, ou um sistema Jim Crow, como nos Estados Unidos, nem por isso deixamos de ter ordenamentos legais orientados pelo racismo estrutural em nossa sociedade (ALMEIDA, 2020).

No que tange à política imigratória, engana-se quem imaginar que discriminação legal tão explícita ficou restrita ao período imediatamente posterior à abolição da escravidão. Já quase na metade do século XX, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº 7.697, de 18 de setembro de 1945, no qual, considerando a necessidade de imprimir à política imigratória uma ori-

³² De 246 a 615 mil reais, aproximadamente, em valores atuais, convertidos segundo os índices apresentados por Diniz (2021).

³³ Novamente de acordo com os índices apresentados por Diniz (2021).

entação “racional e definitiva”, se determinava “preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 1946, v. 7, p. 378).

A ideologia da democracia racial era tão forte que as elites brasileiras conseguiam inscrever na legislação seu projeto de branqueamento da população sem chamar grande atenção internacional. Muito pelo contrário, as elites brasileiras se vangloriavam internacionalmente da ausência de discriminação racial no país. Abdias Nascimento ([1977] 2016, p. 105) nos fornece o exemplo de um delegado do Brasil nas Nações Unidas que, em 1968,

durante a discussão da doutrina apartheista da África do Sul, afirmou o antirracismo do país, declarando o seguinte: “Essa posição é conhecida e é invariável. Ela representa a essência mesma do povo brasileiro, que nasceu da fusão harmoniosa de várias raças, que aprenderam a viver juntas e a trabalhar juntas, numa exemplar comunidade”.

O próprio Abdias Nascimento (1914-2011) foi um dos maiores combatentes do mito da democracia racial, dedicando grande parte da sua vida a denunciar a realidade brasileira e a criar espaços para a participação efetiva da comunidade negra na produção de cultura e na formulação de pensamento. Em 1944, fundou o Teatro Experimental do Negro, que levou pela primeira vez atores negros e atrizes negras ao palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi presidente da Convenção Nacional do Negro. Entre as reivindicações elaboradas na Convenção, uma viria a culminar na lei Afonso Arinos, de 1951, possivelmente a primeira a proibir expressamente a discriminação racial.

Apesar do avanço de sua aprovação pelo Congresso - depois de já ter sido rejeitada na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 por “ausência de fatos concretos” -, a lei foi pouco efetiva. Nascimento ([1977] 2016, p.97) conta que

Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. [...] Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa.

A insuficiência da lei pode ser entendida pela complexidade do racismo. Silvio Almeida (2020, p. 50) alerta para o fato de que o racismo é sempre estrutural, pois ele decorre “da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem

as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Em outras palavras, o racismo é a regra e não a exceção na nossa sociedade. Por isso, continua o autor, “além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas”.

O caráter estrutural do racismo permite aproximá-lo do conceito de Infraestrutura de Informação, desenvolvido por Susan Star e Karen Ruhleder (1996) e utilizado por Paulo Henrique Feitosa (2010) no estudo de grandes bancos de dados de interesse público, tal como o do Programa Bolsa Família. A utilidade de tal aproximação reside no fato de que, assim como as infraestruturas de informação, o racismo tende a passar despercebido na vida cotidiana. Vejamos algumas das principais características de uma infraestrutura de informação e sua adequação à compreensão do racismo:

- **Embutimento.** “Uma infraestrutura está imersa em - dentro de - outras estruturas, arranjos sociais, e tecnologias” (STAR; RUHLER, 1996, *apud* FEITOSA, 2010, p. 16). Esta característica se aplica ao racismo na medida em que se o compreende como “um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2020, p. 20-21). A discriminação *embutida* nas leis de imigração supracitadas é um exemplo do embutimento do racismo no ordenamento jurídico brasileiro. O algoritmo do Google que automaticamente rotulava fotos de pessoas negras como gorilas é, por sua vez, um exemplo de embutimento do racismo nos códigos computacionais (SALAS, 2018).
- **Transparência.** Uma “infraestrutura é transparente ao uso no sentido em que não tem que ser reinventada a cada vez ou construída para cada tarefa; ou dito de outra forma, ela suporta invisivelmente essas tarefas” (STAR; RUHLER, 1996, *apud* FEITOSA, 2010, p. 16). Os anúncios de emprego requisitando “pessoas de boa aparência” não precisam explicitar a procura por pele clara e a recusa pela pele escura, pois estas condições já ficam subentendidas. Outro exemplo são as denominações de “cabelo bom” e “cabelo ruim” usadas comumente sem que se precise explicar que o primeiro é o cabelo de uma pessoa branca e o segundo o de uma pessoa negra. Em todos estes casos, o racismo está presente, mas não é visto ou explicitado. Sua influência ocorre de modo imperceptível, invisível, transparente.
- **Alcance ou escopo.** O alcance “pode ser tanto espacial como temporal – uma infraestrutura tem alcance para além de um único evento ou lugar” (STAR;

RUHLEDER, 1996, *apud* FEITOSA, 2010, p. 17). O racismo é um processo histórico de longa duração, cuja base na “noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos [...] remonta aos meados do século XVI” (ALMEIDA, 2020, p. 24). Seu alcance espacial é pelo menos tão amplo quanto foram os circuitos do tráfico escravista. Guardadas as particularidades das diferentes formações nacionais, o racismo está presente nas estruturas de sociedades sul-americanas, como o Brasil, norte-americanas, como os EUA, europeias, como a França, e africanas, como a África do Sul (MBEMBE, 2018).

As características acima atestam a utilidade do conceito de Infraestrutura de Informação para a compreensão do racismo. Parafraseando Marx, Almeida (2020, p. 50) elucida que o racismo “é parte de um processo social que ocorre ‘pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. De modo semelhante, Feitosa (2010, p. 19) afirma que “quanto mais um sistema de informação se aproxima de uma infraestrutura, mais se torna invisível, e os rastros de sua construção e sustentação vão se apagando”. O autor então conclama:

Dada esta tendência ao desaparecimento, estudar estes sistemas exige um esforço no sentido de aclarar os rastros esmaecidos ou apagados. É preciso uma força inversa à força de invisibilidade da infraestrutura. É o que Bowker (1994) chama de inversão infraestrutural (*infrastructural inversion*), propondo que o pesquisador não desça pela correnteza da invisibilidade, fazendo um esforço de remar rio acima, no sentido inverso, rumo à visibilidade. (FEITOSA, 2010, p. 19)

Se hoje a discussão sobre as questões raciais se tornou cotidiana nas redes sociais, programas televisivos, teatros, auditórios, salas de aula e salas de jantar, isto se deve ao esforço dos movimentos negros e de intelectuais que, durante décadas, remaram rio acima, jogando luz sobre a realidade racial brasileira e propondo políticas para a superação do racismo. Lélia Gonzalez (1935-1994), professora universitária, antropóloga, filósofa, intelectual e uma das mais destacadas militantes negras de nossa história recente³⁴, ressaltou que o advento do Movimento Negro Unificado (MNU)³⁵, do qual foi uma das fundadoras,

consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra brasileira, na década de 70. Vale notar que as

³⁴ Uma biografia resumida de Lélia Gonzalez está disponível no site da Fundação Palmares, sob o título “Lélia Gonzalez: A mulher que revolucionou o movimento negro”. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53181>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

³⁵ Inicialmente chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

entidades culturais que, de um modo ou de outro, se distanciaram do MNU (por discordarem de sua proposta ou por falta de clareza política), foram obrigadas a se posicionarem de maneira mais incisiva; justamente porque o MNU conquistou espaços políticos que exigiam esse avanço por parte delas. Hoje não dá mais para sustentar posições culturalistas, intelectuais, coisas que tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras. Sendo contra ou a favor, não dá mais para ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre *raça* e *classe*. (GONZALEZ, [1982] 2018, p. 178)

Também fundador do MNU, o já citado Abdias Nascimento foi um dos mais proeminentes intelectuais neste esforço de visibilizar o racismo brasileiro. Sua importância se revela tanto no conteúdo de sua obra quanto no momento histórico em que foi apresentada. Seu mais célebre livro, *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*, foi originalmente escrito para a sua participação no Colóquio do II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, realizado em Lagos, na Nigéria, em 1977³⁶.

Em plena ditadura militar, Nascimento ousou “desmascarar” - como diz o subtítulo do livro - o mito da democracia racial no Brasil, que àquela altura era quase inquestionável. Talvez por representar essa voz dissonante ao discurso oficial do governo brasileiro, que tinha interesses comerciais na Nigéria e em outros países do continente africano, seu texto foi recusado sem que uma justificativa plausível tenha sido apresentada. Nascimento não se intimidou e participou do Colóquio mesmo assim, distribuindo pessoalmente aos participantes cópias do seu texto e debatendo suas ideias nos diversos espaços de discussão do Colóquio³⁷.

Algumas das recomendações que não puderam ser apreciadas na assembleia do Colóquio, mas que se encontram na conclusão do livro, só vieram a ser atendidas, ainda que parcialmente, décadas depois; outras ainda seguem como pauta de luta dos movimentos negros. Entre as recomendações, estava a de

que o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior (NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 172)

³⁶ Artistas importantes brasileiros também participaram do Festival, como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Este último, inspirado pelo que viu lá e pelas semelhanças com a realidade brasileira, gravou, ao voltar para o Brasil, o álbum *Refavela*, cuja faixa-título abre o presente capítulo.

³⁷ Para a produção das cópias do seu texto, Nascimento contou com a ajuda de colegas solidários a sua causa na Universidade de Ifé, na Nigéria, onde desfrutava de um período como professor visitante.

Tal recomendação veio a se realizar, ao menos no papel e parcialmente, somente 26 anos depois, através da primeira lei assinada pelo presidente Lula. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabeleceu a obrigatoriedade, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, do “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003). Todavia, a efetiva implementação da lei ainda é tema de reivindicação dos movimentos negros quase duas décadas após a sua promulgação (ARAUJO, 2021; FERREIRA, 2021).

Outra das recomendações de Nascimento dirigiu-se ao centro da questão não resolvida do Brasil: a reparação. Munido de proposta objetiva e argumentação historicamente embasada, ele recomendou que

o governo do Brasil estude e formule compensações aos afro-brasileiros pelos séculos de escravização criminoso e decênios de discriminação racial depois da abolição; para esse fim se deverá drenar recursos financeiros e outros, compulsoriamente originados da Agricultura, do Comércio e da Indústria, setores que historicamente têm sido beneficiados com a exploração do povo negro. Tais recursos constituirão um fundo destinado à construção de moradias, que satisfaçam à exigências da condição humana, em substituição às atuais habitações segregadas onde vive a maioria dos afro-brasileiros: favelas, cortiços, mocambos, porões, cabeças-de-porco, e assim por diante. O fundo sustentaria também a distribuição de terras no interior do país para os negros engajados na produção agropecuária (NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 173)

Apesar de necessária e justa, esta recomendação de Nascimento soa um tanto futurista mesmo quatro décadas depois de sua elaboração. Se avançamos bastante na última década em termos de visibilidade da questão racial no Brasil, um longo caminho ainda nos separa de políticas efetivas de reparação e diminuição das desigualdades sociais decorrentes do racismo. Mesmo com a visibilidade alcançada em torno da questão racial e a adoção de políticas afirmativas nas universidades públicas, o poder político e econômico ainda está concentrado numa classe dominante que resiste a reconhecer a existência do racismo; e só o faz quando vencida pela pressão social dos movimentos negros.

Representando os setores mais conservadores dessa classe dominante, o atual governo federal tem demonstrado absoluto descompromisso com a luta pela igualdade racial. Nomeou para a Fundação Palmares - entidade responsável pela preservação dos valores culturais, sociais e econômicos afro-brasileiros - um presidente que despreza o movimento negro, nega a existência do racismo e já declarou que a escravidão foi benéfica para os descendentes (FOLHA DE S.PAULO, 2019).

A negação do racismo, que parecia superada no âmbito do governo federal - que desde 2003 conta com uma Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR -, voltou a ter voz no alto escalão. Em pleno 20 de novembro de 2020, Dia Nacional da Consciência Negra, o vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, ao comentar o assassinato de um homem negro, morto na noite anterior por seguranças de um supermercado em Porto Alegre, declarou: “Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil, não existe aqui.” (GULLINO, 2020). Questionado por repórteres sobre esta afirmação, ele completou:

Aqui o que você pode pegar e dizer é o seguinte: existe desigualdade. Isso é uma coisa que existe no nosso país. Nós temos uma brutal desigualdade aqui, fruto de uma série de problemas, e grande parte das pessoas, vamos colocar assim, de nível mais pobre, que tem menos acesso aos bens e às necessidades da sociedade moderna, são gente de cor. (GULLINO, 2020)

Ao tentar fazer a operação típica daqueles que tentam negar a existência do racismo, qual seja, atribuir a desigualdade social a quaisquer outros motivos que não o racismo - no caso dele, de maneira vaga, a “uma série de problemas” -, o vice-presidente caiu em contradição e acabou admitindo que a pobreza no Brasil tem cor; e, como sabemos, ela é negra. Confrontado uma vez mais pelos repórteres, que o lembraram de outros casos recentes de flagrante racismo, o vice-presidente tentou minimizar: “Isso não é uma coisa estrutural, é uma coisa pessoal” (GULLINO, 2020).

É, portanto, neste contexto conflituoso - de um lado, a crescente consciência racial da população brasileira, em particular da comunidade negra, e, do outro, a insistência da classe dominante e seus representantes nos poderes estatais em não reconhecer a existência do racismo estrutural no país, se furtando assim da responsabilidade de implementar políticas efetivas de reparação e construção de uma verdadeira igualdade racial -, que surgem iniciativas da sociedade civil dispostas a utilizar as tecnologias da informação e comunicação com finalidade antirracista.

Revelada a infraestrutura de informação que é o racismo, suas rachaduras ficam expostas e sujeitas ao tensionamento de uma juventude cada vez mais conectada através das ferramentas digitais e articulada em torno de um poderoso e controverso elemento agregador: a identidade negra. Nos próximos capítulos, refletiremos sobre a emergência do discurso de afirmação da identidade negra e sua relação com o surgimento de algumas iniciativas digitais antirracistas, a partir das histórias de criação de duas delas: o grupo Afrodengo e o aplicativo Kilombu.

4 A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

*“Quando você for convidado pra subir no adro da Fundação Casa
de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos
E outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados”*

(Caetano Veloso e Gilberto Gil - *Haiti*)

A cena descrita na canção *Haiti*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, simboliza ao mesmo tempo a dinâmica e o significado das relações raciais no Brasil. É uma cena corriqueira, que pode ser vista por qualquer baiano ou turista em dia de festa no Largo do Pelourinho, em Salvador, Bahia³⁸. E não apenas em Salvador, capital com o maior percentual de população negra do Brasil – 82%, de acordo com dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ALENCAR, 2018). Cenas de brutalidade policial direcionadas aos negros são frequentemente flagradas e noticiadas de norte a sul do país. Num episódio recente, na noite da véspera do Dia da Consciência Negra de 2020, um homem negro foi espancado até a morte por seguranças da rede de supermercados Carrefour em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (CAMARGO; SPERB, 2020).

Cabe aqui chamar a atenção para o uso do termo “quase” pelos compositores. Este advérbio sinaliza uma importante característica do racismo brasileiro: a demarcação da identidade racial com base no fenótipo, em particular a cor da pele. Num país altamente miscigenado, basear a identidade racial pelo fenótipo é um grande desafio para a aplicação de políticas públicas de ações afirmativas, como, por exemplo, as cotas nas universidades federais (MACIEL *et al.*, 2020; MOREIRA, 2020). Da mesma forma, como veremos mais adiante, iniciativas da sociedade civil voltadas ao fortalecimento da comunidade negra se veem recorrentemente no dilema de decidir quem pode ou não fazer parte das suas ações.

³⁸ Trata-se do mesmo Largo onde Michael Jackson gravou, junto com o Olodum, parte do clipe da música *They don't care about us* (“Eles não ligam pra gente”), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNJL6nfu_Q>. Acesso em: 10 mar. 2022. Símbolo do Centro Histórico de Salvador, o Largo é locação para numerosos filmes, ponto turístico para fotos de turistas e palco para festivais, shows e carnaval.

Todavia, a miscigenação não se revela um obstáculo na prática sistemática da discriminação racial. Existe um tratamento destinado aos pretos e “todos sabem como se tratam os pretos”³⁹. E este mesmo tratamento, a depender das circunstâncias, é também destinado aos “quase pretos”, aos “mulatos” e aos “quase brancos quase pretos de tão pobres”. Abdias Nascimento explica que:

Um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra* - ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidades de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. (NASCIMENTO, 2016, p. 48, grifos do autor)

Embora sejam signos de marcação suficientes para que alguém seja racialmente discriminado no Brasil, a cor da pele e outras características fenotípicas não esgotam o debate sobre a identidade racial. Se assim o fosse, seria considerar a raça como uma característica intrinsecamente biológica de cada pessoa, quando, na realidade, a raça é produto do racismo (ALMEIDA, 2020; MBEMBE, 2018). Em outras palavras, o racismo, como um conjunto de ideologia e mecanismos políticos, jurídicos e econômicos historicamente constituídos, estruturou, ao longo desse processo histórico, a distribuição de privilégios e desvantagens entre diferentes grupos humanos com base na ideia de raça. Portanto, a raça não é uma característica intrínseca de cada pessoa, mas uma construção histórica do racismo.

Uma consequência dessa construção histórica no Brasil é a íntima relação entre raça e classe tanto nas condições objetivas de vida quanto na constituição das identidades. Mário Filho (2010) narrou um episódio emblemático ocorrido nos anos 1950. Segundo o autor, um jogador do Fluminense de nome Robson, ao se referir a um tratamento discriminatório que deixou de receber após sua ascensão social, teria dito: “eu já fui preto e sei o que é isso” (vide Capítulo 1). Frase semelhante também já teria sido dita por um famoso pintor ao ouvir as queixas de um jovem negro que tentava a carreira de diplomata (RIBEIRO, 1995).

Se, por um lado, um negro pode considerar que deixou sua negrura para trás ao ascender socialmente, um branco pobre, por outro lado, é assombrado pela possibilidade de ser tratado como preto. De modo mais amplo, Silvio Almeida (2020, p. 79) aponta que os brancos de países da periferia do capitalismo, como o Brasil, precisam

³⁹ Outro verso da música “Haiti”, de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

a todo instante reafirmar a sua branquitude, pois ela está sempre sendo posta em dúvida. Afinal, o branco periférico não está no topo da cadeia alimentar, pois não é europeu nem norte-americano e, ainda que descenda de algum, sempre haverá um negro ou um índio em sua linhagem para lhe impingir algum “defeito”. Situação difícil, tratada com o repúdio e às vezes o ódio ao negro e ao indígena, verdadeiras “sombras”, que com seus corpos e suas manifestações culturais lembram-no que um dia ele, o branco, pode ser chamado de negro. Ou ainda pior: ser tratado como um negro.

“Por isso”, continua o autor, “às vezes é melhor ser maltratado na Europa ou nos Estados Unidos do que estar próximo de outros brasileiros negros e indígenas, algo insuportável”. E conclui: “O pavor de ser igualado a um negro é o verdadeiro fardo que carrega o homem branco da periferia do capitalismo e um dos fatores que garante a dominação política, econômica e cultural dos países centrais” (ALMEIDA, 2020, p. 79).

Todavia, ao mesmo tempo que precisa reafirmar a sua condição de branco, o branco periférico, assim como os brancos de uma maneira geral, precisa também negar ter uma identidade, pois “só se é ‘branco’ na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco, que se nega ser portador de uma raça. Ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma. É uma raça que não tem raça” (ALMEIDA, 2020, p. 78). Segundo Almeida, esta seria a contradição insuperável da identidade branca.

Por isso, é irônico, mas compreensível, que alguns brancos considerem legítimo chamar de ‘identitários’ outros grupos sociais não brancos sem se dar conta de que esse modo de lidar com a questão é um traço fundamental da sua própria identidade. (ALMEIDA, 2020, p. 78)

Como visto, o debate em torno da identidade racial é complexo e não se encerra na cor da pele. Isto porque a raça “sempre opera no campo da ambiguidade, da obscuridade, do mal-entendido e da contradição” (ALMEIDA, 2020, p. 78). Vejamos o exemplo do Afrodengo, um grupo no Facebook cujo objetivo é fomentar a afetividade entre pessoas negras. A entrada no grupo é exclusiva para pessoas negras. Quando uma pessoa solicita entrar, as fotos disponíveis em seu perfil na rede social são analisadas por um grupo de sete moderadores mais a criadora do grupo, Lorena Ifé. A identificação é feita com base no fenótipo. Em entrevista concedida para esta dissertação, Ifé contou que, de um modo geral, o grupo de moderadores não tem dificuldade em identificar se o solicitante é ou não é negro. Mas lamentou que dentro do grupo mais amplo do Afrodengo a cor da pele seja motivo de conflitos.

As pessoas negras de pele clara sofrem muito dentro do Afrodego. Eu tenho uma amiga que faz parte do grupo, mas ela nunca se apresentou porque ela tem a pele clara. Tipo, ela é bem clara mesmo. Mas eu a vejo como uma mulher negra e ela se identifica como uma mulher negra. Mas se ela se apresentasse seria linchada, como já aconteceu diversas vezes [com] a galera preta de pele clara. Existe um conflito muito grande dentro do Afrodego em relação a isso. Não sei como dar conta disso. [...] Isso gera realmente conflito, essa questão de identidade negra dentro do grupo. A gente tenta mediar, mas é uma briga que a sociedade está tendo, né? (IFÉ, 2020)

Uma das vítimas desse tipo de linchamento digital relatado por Ifé foi Fabiana Cozza. A cantora paulista havia aceitado o convite para interpretar Dona Ivone Lara, a grande dama do samba, num musical sobre a sua vida, com estreia prevista para setembro de 2018. Mas não deu tempo nem de começar a ensaiar. Bastou seu nome ser anunciado pela imprensa, em 30 de maio daquele ano, para que diversas manifestações contrárias à sua indicação para o papel fossem compartilhadas nas redes sociais. Entre críticas ponderadas e ataques odiosos, seus censores a consideraram clara demais para interpretar aquela que talvez seja uma das maiores artistas negras brasileiras do século XX. De nada adiantou seu currículo na música afro-brasileira e afro-latina. Nem os prêmios que já recebeu pelo seu trabalho. Nem mesmo a alegação de que seu nome tinha sido escolhido pela própria homenageada, que soube antes de morrer que seria tema de um musical. Nada disso adiantou. A tonalidade da pele de Cozza, mais clara que a da matriarca do samba, foi vista por alguns críticos como um impeditivo insuperável, uma inadequação inadmissível, ou, para usar um jargão jurídico, um vício insanável para que ela fizesse jus à personagem.

Diante da resistência ao seu nome, Cozza decidiu renunciar ao papel cinco dias após ter sido anunciada, comunicando sua decisão através de uma carta pública. A esta altura, a cantora já havia rejeitado outras oportunidades de trabalho para deixar a agenda livre durante o período de preparação do musical. Ainda assim, em entrevista à jornalista Eliane Brum (2018), pouco tempo depois da renúncia, Cozza disse não se considerar uma vítima neste episódio.

Estava bem no meio de um furacão pessoal quando a discussão começou. Aí eu comecei a ver aquela situação toda, e as pessoas falando para eu sair porque eu não represento, porque a minha imagem fenotípica, os meus traços fenotípicos são distantes dos traços da Dona Ivone. É importante que, do ponto de vista histórico, uma criança veja um grande nome como a Dona Ivone, tal qual ela é, e neste caso estou falando politicamente, não artisticamente. [...] [N]aquele momento, pensei: “Eu preciso sair. Eu preciso sair porque, primeiro, é legítimo. Essa discussão da representatividade é absolutamente legítima”. (BRUM, 2018)

Solicitada a explicar por que considerava legítima a discussão sobre representatividade, Cozza complementou:

É legítima porque a gente tem uma sociedade absolutamente desbalanceada em relação ao povo negro. Não existe equidade entre brancos e negros e mexer nisso é rever privilégios históricos. Nós, negros, nunca somos a primeira escolha. (BRUM, 2018, grifos nossos)

O caso de Fabiana Cozza é emblemático, pois se trata de uma cantora negra, que se reconhece enquanto negra, que trilha uma carreira na musicalidade negra, mas que, no momento em que foi anunciada como intérprete de uma grande cantora negra, teve a sua “representatividade”, e, em alguns casos, a sua própria identidade racial, questionada unicamente com base no seu fenótipo. Um questionamento que a própria cantora considerou justo, uma vez que, no Brasil, assim como em outros lugares, a discriminação racial e a desigualdade de oportunidades são fortemente influenciadas pela gradação da cor da pele.

Eu consigo identificar esse discurso da representatividade como legítimo, porque também vivenciei esse histórico com amigos. Isso é muito verdade e precisa ser reparado, sim. As pessoas perdem lugar porque são consideradas “escuras demais”, “pretas demais”. [...] Eu tenho uma grande amiga que mora fora do país, que vive intensamente esse não lugar. Tipo: “Você é a melhor bailarina do teste, nós não temos dúvidas. Mas, querida, você é muito preta pra esse espetáculo, a tua cor de pele é muito escura, eu não posso te garantir esse papel”. Isso é inaceitável, mas é ainda a realidade da maioria dos homens e mulheres negras. (BRUM, 2018)

A influência da gradação da cor da pele na discriminação racial ficou conhecida como “colorismo”: quanto mais escuro o tom da pele de uma pessoa, mais sujeita ela está a sofrer discriminações raciais; quanto mais claro, maior é a sua aceitação pela sociedade. Essa característica do racismo brasileiro cria uma verdadeira zona de conflito para as pessoas negras de pele clara, que ficam no limiar de uma discussão sobre as fronteiras da identidade negra. Uma zona de conflito que têm seus níveis de tensão elevados quando se trata de decidir quem pode ou não acessar uma vaga reservada a pessoas negras numa instituição federal de ensino, quem pode ou não fazer parte de um grupo online voltado exclusivamente para pessoas negras, como é o caso do Afrodengo, ou ainda quando se julga a “representatividade” de uma artista perante a comunidade negra. Uma zona de instabilidade e controvérsias, que suscita uma série de perguntas ainda sem respostas consensuais. Um lugar sintetizado por Cozza da seguinte forma:

Nós, negros de pele clara, eu me arriscaria a dizer, estamos nessa Faixa de Gaza. Metaforicamente, o colorismo pode ser essa linha divisória. Agora, talvez seja importante entendermos o conceito de negro. Quem é negro neste país? Quem não é? O que define? Quem tem "autoridade" suficiente pra entrar ou não nessa discussão? O que legitima uma pessoa se assumir negra? E a auto-declaração, vale? Não Vale? Eu também fiquei confusa. (BRUM, 2018)

Hoje o conflito identitário é pelo reconhecimento, ou não, de pessoas de diversos tons de pele como negras. Um conflito provavelmente associado à recente implantação das cotas nas universidades públicas e concursos públicos, uma política que conferiu, pela primeira vez na história do Brasil, alguma vantagem às pessoas negras (TELLES; PAIXÃO, 2013). Desde sua implantação, as cotas têm sido tema de inúmeras denúncias de fraudes, pois pessoas fenotipicamente brancas, reconhecidas socialmente como brancas, estariam mentindo na autodeclaração étnico-racial para acessarem as vagas destinadas às pessoas negras. Este comportamento de alguns candidatos brancos, segundo Cássia Virgínia Bastos Maciel, Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, surpreendeu até mesmo os intelectuais que lutaram pela implementação das cotas:

Quando aprovamos as ações afirmativas, a autodeclaração estava ali consagrada por excelência e não imaginávamos – ouvi isso do professor Kabengele Munanga, ouvi isso da professora Elisa Larkim também no Congresso da UFBA em 2018 – olha, quando a gente aprovou [as ações afirmativas], vindo inclusive da Conferência de Durban⁴⁰, não passava pela nossa mente que neste país, onde o racismo é estrutural, uma pessoa fenotipicamente branca fosse se autodeclarar negra. Porque esta identidade estava atrelada àquilo que foi estrategicamente excluído, diminuído e sub-humanizado. Nos enganamos. (MACIEL *et al.*, 2020)

Desde 2017, ao menos 729 processos administrativos já foram abertos em universidades federais para a apuração de denúncias de fraudes em cotas raciais, resultando em pelo menos 163 estudantes expulsos destas instituições (MOREIRA, 2020). Para evitar novas fraudes, diversas instituições passaram a adotar bancas de heteroidentificação em seus processos seletivos de ingresso, incumbidas do papel de verificar a validade da autodeclaração racial feita pelos candidatos. A pró-reitora da UFBA explica que o procedimento de heteroidentificação é necessariamente subjetivo e, por isso, é “perfeitamente compreensível” que estudantes cujos fenótipos não sejam indiscutivelmente negros ou brancos possam ser aprovados em determinados

⁴⁰ Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, em Durban, África do Sul, organizada pela ONU. A declaração final da Conferência pode ser encontrada em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

processos seletivos, enquanto em outros não, uma vez que a avaliação é feita a partir da

percepção dos membros da banca sobre o conjunto de cor da pele, traços fenotípicos e do tipo de cabelo. Tem um limite sobre isso? Tem. Tem impasses. É por isso que a legislação está estabelecendo que seja aprovado por maioria de decisão na banca. Isso tem desdobramento sobre pessoas que se viam como pessoas pardas, que se viam como pessoas negras e foram indeferidas? Tem. Mas nós temos que entender que o procedimento de heteroidentificação é válido para aquele processo seletivo. Ele não é um atestado de negritude. [...] Então uma banca de heteroidentificação não está lhe dizendo se você é negro ou se você é branco. Ela está lhe dizendo como ela o percebe socialmente e com o foco específico para aquele processo seletivo. (MACIEL *et al.*, 2020)

No momento em que, pela primeira vez na história do Brasil, se declarar negro pode permitir o acesso a alguma vantagem em concorrência pública, iniciativas voltadas para o fortalecimento da comunidade negra, como o Afrodengo, a exemplo das bancas de heteroidentificação, enfrentam o desafio de tentar demarcar os limites da identidade negra.

Este novo cenário é diametralmente oposto àquele que vigorou durante boa parte do século XX, marcado pela negação da história, da memória e das contribuições dos negros na formação da nação, e pela tentativa daqueles que tinham a pele mais clara de serem poupados do tratamento destinado aos pretos. Em vez de brancos descrevendo-se a si mesmos como negros, tínhamos “os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante” (NASCIMENTO, 2016, p.90).

A década de 70 marca um período de virada, pois é nesta década que surgem no Brasil algumas das mais notáveis organizações políticas e culturais afirmando a beleza e o orgulho da identidade negra. Em 1974, no bairro da Liberdade, até então bairro de maior população negra de Salvador, foi criado o primeiro bloco afro do carnaval baiano. Seus criadores pensaram inicialmente no nome Poder Negro, inspirados pelo movimento *Black Power* estadunidense de afirmação da negritude (ITO, 2019). Mas, temendo a repressão da ditadura militar vigente naquela época, optaram pelo nome yoruba Ilê Aiyê, livremente traduzido como Mundo Negro. Permitindo somente o desfile de pessoas negras, o bloco se tornou referência de afirmação da beleza negra. A cada ano, através da sua música tema, escolhida a partir de um concurso de compositores, o bloco conta histórias dos povos negros, seja no continente africano ou na diáspora. Ao longo destas mais de quatro décadas de

existência, o Ilê, como é carinhosamente chamado pelos baianos, vem resgatando a autoestima de um povo que por séculos foi reduzido à condição de mercadoria e, após a abolição, vem sofrendo com a discriminação e o apagamento de sua história e cultura. A letra da canção Alienação (de Mario Pam e Sandro Teles), entre muitas outras, sintetiza a proposta política do bloco em torno da identidade negra:

*Se você está a fim de ofender
É só chamá-lo de moreno pode crê
É desrespeito à raça é alienação
Aqui no Ilê Aiyê a preferência é ser chamado de negão*

*Se você está a fim de ofender
É só chamá-la de morena pode crê
Você pode até achar que impressiona
Aqui no Ilê Aiyê a preferência é ser chamada de negona*

*A consciência é o objetivo principal
Eu quero muito mais
Além de esporte e carnaval, natural.
Chega de eleger aqueles que têm
Se o poder é muito bom
Eu quero poder também*

*O sistema tenta desconstruir
Ihe afastar de suas origens
Pra que você não possa interagir, construir.
Já passou da hora de acordar
Assumir sua negritude é vital para prosperar*

*Ser negro não é questão de pigmentação
É resistência para ultrapassar a opressão, sem
pressão.
Lutar sempre igualdade e humildade
Vou subir de Ilê Aiyê
E mudar toda cidade.*

Quatro anos depois do surgimento do Ilê, as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foram palco da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), que viria a ser o mais importante movimento negro surgido desde o desmantelamento da Frente Negra Brasileira pela ditadura Vargas nos anos 1930 (CAETANO, 2019). Abdias Nascimento, que no ano anterior havia denunciado a falsidade do mito da democracia racial brasileira no II Festival Mundial de Artes Negras, em Lagos, na Nigéria, estava entre os fundadores do novo movimento, juntamente com a professora e intelectual Lélia Gonzalez e outras figuras negras proeminentes da época. Entre as reivindicações iniciais do MNU, estava o estabelecimento do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, o ensino da história e da cultura africana

e afro-brasileira nas escolas, o fim da discriminação racial e a construção de uma verdadeira democracia racial no país.

Assim, no bojo do processo de rearticulação dos movimentos sociais de luta pela democracia no Brasil, os movimentos negros brasileiros foram construindo uma agenda de denúncia do mito da democracia racial, defendendo que sua construção de fato no país dependia do reconhecimento do caráter multicultural e plurirracial da sociedade brasileira e da adoção de medidas que promovessem a igualdade racial (MUNANGA, 1999). Para isso, os movimentos negros se dedicaram a fazer emergir dos porões da história a contribuição dos negros na formação do país, suas histórias de lutas e revoltas contra a escravidão e o racismo, e sua rica produção cultural. Tudo isso num movimento de resgate da autoestima da população negra, de tomada de consciência da sua história e das suas condições de vida, e de construção de uma identidade negra comum que permitisse o acúmulo de forças para o enfrentamento do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020).

Uma década depois da criação do MNU, as forças acumuladas pelos movimentos negros tiveram um papel fundamental para imprimir no texto constitucional de 1988 a criminalização do racismo e a busca pela igualdade de raça e gênero. Na mesma época, é criada a Fundação Palmares, responsável por políticas voltadas à cultura negra na esfera do governo federal. Em 20 de novembro de 1995, cerca de 30 mil pessoas participaram da Marcha Zumbi, em Brasília. O ato, articulado por diversas entidades dos movimentos negros, marcou os 300 anos do assassinato do último líder do Quilombo dos Palmares e denunciou o racismo e a falta de políticas públicas voltadas para a população negra. Naquele dia, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) recebeu representantes da marcha e assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (JORGE, 2005).

A marcha de 1995 contribuiu assim para um passo fundamental no reconhecimento pelo Estado do racismo estrutural sofrido pela população negra. No ano seguinte, o Seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e aberto por FHC, foi o pontapé para o governo federal começar a pavimentar o caminho para a implementação daquilo que viria a trazer o racismo para o centro do debate público nacional (CAMPOS; GOMES, 2016): as políticas de ações afirmativas.

Tornadas realidade a partir de 2003⁴¹, já durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas de ações afirmativas raciais chacoalharam as estruturas até então sólidas da ideologia da democracia racial no país. Telles e Paixão (2013, p.10) afirmam que “discussões públicas sobre raça e racismo eram raras até 2001”ⁱⁱⁱ. Para estes autores, o anúncio repentino das políticas de ações afirmativas naquele ano “teria surpreendido quase todo mundo”^{iv} (TELLES; PAIXÃO, 2013, p. 10), tamanha era a força da ideologia da democracia racial entre os brasileiros. Campos e Gomes (2016), por sua vez, analisaram o impacto do debate público criado em torno das políticas de ações afirmativas sobre a produção acadêmica do campo de estudos das relações raciais no período de 1994 a 2013⁴². Os autores observaram que houve um crescimento regular do interesse acadêmico sobre a questão racial no período analisado, sinalizado pelo aumento da proporção de artigos sobre o tema nas revistas de ciências sociais. Mas advertem:

Embora tal crescimento possa ser explicado pela maior politização e publicização da questão racial no período analisado, devido em grande monta ao debate em torno das ações afirmativas, ele não pode ser totalmente explicado pelo incremento nos textos sobre esse subtema em específico. Ao que parece, o debate em torno dessas políticas de inclusão incentivou a publicação de textos sobre a questão racial de modo geral e não apenas sobre as políticas em si. (CAMPOS; GOMES, 2016, p. 97)

A efervescência dos debates sobre a questão racial nos campi universitários, nas redes sociais e na imprensa indica que as conclusões de Campos e Gomes a respeito do mundo acadêmico podem ser estendidas à sociedade brasileira como um todo. Ou seja, as políticas de ações afirmativas, pela polêmica que suscitaram, puseram a sociedade brasileira a pensar não apenas sobre elas, mas sobre a questão mais ampla da raça e do racismo. Dentre as consequências mais notáveis desta ampliação do debate sobre raça e racismo está a progressiva mudança na forma como a população brasileira percebe a própria identidade racial. Os brasileiros e as brasileiras têm vivido um intenso movimento de repensar suas identidades e a repercussão deste movimento nos dados censitários sobre a composição racial da

⁴¹ Ano de ingresso dos primeiros estudantes contemplados por cotas para negros nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual da Bahia, pioneiras na implementação de cotas raciais (MATTOS, 2010).

⁴² Ou seja, de dois anos antes do referido seminário do Ministério da Justiça a um ano depois da política de cotas sócio-raciais nas universidades públicas federais se tornar lei federal.

população não deixa dúvidas: cada vez mais brasileiros estão se reconhecendo como negros e, em particular, como pretos⁴³.

A respeito disso, vejamos o relato de Vitor Del Rey, criador do aplicativo Kilombu⁴⁴, destinado a conectar empreendedores negros a consumidores interessados em fortalecer economicamente a comunidade negra. Em entrevista concedida para esta dissertação, Del Rey contou como sua procura por um vestibular para negros acabaria sendo um pontapé para sua tomada de consciência racial:

Lembro que estava sentado na frente do computador e digitei no Google: “pré-vestibular para negros”. Eu não tinha consciência racial: sabia que era preto porque não dá pra disfarçar. Mas não quer dizer que gostava de ser preto. Eu dizia que era pardo, né? Por quê? Quais as referências de preto que eu tinha? Ladrão... que não caga na entrada caga na saída... que só faz merda... o escravo... macaco... Então foi: “Cara, como é que eu posso fazer pra ficar longe dessa identidade de macaco, de ladrão? Ah, pô, na minha certidão de nascimento está pardo”. Ninguém fala que pardo quando não caga na entrada caga na saída. Fala que preto faz isso. Ninguém fala: “aquele ladrão pardo ali, aquele pardinho ladrão”. Não, o ladrão é preto. O ladrão não é pardo. O ladrão é preto. A identidade está ali muito bem fixada. E aí, eu ficava com esse rolê do pardo. Aí eu ouvia: “para de palhaçada de pardo, tu é preto”. E eu: “não, olha aqui a minha certidão de nascimento”. E reclamava a certidão, mostrava a certidão, porque não queria a identidade de preto. Mas aí, não sei o porquê, digitei pré-vestibular para pretos. (DEL REY, 2020)

Del Rey contou como sua entrada no cursinho pré-vestibular da Educafro⁴⁵ em 2012 o fez ter contato com referências positivas da identidade negra, motivando-o a assumir essa identidade:

Aquilo foi muito transformador pra mim. Porque enquanto Ganga [apelido de um dos responsáveis da Educafro] falava da bolsa, pra falar da bolsa ele contava a história social do negro no Brasil. E aí ele começava a dar um monte de referência bibliográfica, né? E sempre fui um chato que gostava de estudar e, por causa desse negócio de cristianismo, eu lia a bíblia de um monte de fontes, um monte de bíblias diferentes. E aí comecei a ver um monte de referências do que é ser preto, de outros pretos no mundo... e aí, a história real do Egito... e aí, a história real da África... e aí, entendendo que a África não é um país, é um continente que tem sei lá quantas línguas... que

⁴³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como negros a soma dos autodeclarados pardos e pretos. Como já citado anteriormente, os pretos foram a categoria que registrou o maior aumento proporcional de 2012 a 2018, com um crescimento de 32,1%. Enquanto isso, no mesmo período, o número de pessoas autodeclaradas brancas reduziu de 92,2 milhões para 89,7 milhões.

⁴⁴ Atualmente o aplicativo encontra-se desativado, mas ainda mantém uma página no Facebook, disponível em: <<https://www.facebook.com/kilombu/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴⁵ Associação que visa fomentar o ingresso de pessoas negras, em especial, e pobres, em geral, em universidades públicas, prioritariamente, ou em universidades particulares com bolsas de estudo. Para mais informações, ver o portal da Educafro, disponível em: <<http://www.educafro.org.br/site/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

tem diversidade [...] E eu falava: “Caraca, mano, isso aí é que é ser preto? Então eu quero ser essa parada aí”. Aí eu virei preto. (DEL REY, 2020)

Diferentemente do jogador Robson nos anos 1950, que teria dito “eu já fui preto”, Del Rey deixou de se refugiar na identidade de pardo para afirmar-se preto. Esta revisão da própria identidade feita por Del Rey se insere no quadro de uma “tendência geral de se identificar como não-branco”^{iv} (TELLES; PAIXÃO, 2013, p. 11) observada nas últimas duas décadas. O relato de Del Rey também confirma a análise de Nascimento (2016) sobre a afirmação da identidade parda como uma tentativa de escape da discriminação racial. Todavia, como já apontado por estudiosos das estatísticas oficiais sobre as condições de vida da população, o “racismo brasileiro atinge de forma equivalente tanto aqueles que se autoclassificam nos censos como pretos como os autodenominados pardos” (CAMPOS; GOMES, 2016, p. 107), o que daria certa razão ao movimento negro brasileiro para “propor um projeto antirracista que amalgamasse numa só identidade ‘negra’ esses dois grupos” (CAMPOS; GOMES, 2016, p. 107). Enquanto os estudos apontam não haver distinções significativas entre as condições sociais de pardos e pretos, o relato de Del Rey sugere que, no plano simbólico, afirmar-se preto, em vez de pardo, sinaliza uma tomada de consciência racial.

Podemos observar que esse processo de tomada de consciência racial está diretamente relacionado ao surgimento das iniciativas antirracistas nas tecnologias da informação e comunicação. No caso de Del Rey, uma vez consciente de sua condição enquanto preto numa sociedade racista, ele se engajou numa série de frentes de luta antirracista, que antecederam sua ideia de criar um aplicativo:

O meu processo de “tornar-se negro” foi um processo pedagógico e muito de alfabetização mesmo: na leitura, me interessando por textos [sobre a temática racial], na militância. E porque eu estava na Educafro tinha que ir pra Brasília fazer militância, greve de fome, acorrentamento, tomar bala de borracha da Polícia Federal, porque a gente estava na época de pedir cota pro serviço público. (DEL REY, 2020)

Posteriormente, ao entrar no Curso de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) em 2013, sua energia militante passou a se dirigir às questões do mundo universitário:

Entrei como todo negro militante entra numa faculdade, achando que vai revolucionar: “... essa universidade embranquecida... vamos empretecer a universidade...”. Aí cheguei com essa mentalidade e descobri que você não mexe em nada. Que as estruturas estão ali

intactas e que você não mexe nas estruturas. Levanta cartaz, faz o que você quiser. Na estrutura acadêmica você não consegue mexer. Ela é muito difícil. Por que? Porque ela tem a ver com uma série de privilégios... o maior de todos os privilégios, que é o privilégio de fazer pensar. A academia é o lugar onde você cunha o seu pensamento, onde você interpreta o mundo. Enquanto os brancos forem os donos do lugar onde o pensamento é criado, vai ser muito difícil a gente mudar alguma coisa. Por que? Porque tem a ver com mentalidades, né? Então se a academia ainda diz o que é que eu posso pesquisar no mestrado, quem é o meu orientador no mestrado, que linha de pesquisa posso seguir, se pra entrar no mestrado eu continuar tendo que ler o livro que um monte de brancos se reuniu e escolheu, isso quer dizer que ele [o branco] ainda é dono do meu pensamento, por mais que eu encha a minha dissertação de autores pretos. Até isso tem limite. Tem uma hora que ele fala: “já tem preto demais”. Tem que falar mais desse aqui, que é branco. E é sutil isso. Isso é muito sutil. (DEL REY, 2020)

Além de se deparar com a dificuldade de transformar as estruturas acadêmicas, Del Rey contou que seus desafios eram amplificados pela escassez de tempo e recursos. Morando em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, precisava acordar às 4h da manhã para estar às 7h na FGV, localizada no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Além de dar conta da alta carga de leituras, precisava também se sustentar num curso de tempo integral, sem ter dinheiro para custear o almoço. Por esse conjunto de dificuldades, ele acabou concluindo que “a maior revolução é você terminar o curso”. Mas a discriminação racial continuava a incomodá-lo:

Mas aí fui percebendo que precisava criar algumas estratégias. Porque ainda me doía muito o fato de estar estudando nessa instituição e sempre me perguntarem se eu era funcionário. [...] Esquecia minha carteirinha e tinha que ir lá e perguntavam: “é aluno ou funcionário?”. Eu falava: “Caramba, meu, entro aqui todo dia. Você me vê aqui com livro na mão todo dia, e você ainda está me perguntando se eu sou funcionário? Já não deu pra perceber que sou aluno?” Então essas coisas me irritavam muito. (DEL REY, 2020)

Àquela altura, segundo Del Rey, ainda não existia coletivo de estudantes negros na FGV-RJ. Lamentando não encontrar nesta instituição uma rede de apoio tal qual acredita que encontraria na UFRJ ou na UERJ - duas das universidades públicas do Rio de Janeiro -, ele contou como foi desenvolvendo estratégias para enfrentar o racismo no ambiente acadêmico:

Então uma das estratégias que comecei a fazer era citar autores negros durante os debates em sala de aula. ... o debate estava rolando e [quando alguém] falava alguma coisa, aí eu falava: “Milton Santos, que era um geógrafo preto, intelectual, que tinha uns conceitos superlegais de geo[espacialidade], trazia os contextos para se entender a geologia do lugar também a partir das relações sociais e de quem estava ali, então... ele falava isso, isso e isso... ó, tinha o

Guerreiro Ramos... então, o Florestan Fernandes estava falando isso, mas antes do Florestan começar a falar isso, o Guerreiro já dizia isso... então, ó, tem uma outra menina lá, uma tal de Lélia Gonzalez, você já ouviu falar?” [...] Então eu fazia esses marcadores. Que era pra quê? ... pra trazer os meus amigos brancos para um questionamento: “Cara, se o Vitor está falando de tantos autores pretos que debatem isso aqui, por que a gente precisa ler branco? E por que a gente discute racismo a partir de autores brancos se o Vitor trouxe três, quatro pretos intelectuais da academia debatendo isso?” (DEL REY, 2020)

A estratégia surtiu efeito. De acordo com Del Rey, nos anos seguintes os alunos começaram a reivindicar mais autores negros nas ementas das disciplinas. Outro progresso foi a entrada de mais alunos negros na FGV. O próprio Del Rey já havia ingressado na faculdade com bolsa de estudos, fruto de uma parceria que a FGV mantinha com a Educafro. No entanto, quando entrou no cursinho pré-vestibular, já faziam quatro anos que ninguém da Educafro passava no vestibular da FGV. Com a sua conquista da aprovação no vestibular, a rede de cursinhos pré-vestibulares pôde utilizar o seu exemplo para estimular outros jovens negros a repetir o feito. A Educafro chegou a criar um cursinho específico para passar na FGV, o que eventualmente veio a contribuir para o ingresso de mais estudantes negros nesta faculdade. Deste aumento do número de negros no corpo discente da FGV, surgiu um coletivo de estudantes negros na faculdade. Del Rey contou que quando a FGV fez 70 anos, este coletivo organizou a primeira mesa de debate da história da instituição na semana da consciência negra.

Outro aspecto relevante do relato de Vitor Del Rey é sobre a influência que a militância negra teria na emergência de coletivos de outros grupos sociais discriminados dentro da FGV:

A partir do coletivo negro, nasceu o coletivo de mulheres, nasceu o coletivo de feministas interseccionais anticapitalistas, [...] o movimento LGBT... nasceram outros movimentos depois do movimento negro. Por que? Porque alguém começou a falar sobre algumas questões. Aí os gays da universidade se sentiram à vontade de dizer que eles eram gays, que eles eram maltratados aqui dentro, que o professor era homofóbico, [que] fazia piadinha homofóbica dentro da sala. Aí já tinha mina que denunciava piada machista de professor. Aí já tinha mais uma galera que era branca e também falava: “não, além de piada machista, ele faz racista também”. Aí já ia para ouvidoria reclamar de professor. Então, a partir deste movimento que a gente começou a fazer, outros movimentos nasceram. (DEL REY, 2020)

O papel histórico da luta antirracista para a emergência de outros movimentos antidiscriminatórios já foi descrito por Angela Davis, no seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016). Nesta obra clássica, a autora historiciza a influência do movimento

antiescravagista na origem dos movimentos pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos da América (EUA). Davis (2016, p. 47) conta que, “ao longo da década de 1830”, quando o movimento abolicionista foi organizado, “as mulheres brancas - tanto as donas de casa como as trabalhadoras - foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista”. Essa atração se dava pela associação que as mulheres brancas faziam entre as suas condições de vida e a escravidão.

Para as trabalhadoras, a opressão econômica sofrida no emprego tinha uma forte semelhança com a escravidão. [...] Embora fossem nominalmente livres, elas eram tão exploradas em suas condições de trabalho e em seus baixos salários que a associação com a escravidão era automática. (DAVIS, 2016, p. 46)

Já para as donas de casa, o casamento seria o seu equivalente ao cativo. Ademais, na nova era do capitalismo industrial, essas mulheres de classe média haviam perdido sua importância econômica no lar, acompanhada de uma deterioração de sua condição social enquanto mulheres (DAVIS, 2016, p. 49). Com mais tempo livre, elas puderam se tornar organizadoras ativas do movimento abolicionista:

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana - e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam - algumas vezes abertamente, outras de modo implícito - contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido. (DAVIS, 2016, p. 51)

Cada grupo social por seus motivos, o fato é que o engajamento das mulheres brancas no movimento antiescravagista lhes rendeu a oportunidade de acumular “experiências políticas de valor incalculável, sem as quais não teriam conseguido organizar de modo efetivo a campanha por seus direitos mais de uma década depois” (DAVIS, 2016, p. 52). Tanto este exemplo da história dos movimentos sociais estadunidenses quanto a experiência de movimento estudantil relatada por Del Rey testemunham a favor da solidariedade entre os diversos grupos sociais oprimidos para que cada um e todos em conjunto possam avançar em suas demandas.

A trajetória de militância negra de Del Rey na FGV se encontrou com o mundo dos aplicativos quando ele passou a trabalhar no aplicativo Colab. O Colab é um aplicativo para promover a participação social na gestão governamental⁴⁶. Através do

⁴⁶ Uma descrição mais detalhada das funções do aplicativo pode ser encontrada em seu site, disponível em: <<https://www.colab.re/>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

aplicativo, os usuários podem relatar problemas de responsabilidade governamental e receber respostas do poder público. A função de Del Rey (2020) era analisar as telas do aplicativo a fim de avaliar “se não tinha nada que ofendesse a comunidade negra, que não fosse agressivo para a mulher”, porque ele “era o único de Ciências Sociais”. E foi durante essa experiência que ele conheceu a Kizzy Terra e o Hallison Paz, engenheiros de computação, graduados pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), que viriam a ser seus parceiros no aplicativo Kilombu. Ambos foram apresentados a ele por um colega do Colab. Del Rey contou que ficou muito entusiasmado ao conhecer os dois jovens negros, exclamando: “Preto? Engenheiro da Computação? Que faz aplicativo? Caraca, meu, onde vocês estavam que eu nunca vi vocês?!”.

De fato, apesar dos avanços no acesso da população negra ao ensino superior, em grande monta devido às políticas de ações afirmativas implementadas nas últimas duas décadas (TELLES; PAIXÃO, 2013), o quadro atual ainda é de grande desigualdade racial nos cursos das áreas tecnológicas. Segundo levantamento feito pelo jornal O Globo nos dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) - que avalia os/as estudantes concluintes dos cursos de graduação credenciados pelo Ministério da Educação (MEC) -, em 2018 e 2019, os negros foram cerca de um terço dos graduados nos cursos que mais formam os altos executivos das empresas, entre eles o curso de Engenharia de Computação (DINIZ *et al.*, 2020). A mesma proporção de negros foi verificada entre os profissionais de tecnologia da informação no Brasil, segundo o estudo *#QuemCodaBR*⁴⁷, realizado pela iniciativa PretaLab⁴⁸ em parceria com a empresa *ThoughtWorks* entre 2018 e 2019.

O estudo procurou avaliar a percepção dos profissionais de tecnologia da informação sobre a diversidade em seus ambientes de trabalho. Para isso, aplicou um questionário qualitativo e quantitativo, que foi amplamente divulgado nas redes. Entre os resultados obtidos a partir das respostas de 693 profissionais espalhados pelo Brasil, diagnosticou-se que 32,7% das equipes de trabalho em tecnologia da informação não têm nenhuma pessoa negra. E em 68% dos casos, os negros não passam de 10% da composição das equipes (PRETALAB, 2019). Confrontando estes dados com a proporção de negros na população brasileira, atualmente na faixa dos 56%, observamos que o mundo do trabalho em tecnologia da informação ainda está longe de ser um ambiente onde as desigualdades raciais tenham sido superadas.

A falta de diversidade racial nas equipes de trabalho em tecnologia da informação pode estar entre as razões para uma série de episódios recentes onde

⁴⁷ Disponível em: <<https://gente.globo.com/estudo-quem-coda-br/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴⁸ Iniciativa para estimular e visibilizar a presença de meninas e mulheres negras e indígenas nos campos da tecnologia. Para mais informações, conferir o site da PretaLab, disponível em: <<https://www.pretalab.com/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

tecnologias desenvolvidas por algumas empresas foram acusadas de reproduzirem racismo contra grupos sociais não brancos. O pesquisador Tarcízio Silva enumerou alguns desses episódios no seu estudo *Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código* (2020a). Entre eles, estão o caso do Google Photos, que marcava as fotos de jovens negros com a tag “Gorila”; o episódio do Chatbot da Microsoft, que se tornou racista em menos de um dia interagindo com usuários no Twitter; um estudo sobre resultados de busca no Google Imagens que apontou uma tendência de hiper-sexualização para buscas como “garotas negras”; e o caso do ranking de assuntos mais comentados do momento no Facebook, que não mostrava as manifestações contra a violência policial racista, por mais que tais manifestações estivessem sendo comentadas nessa rede social (SILVA, 2020a).

Um caso particularmente preocupante de racismo algorítmico está relacionado ao uso de sistemas de reconhecimento facial na segurança pública. Desde março de 2019, cinco estados brasileiros iniciaram uma fase de testes desses sistemas: Bahia, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. As abordagens e prisões realizadas com o uso de reconhecimento facial foram monitoradas pela Rede de Observatórios de Segurança. E o resultado foi alarmante. Em novembro do mesmo ano, a Rede divulgou um levantamento mostrando que 90,5% das pessoas presas com o auxílio dessa tecnologia são negras (NUNES, Pablo, 2019). O estudo apontou ainda que falhas no reconhecimento facial podem levar a prisões de pessoas inocentes.

Sintomaticamente, no segundo dia de operação do sistema de câmeras de reconhecimento facial em vias públicas do Rio de Janeiro, uma mulher foi presa por engano (WERNECK, 2019). Ela teve seu rosto erroneamente reconhecido como o de uma condenada da justiça que estaria foragida. Para piorar, constatou-se que a mulher procurada já estava presa havia quatro anos, o que indicou problemas também com a base de dados utilizada.

Todos estes casos ratificam a importância da participação de pessoas negras nas equipes de desenvolvimento de tecnologias da informação, assim como de um olhar crítico sobre o racismo embutidos nos códigos, o que Silva (2020a) chamou de racismo algorítmico.

Este contexto nos permite compreender o sentimento de feliz surpresa que tomou conta de Vitor Del Rey ao conhecer o casal de jovens negros engenheiros de computação. Consciente da necessidade de aproveitar o potencial das tecnologias da informação como ferramenta de luta contra o racismo, ele não tardou a se juntar ao casal para conceber uma iniciativa digital antirracista: o aplicativo Kilombu. Ele contou que sua ideia de criar o aplicativo surgiu a partir da sua tomada de conhecimento de

dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre o afroempreendedorismo no Brasil:

Isso foi em 2015 [que eu conheci a Kizzy e o Hallison]. Aí quando foi em janeiro de 2016, li uns dados do SEBRAE [onde se falava] que tinham 10 milhões de afroempreendedores no Brasil. (DEL REY, 2020)

O Afroempreendedorismo, de acordo com Taís Oliveira e Dulcilei C. Lima (2020, p. 223),

é a atividade desenvolvida por profissionais e empresários negros que, para além do objetivo de obter renda, dedicam-se também a suprir demandas ocasionalmente demarcadas por problemas sociais, políticos e estruturais, como a problemática da educação acessível, desenvolvimento técnico, subjetividades relacionadas aos aspectos estéticos, o próprio racismo ou desigualdade social. Os afroempreendedores também empregam emoções e identidade étnica nos negócios, possuem indignações e acreditam na capacidade de alterar cenários sociais a partir de suas redes afroempreendedoras.

Se, por um lado, os dados do SEBRAE apontaram para a existência de uma significativa quantidade de afroempreendedores no Brasil, por outro lado Del Rey observou que havia uma demanda crescente pelo consumo de produtos e serviços vendidos por pessoas negras, entendido como um ato de fortalecimento político e econômico da comunidade negra:

Estava na época em que tinham duas frases que a galera preta estava falando muito, que eram: “*se não me vejo não compro*” e “*é nós por nós*”. No sentido de que “ó, não aguento mais esperar branco, vamos fazer nós por nós”. (DEL REY, 2020, grifos nossos)

As frases “se não me vejo não compro” e “é nós por nós” se tornaram símbolos do *Black Money*, descrito por Paulo Rogério Nunes (2019, p. 68) como um “movimento atual de reconhecimento do potencial político do consumo negro”. O autor explica que o movimento parte da compreensão de que o consumo é um ato político para sustentar que

se uma pessoa precisa comprar um produto ou serviço e ela é consciente das desigualdades raciais, ela deve escolher, prioritariamente, adquirir bens e serviços de uma empresa que seja liderada por negras e negros, ou que, no mínimo, tenha uma política verdadeira para o empoderamento econômico negro. (NUNES, Paulo, 2019, p. 71)

Atento a estas demandas da comunidade negra e ao uso cada vez mais ubíquo das tecnologias da informação na nossa vida cotidiana, Del Rey então teve a ideia:

Eu falei: “Cara, tá todo mundo querendo comprar de preto” - e eu via muito isso na internet, gente pedindo indicação - “, geral tá nisso. Pô, por que a gente não faz um aplicativo que conecte pessoas de qualquer cor - cor de abóbora, porque a gente não vê problema nenhum em ganhar dinheiro de branco - a afroempreendedores que estão querendo comercializar seus produtos e serviços. Liguei pra Kizzy, contei a ideia, ela falou: “tá, me dá um tempo, vou falar com Hallison e te retorno”. Quando deu dois dias, eles me retornaram e já estavam com o site quase pronto para inaugurar o negócio. (DEL REY, 2020)

Assim nasceu o Kilombu, possivelmente o primeiro aplicativo focado em afroempreendedores a ganhar notoriedade pública. A criação do Kilombu, a analisar pelo relato de Del Rey, parece ter sido viabilizada por uma composição de diversos fatores, que vão desde a ascensão do movimento negro no Brasil a partir da década de 70, com sua consistente denúncia do mito da democracia racial e ressignificação positiva da identidade negra, até a implementação das cotas sociorraciais no ensino superior público no início do século XXI; vão também da emergência das tecnologias da informação como ponto de passagem obrigatória para a interação social e produção de riquezas no século XXI até a eclosão do afroempreendedorismo e do Black Money como movimentos de fortalecimento econômico da comunidade negra.

Vitor Del Rey estava no lugar certo, na hora certa, com a mentalidade propícia. Sua tomada de consciência racial, sua afirmação enquanto homem negro numa sociedade racista, seu acesso a uma tradicional instituição de ensino superior com bolsa oferecida por uma parceria entre a FGV e a Educafro, e sua participação em projeto anterior envolvendo o desenvolvimento de aplicativo certamente estão entre as razões que possibilitaram sua presença entre os pioneiros do ativismo digital antirracista no Brasil.

O exemplo de Del Rey logo seria seguido por outros jovens negros. De 2016 para cá, surgiram diversas iniciativas digitais antirracistas, como a plataforma de hospedagem Diaspora.Black, a rede de afroafetividade Afrodengo, a iniciativa PretaLab para visibilização de mulheres negras na tecnologia, a plataforma de saúde AfroSaude, o aplicativo de delivery TrazFavela, a aceleradora Vale do Dendê para empreendimentos de pessoas negras e periféricas, entre outras. No capítulo seguinte, vamos contar as histórias de algumas dessas iniciativas, valendo-nos de entrevistas com suas lideranças e da literatura sobre racismo e tecnologias da informação. O que já podemos adiantar, a partir do presente capítulo, é que a tomada de consciência

racial por parte da juventude negra e a sua afirmação da identidade negra, num país que até pouco tempo atrás se dizia uma democracia racial, é provavelmente um dos elementos propulsores do surgimento de iniciativas digitais antirracistas.

5 A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA NO BRASIL

*Coisa que nunca se viu
Um preto de outro gostar;
Por isso eu não me admiro
De você me abandonar
Por aquela deslambida,
Que vive o rosto a pintar.*

*Pinta sim, reboca mesmo:
Mas vocês por uma branca
Dão tudo, tudo, até a vida.
Seja boa ou seja tranca.
Só pelo gosto de ouvir:
- É casado c'uma branca.*

*- Não faz mal, da minha vida
Sorverei todo o seu travo,
Lamentando esse teu fraco
Meu único amor, meu bravo
Que deixa de ser senhor
Para viver como escravo!*

(Lino Guedes em *DURO
COM DURO...*, 1927)

O poeta Lino Guedes (1906-1951) usou seus versos para denunciar uma das manifestações mais pervasivas do racismo da sua época: a ideologia do branqueamento. Naquele início de século XX, a elite brasileira estava preocupada com o destino da nação. A abolição da escravatura poucos anos antes deixara um problema a resolver: o que fazer com os negros? A teoria da eugenia, trazida de navio desde a Europa, parecia apontar uma solução: “[a] incorporação de etnias superiores, desembarcadas com os imigrantes, dos quais se esperava a aceleração do processo de reforço étnico, leia-se branqueamento, da população brasileira” (CUKIERMAN, 2007, p. 399). Assim, aos poucos, o Brasil extirparia da sua população os elementos da raça negra. Chegou-se a projetar o prazo de 100 anos para a completude deste processo (NASCIMENTO, [1977] 2016, p. 87–88). Ou seja, segundo essa projeção, atualmente teríamos um Brasil de população 100% ariana, para europeu nenhum botar defeito. Para muitos intelectuais de então, o Brasil só poderia se tornar um país desenvolvido se branqueasse sua população (MUNANGA, 1999).

5.1 Do branqueamento ao Afrodengo

Já tive a oportunidade de mencionar como a ideologia do branqueamento influenciou as políticas de imigração adotadas desde o início do período republicano até, pelo menos, a metade do século XX⁴⁹. Gostaria agora de pontuar como essa ideologia influenciou também a cultura brasileira, a ponto de moldar o nosso desejo e as nossas preferências afetivas. O quadro *A Redenção de Cam* (1895) (ver Figura 11),



Figura 11. *A Redenção de Cam* (1895)⁵⁰

⁴⁹ Não é demais relembrarmos que o Decreto-lei nº 7.697, de 18 de setembro de 1945, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, determinava que a política imigratória fosse orientada para “preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 1946, v. 7, p. 378)

⁵⁰ Obra de domínio público, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Redenção_de_Cam#/media/Ficheiro:Redenção.jpg>. Acesso em: 16 mar. 2021.

do artista espanhol Modesto Brocos (1852-1936), pode ser considerado como uma das primeiras peças de propaganda cultural da ideologia do branqueamento no Brasil. Pintado enquanto Brocos lecionava na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, o quadro viria a servir de ilustração para um artigo do médico João Batista de Lacerda (1846-1915), o autor da projeção de 100 anos, no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911. Lacerda, que foi diretor do Museu Nacional, descreveu o quadro da seguinte maneira: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (RONCOLATO, 2018).

Numa interpretação comum da obra, entende-se que ela retrata uma senhora negra à esquerda da tela, em pé e descalça sobre o chão de terra, com as mãos e os olhos voltados para os céus, como quem agradece a Deus pelo neto ter nascido branco. Este teria sido o resultado da miscigenação entre sua filha, retratada ao centro da tela com um tom de pele mais claro que o da senhora, fruto de uma miscigenação anterior, com o homem branco retratado à direita da tela. O homem está sentado, de pés calçados sobre um chão de pedras, admirando o bebê no colo da mãe.

O título da obra faz referência ao personagem bíblico Cam, “um dos filhos de Noé, que teria zombado de seu pai ao vê-lo nu” (SANTOS, 2017, p. 169). Como castigo, Noé teria amaldiçoado os descendentes de Cam, “condenando-os a pagar com a escravidão pelo pecado cometido por seu ancestral” (SANTOS, 2017, p. 169). A interpretação de que os negros da África seriam os descendentes de Cam foi fundamental para justificar “a permissão da Igreja Católica para a escravização dos africanos” (SANTOS, 2017, p. 169).

Outra narrativa bíblica usada para dar sustentação moral à escravização dos africanos diz que estes seriam os descendentes de Caim, “que havia matado o seu irmão Abel simplesmente por inveja. Para punir toda a sua estirpe, os descendentes de Caim teriam a cor negra, entendida como uma verdadeira mácula pela crueldade de Caim” (SANTOS, 2017, p. 169). Na tela pintada por Brocos, a redenção dos pecados de Cam, e, podemos dizer, também os de Caim, viria pelo branqueamento dos seus descendentes através da miscigenação⁵¹.

Ao longo desse processo de branqueamento, valia também se declarar mais branco do que aparentava ser. Até a virada cultural⁵² marcada pela implementação das políticas de ações afirmativas neste início de século XXI, era comum vermos no

⁵¹ É importante ressaltar que antes mesmo da conformação de uma ideologia do branqueamento, e para além dela, a miscigenação no Brasil teve início, nos primórdios do período colonial, através do estupro de mulheres negras e indígenas por homens brancos.

⁵² Chamo de virada cultural a “tendência geral de se identificar como não-branco” (TELLES; PAIXÃO, 2013, p. 11) que emergiu junto com os debates sobre as políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira nas últimas duas décadas.

Brasil “os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante” (NASCIMENTO, 2016, p. 90). Tal comportamento, embora enfraquecido, ainda pode ser observado em nossa sociedade.

Uma das formas institucionais de “escapismo” pode ser vista nas certidões de nascimento das pessoas negras, muitas vezes declaradas como “pardas” na hora do registro nos cartórios. O jovem artista carioca Maxwell Alexandre, autor da exposição “Pardo é Papel”, que estreou no Museu de Arte do Rio, em novembro de 2019, após temporada no Museu de Arte Contemporânea de Lyon, sintetizou a recente mudança de comportamento dos negros brasileiros perante a ideologia do branqueamento:

O desígnio pardo encontrado nas certidões de nascimento, em currículos e carteiras de identidades de negros do passado, foi necessário para o processo de redenção, em outras palavras, de clareamento da nossa raça. Porém, nos dias de hoje, com a internet, os debates e tomada de consciência e reivindicações das minorias, os negros passaram a exercer sua voz, a se entender e se orgulhar como negro, assumindo seu nariz, seu cabelo, e construindo sua autoestima por enaltecimento do que é, de si mesmo. Este fenômeno é tão forte e relevante, que o conceito de pardo hoje ganhou uma sonoridade pejorativa dentro dos coletivos negros. Dizer a um negro que ele é moreno ou pardo pode ser um grande problema, afinal, Pardo é Papel. (CULT, 2019)

A jovem Lorena Ifé (2020), autodeclarada “ativista virtual das questões sobre raça e gênero”, é um exemplo deste processo de reconstrução da autoestima a partir da afirmação da identidade negra. Criadora do Afrodengo, um grupo no Facebook com mais de 50 mil membros, Ifé narrou, em entrevista concedida para esta dissertação, a trajetória que a levou a criar a “maior rede virtual de afroafetividade do Brasil” (ver Figura 12)⁵³.

Seus primeiros passos no ativismo foram dados em 2013, a partir de uma experiência de depressão vivida no fim da sua graduação em jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Eu busquei no ativismo uma forma de me curar. Aí comecei a criar um movimento, um projeto chamado Encrespando, um projeto de identidade negra. Eu promovia oficinas de turbante em escolas, em espaços comunitários, em vários lugares da Bahia. Viajei muito, levando as questões de identidade negra. Porque percebi que a minha depressão se dava porque não conseguia me encaixar dentro da universidade; porque não conseguia encontrar referências como

⁵³ Conforme texto na foto de capa do grupo no Facebook, disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/afrodengo/about>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

mulher negra; não conseguia ouvir essas referências em relação ao meu cabelo, em relação à profissão. Enfim, foi mais nessa crise mesmo. (IFÉ, 2020)



Figura 12. Captura de tela da página do grupo Afrodengo no Facebook⁵⁴

Já graduada, mãe de um menino e casada, Ifé se mudou para Salvador para empreender com o projeto Encrespando. Foi quando uma crise no seu casamento despertou seu interesse em utilizar o meio virtual para debater a afetividade entre pessoas negras.

Decidi criar um grupo chamado “Amor Preto” no Facebook para discutir textos focados na afetividade negra. A minha intenção era salvar meu casamento e entender como as pessoas que viviam relacionamentos com pessoas negras enfrentavam os desafios. (IFÉ, 2020)

A essa altura, Ifé já dispunha de uma construção política em relação às suas vivências afetivas: “Já entendia que eu era uma mulher negra e que, no processo de me entender como uma mulher negra, buscava parceiros negros”. Para ela, essa era uma forma de se amar, de amar aquilo que se parecia com ela. Assim, Ifé assumia uma postura oposta àquela denunciada por Lino Guedes lá em 1927: “Coisa que nunca se viu/ Um preto de outro gostar”.

Se esses versos de um dos pioneiros da poesia negra brasileira chegaram ao conhecimento dela, não sabemos. Mas certo é que chegaram os pensamentos da

⁵⁴ Captura de tela feita em 18 mar. 2021.

escritora estadunidense bell hooks (2010)⁵⁵ através do texto *Vivendo de Amor*, ao qual Ifé atribuiu seu despertar para as questões de afetividade entre pessoas negras. Neste texto, hooks analisa como a escravidão e o racismo minaram a capacidade dos homens e das mulheres negras de nutrir o sentimento e a prática de amar. “Isso não deveria nos surpreender”, afirma a autora,

já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. (HOOKS, 2010)

Apesar das condições adversas, hooks defende a necessidade dos negros, e, em particular, das mulheres negras, de conhecerem e praticarem o amor. Para ela, é “a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente” (HOOKS, 2010). Dirigindo-se diretamente às mulheres negras, a autora enfatiza ainda a capacidade delas de transformar as estruturas da sociedade a partir do poder do amor.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (HOOKS, 2010)

Para Ifé, as palavras da escritora estadunidense foram fundamentais para a sua compreensão tanto de relacionamentos amorosos quanto de relações familiares entre pessoas negras.

Quando li esse texto, entendi por que estava vivendo uma crise no meu relacionamento. Porque a gente estava passando por questões financeiras também. [...] E aí, li aquele texto, chorei muito e entendi por que era desafiador relacionar-me com meu pai, por exemplo. (IFÉ, 2020)

⁵⁵ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora assina seus textos com iniciais minúsculas.

Mas, apesar dos seus esforços, o grupo “Amor Preto” não vingou e o casamento acabou. Foi quando os aplicativos de relacionamento se tornaram uma opção para Ifé.

Não tinha como ir para a rua, porque eu já era mãe e nessa época não compartilhava ainda a guarda com o pai [do meu filho]. E aí, eu usava os aplicativos. Quando [o meu filho] ia para a casa do pai, eu saía com as pessoas. (IFÉ, 2020)

Só que usando os aplicativos, Ifé começou a perceber uma segmentação racial entre as plataformas. No *Tinder*⁵⁶, um dos mais famosos aplicativos de relacionamento, notou que havia muito poucos homens negros e, quando havia, eram os mesmos que suas amigas negras encontravam. Já no *POF* e no *Badoo*⁵⁷, encontrava mais homens negros, mas considerava a abordagem mais restrita à finalidade diretamente sexual: “Percebi que dentro do Tinder existe um diálogo, né? Existe uma conversa. São pessoas que têm um entendimento sobre questões de raça também. Mas no POF, não. No POF e no Badoo”. Ifé então começou a ficar incomodada com a disparidade entre a proporção de negros na população de Salvador, cerca de 80%, e aquela que encontrava em alguns aplicativos.

Até que um belo dia, em janeiro de 2017, eu estava lá no Facebook e vi um grupo de carnaval [que] fez um momento da paquera entre pessoas negras. Aí fiz assim: “pô, esse negócio poderia ser um grupo só de relacionamentos. Pera aí que vou criar!”. (IFÉ, 2020)

A partir deste despertar, Ifé criou, no dia 15 de janeiro de 2017, um grupo no próprio Facebook com o nome AfroTinder e o divulgou em seu perfil. O sucesso foi imediato.

Eu já era muito conhecida por causa da Encrespando. A Encrespando foi quando bombei na internet porque fiz tutoriais de turbantes com fotos. As pessoas começaram a compartilhar muito e isso fez com que eu ficasse conhecida. [...] E aí criei [o AfroTinder] e viralizou, porque eu já era conhecida na internet. Muita gente pediu para entrar. Dormi, acordei e eram mil solicitações. Em uma semana, eram 5 mil. Eu não sabia o que fazer. [...] Chamei amigas para moderar e a gente colocou todo mundo no grupo. E foi só crescendo. (IFÉ, 2020)

Com o crescimento acelerado do grupo, Ifé começou a visualizar a possibilidade daquilo se tornar algo maior, um negócio próprio. Por isso, entendeu que

⁵⁶ Website oficial disponível em: <<https://tinder.com/pt>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁵⁷ Websites oficiais disponíveis em: <<https://badoo.com/pt>> e <<https://www.pof.com/pt>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

era melhor renomear o grupo para evitar conflitos de patente com a marca Tinder. Foi quando se lembrou do nome Afrodengo, que ela havia visto anos antes numa publicação na rede social. O nome aparecia como legenda de uma foto onde havia duas meninas se abraçando.

Aí lembrei de um texto de Davi Nunes⁵⁸ em que ele fala sobre a origem da palavra dengo, uma palavra de origem africana, que significa carinho e tal. Ai [pensei]: "Afrodengo é um nome ótimo, é um nome que resume esse afeto, esse amor". Ai mudei [o nome do grupo] para Afrodengo. (IFÉ, 2020)

Já renomeado, o grupo não parou de crescer. Eu mesmo perdi as contas de quantas vezes cheguei a recusar solicitações para entrar no grupo até ser atraído pela curiosidade de acompanhar o fenômeno de rápida expansão. As solicitações chegavam até mim a partir de diferentes círculos de amizades, o que sugeria a dimensão do frenesi que a proposta do Afrodengo havia causado na comunidade negra online. A expansão do grupo alcançou não apenas o interesse dos usuários e usuárias brasileiras do Facebook, mas despertou a atenção da própria empresa estadunidense.

O Facebook sabe da existência do Afrodengo. Eu já fui procurada pela equipe do Vale do Silício. Eles veem como um grupo de sucesso, um "case" de sucesso dentro da plataforma. [...] Estou dentro de um grupo de administradores do Facebook. Eles criaram um grupo de administradores; são administradores de grupos. [...] Eles me procuraram para fazer uma entrevista sobre como o Facebook tem ajudado as pessoas no Afrodengo. (IFÉ, 2020)

Em 2019, o grupo já reunia quase 50 mil pessoas, o que atraiu a atenção da imprensa. Em matéria publicada no Dia dos Namorados daquele ano, o portal G1 (2019), do grupo Globo, deu destaque aos casais que se conheceram no Afrodengo e formaram família, alguns dos quais já com filhos. A reportagem ainda salientou a ampliação das funções do grupo para além da paquera, servindo também para o fomento de amizades, assim como para contatos profissionais entre pessoas negras (ver Figura 13).

⁵⁸ O texto citado provavelmente é o "A palavra não é amor, é dengo", publicado no blog Duque dos Banzos, em 9 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://ungareia.wordpress.com/2016/11/09/a-palavra-nao-e-amor-e-dengo/>>. Acesso em: 21 mar. 2021. Este mesmo texto foi reproduzido no site Geledés, famoso portal de divulgação de conteúdos de interesse da comunidade negra, sete dias após a renomeação do grupo Afrodengo no Facebook. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/palavra-nao-e-amor-e-dengo/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Afrodengo: Grupo de afetividade entre pessoas negras tem quase 50 mil integrantes e é plataforma para unir casais

Criada na Bahia, comunidade virtual nasceu a partir da falta de diversidade nos conhecidos aplicativos de paquera. Apesar de ter começado em Salvador, grupo reúne pessoas de outros estados do Brasil e do exterior.

Por G1 BA

12/06/2019 06h00 · Atualizado há um ano

Figura 13. Captura de tela da matéria do Portal G1 sobre o Afrodengo em 12/06/2019.

5.2 O mito da tecnofobia negra

Enquanto no Brasil a formação de comunidades negras online ainda é uma novidade para a imprensa, manchetes de jornais estadunidenses nos anos 90 já destacavam iniciativas semelhantes dos afro-americanos. A pesquisadora Anna Everett (2002, p. 133–134, tradução nossa) compilou uma lista de exemplos:

“Reativando seu poder computacional: Agora americanos negros estão superando os brancos nos serviços online” (*Washington Post*, 19 de setembro de 1997); “De repente, uma explosão de sites orientados ao público afro-americano” (*Boston Globe*, 02 de janeiro de 1996); “Laptop sobre Hip-Hop: a multidão de afro-americanos desconectados avança para a próxima geração” (*San Jose Metro Paper*, 6 a 12 de novembro de 1997); “A loja virtual de tortas e outros cyber-sonhos: A Sociedade de Informática da Periferia promove a aplicação prática da tecnologia e as maravilhas da internet” (*Los Angeles Times*, 12 de novembro 1995); “Pelo bem das crianças: Desligue a TV, ligue o PC” (*Los Angeles Sentinel*, 8 de agosto de 1996); “Conectando-se à era dos computadores” (*Los Angeles Sentinel*, 21 de setembro de 1995); “Na Netnoir, a História é agora” (*Denver Post’s Connectime Magazine*, janeiro de 1997); “Visualizando um futuro com mais negros explorando a internet” (*USA Today*, 20 de fevereiro de 1997); “Nova cyber-comunidade negra na web” (*American Visions Magazine* [Fevereiro-Março de 1997]); “Comunidade virtual para afro-americanos” (*New York Times*, 8 de outubro de 1998).^{vi}

Everett alertou, entretanto, que a cobertura do tema pela imprensa tradicional era esporádica; e, quando feita, na maioria das vezes era em tom de incredulidade. A autora também não deixou de notar a ausência conspícua de temas relativos à igualdade racial e ao impacto da então crescente presença negra no ciberespaço nos estudos acadêmicos da época sobre as novas tecnologias da informação. Para a autora, uma das causas do silêncio acadêmico em torno destas questões estava na crença do que ela chamou de “tecnofobia negra” (EVERETT, 2002, p. 132)^{vii}, ou seja, a crença de que os negros teriam medo da tecnologia e, portanto, dela não participariam. Nada poderia ser mais ilustrativo da pouca credibilidade desta crença do que a narrativa de Ifé sobre a sua relação precoce e entusiástica com a tecnologia desde a sua adolescência na pequena cidade de Cachoeira, na Bahia.

Sempre gostei dessa área de tecnologia. Sempre, sempre, sempre. Sou apaixonada pelos aplicativos que surgem. Porque eu sou da geração da internet discada. A minha família tinha dinheiro para bancar isso, então fui uma das primeiras pessoas da cidade [a ter acesso à internet]. E achava massa, porque meu pai era um homem negro, mas era um homem negro que tinha dinheiro dentro da cidade. Então a gente estava *par a par*⁵⁹ com as pessoas brancas que tinham dinheiro na cidade. E aí, ele comprou um computador e a gente colocou internet discada. Lembro que eu já usava grupos de conversa na internet. Então sempre gostei disso. [...] E amava esse universo. Depois vieram as outras coisas surgindo e sempre gostei dessa área de tecnologia. [Então] percebi que poderia usar a tecnologia para fazer meu ativismo também. Foi aí [que criei] a Encrespando, porque eu usava muito a internet. E aí veio o Afrodengo. (IFÉ, 2020, grifos nossos)

É verdade que os crentes da tecnofobia negra nos EUA da década de 90 não poderiam conhecer o exemplo inspirador de Lorena Ifé. Mas não faltavam outros exemplos da época e até de muito tempo antes.

Talvez, a contínua ignorância da nossa nação sobre a adoção e o envolvimento pioneiro dos afro-americanos com tecnologias inovadoras de mídia anteriores, tais como jornais impressos, cinema, rádio e, em menor extensão, vídeo, autoriza muito da consideração míope atual acerca da sofisticação tecnológica dos negros. (EVERETT, 2002, p. 136-137)^{viii}

No tocante à formação de comunidades negras na web, o exemplo mais antigo conhecido é o *The Drum*, grupo informal de usuários de computador lançado em 1988, considerado um caso pioneiro de serviços online orientados às questões de interesse

⁵⁹ “Par a par” aqui é uma forma regional de dizer “a par e passo”, com o significado de “no mesmo patamar, no mesmo nível”.

da comunidade negra (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 371). Mas as conexões entre os negros e as “tecnologias da informação”⁶⁰ podem ser traçadas de muito tempo antes da invenção da web, do computador moderno ou, para ir ainda mais longe, da chegada dos europeus à África. Isso mesmo que você leu, cara leitora: a história dos negros com as tecnologias da informação não começa e nem se restringe à apropriação das tecnologias desenvolvidas na modernidade eurocêntrica.

A superioridade tecnológica forneceu a justificativa para a mitologia das diferenças genéticas em inteligência, os meios para a dominação e a relação colonial que restringiu os africanos à posição de trabalhadores. Mas seria um equívoco escrever uma história da apropriação tecnológica na *diáspora africana* como um simples caminho de resistência e revolta. (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 356, grifos nossos)^{ix}

Antes de seguirmos, cabe aqui um esclarecimento. A diáspora africana, ou diáspora negra, tal como definida por Eglash e Bleecker (2001, p. 356) e acolhida por mim, refere-se às “culturas criadas por uma longa história de encontros e êxodos africanos”^x. Portanto, entendemos que os negros nos Estados Unidos ou no Brasil fazem parte de uma história que remete aos povos africanos, dos quais descendem diretamente, ainda que não puramente. É a partir desta perspectiva que vamos rastrear as conexões remotas entre os negros e as tecnologias da informação. Para isso, convido a leitora para uma breve viagem pela história de um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da informática: o código binário.

O moderno código binário, essencial para todo circuito digital desde os alarmes de relógio até os supercomputadores, foi apresentado primeiramente por Leibnitz, por volta de 1670. Leibnitz tinha se inspirado na “máquina lógica” de base binária de Raymond Lull, que, por sua vez, se inspirou na prática alquimista de adivinhação chamada geomancia (Skinner, 1980). Mas a geomancia claramente não é de origem europeia. Ela foi introduzida lá primeiramente por Hugo de Santalla, na Espanha do século XII, e estudiosos árabes a estavam utilizando no norte da África desde pelo menos o século IX, quando ela foi documentada pela primeira vez em registros escritos pelo escritor judeu Aran ben Joseph. O praticamente idêntico sistema de adivinhação da África Ocidental associado ao Fá e ao Ifá foi notado primeiramente por Trautmann (1939), mas ele supôs que a geomancia era originária da sociedade árabe, onde ela é conhecida como ilm al-raml (“a ciência da areia”). (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 357)^{xi}

⁶⁰ Aqui as aspas cumprem o papel de ressaltar a ampliação do significado do termo “tecnologias da informação” para além dos computadores eletrônicos surgidos no século XX (LÉVY, 1996). Deste ponto em diante, as aspas serão suprimidas.

Até este ponto do escrutínio histórico, temos duas possíveis origens da geomancia e, por consequência, do código binário: a África Ocidental e o Oriente Médio. O desempate é feito analisando a base matemática da geomancia, que, segundo Eglash e Bleecker, é notadamente estranha aos sistemas não-africanos.

Diferentemente das culturas europeia, indiana e árabe, cálculos de base 2 são ubíquos na África, mesmo para multiplicação e divisão. Duplicação é um tema frequente em muitos outros sistemas de conhecimento africanos, particularmente na adivinhação. A origem africana da geomancia - e assim, via Lull e Leibnitz, do código binário - está bem sustentada. (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 357)^{xii}

Apesar da convincente argumentação dos autores, não é de meu interesse cravar aqui uma origem única para o código binário. Todavia, a história que acabamos de percorrer nos serve de lembrança do caráter multifacetado e culturalmente sincrético do desenvolvimento do que veio a se constituir modernamente como ciência e tecnologia, na contramão das narrativas dominantes que reservam à Europa o monopólio do saber e do pensar. Em suma: ao analisarmos a participação negra no desenvolvimento e na apropriação das tecnologias da informação modernas, devemos estar atentos ao “fato de que os africanos já tinham muitas tecnologias [antes do encontro com os europeus], e que, por isso, algumas das supostas apropriações podem ter tido influências africanas em suas próprias histórias de invenção” (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 358)^{xiii}.

5.3 Considerações sobre a “divisão digital”

Além da ignorância histórica acerca da tecnofilia negra - para usar um termo oposto à tecnofobia anteriormente discutida -, uma outra razão para o silêncio acadêmico sobre as questões raciais na web até a virada do milênio seria “uma presunção geral da não-participação negra na [então] incipiente tecnosfera” (EVERETT, 2002, p. 132)^{xiv}. Esta presunção estaria ligada ao que ficou conhecido na literatura estadunidense como *digital divide* (“divisão digital”) (DANIELS, 2013; EVERETT, 2002).

Antes de seguirmos, faz-se importante esclarecer a escolha feita na tradução do termo *digital divide*. Alberto Jorge Silva de Lima (2013) explica que, enquanto nos EUA o termo foi inicialmente empregado no sentido de evidenciar o fosso, ou a “divisão”, existente entre os que tinham e os que não tinham acesso às tecnologias digitais, no Brasil, o termo foi mais comumente traduzido como a “exclusão digital”. O autor ressalta que, embora ambas as traduções remetam a dicotomias (um lado/outro

lado, incluído/excluído), elas oferecem diferentes permissões e restrições ao olhar sobre a questão:

a noção de exclusão, por exemplo, não permite ver em que outros universos sociais o suposto excluído está inserido; já a noção de fosso remete a uma ideia de isolamento entre universos sociais, que, por sua vez, impede a consideração de que possa haver algum tipo de relação entre eles. Essas imagens evocadas pelas metáforas, embora não pareçam problemáticas à primeira vista, estabelecem limites concretos às realidades emergentes dos discursos e práticas nas quais são utilizadas. (LIMA, 2013, p. 33)

O autor explica ainda que os EUA também experimentaram um deslocamento terminológico para *digital inclusion*, cuja tradução literal se aproxima mais da ideia de inclusão e exclusão digital que predominou no Brasil. Entretanto, como o excerto abaixo demonstra, o termo *digital divide* posto em evidência por Daniels (2013) parece se referir melhor à noção de fosso ou “divisão digital”, motivo pelo qual, deste em ponto em diante, será traduzido desta forma sempre que aparecer nas citações dessa autora.

No início dos estudos da internet, raça foi identificada como uma importante variável para prever o acesso e o uso de computadores. Em um estudo inicial, conduzido pelo Escritório de Recenseamento sob a direção da Administração Nacional de Telecomunicações e Informação dos EUA, identificou-se que os afro-americanos tinham taxas menores do que os brancos tanto em propriedade de computadores quanto de serviços telefônicos (NTIA, 1995). Esta conclusão foi amplamente divulgada e rapidamente se tornou conhecida como “a divisão digital”, dando origem a um subcampo de pesquisa dentro dos estudos da internet relacionado à raça (DANIELS, 2013, p. 697)^{xv}.

A relação entre raça e a propriedade de computadores e de serviços telefônicos de acesso à internet é possível porque raça, enquanto mecanismo de classificação social, tem profundas implicações econômicas. No Brasil, em particular, a estreita relação entre raça e classe social na consciência coletiva encontra talvez a sua expressão mais visceral no verso “quase pretos de tão pobres”, na canção Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil. A vinculação entre raça e condição econômica no imaginário coletivo é tão forte que um negro ter dinheiro soa como uma contradição. Talvez por isso Ifé tenha sentido a necessidade de usar a conjunção adversativa “mas” para explicar como as condições econômicas de seu pai possibilitaram seu acesso ao mundo dos computadores e da internet ainda na adolescência.

[Eu] achava massa, porque meu pai era um homem negro, *mas* era um homem negro que tinha dinheiro dentro da cidade. Então a gente

estava *par a par* com as pessoas brancas que tinham dinheiro na cidade. E aí, ele comprou um computador e a gente colocou internet discada. (IFÉ, 2020, grifos nossos).

Diferente de sua congênera estadunidense, as pesquisas brasileiras sobre o acesso da população à internet e aos equipamentos de informática não faziam recorte de raça até muito pouco tempo atrás. A pesquisa *TIC Domicílios*, produzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), “tem como objetivo principal medir a posse e o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre a população residente no Brasil com 10 anos de idade ou mais” (CETIC.BR, 2020, p. 31). Realizada anualmente desde 2005, a pesquisa adota, desde sua primeira edição, uma série de recortes sociais, tais como: sexo, faixa etária, classe social e grau de instrução. No entanto, apenas em 2019 a pesquisa incluiu o critério de cor ou raça.

Já a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também de periodicidade anual, segue sem fazer recorte de raça. Até sua edição mais recente, referente ao ano de 2019, a pesquisa fez apenas recortes de sexo e idade (IBGE, 2021). Como nos informam as pesquisadoras Taís Oliveira e Dulcilei Lima (2020, p. 221):

Ainda não existem informações detalhadas sobre o acesso da população negra às tecnologias e às ferramentas fornecidas pela internet ou sobre seus hábitos de uso. Há dados mais gerais sobre exclusão digital como a pesquisa *Síntese de indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (SIS) de 2016, produzida pelo IBGE, que revela que 60,8% da população classificada como preta e parda não tinha acesso à internet em seu domicílio no ano de 2013.

No entanto, como já enfatizado, raça e classe são intimamente imbricados no Brasil, o que nos permite inferir a evolução do acesso das pessoas negras à internet a partir de dados relativos às pessoas de baixa renda. Estudando a adesão das mulheres negras à prática do afroempreendedorismo, que em grande medida se desenvolve a partir dos meios digitais, Oliveira e Lima (2020, p. 220–221) chamam atenção para o fato de que

A expansão do acesso da população de baixa renda à internet teria se dado a partir de meados dos anos 2000, período de relativo aquecimento econômico que aumentou o poder de consumo e o

acesso ao crédito pelos setores mais pobres. No mesmo período ocorreu a ampliação e diversificação da conectividade comercial e a popularização do Orkut⁶¹ no Brasil. Com essas possibilidades em mãos, muitas famílias adquiriram seus próprios computadores (substituindo aos poucos o uso das *Lan Houses*) e encontraram formas alternativas de conexão como a banda larga transmitida por sinais de rádio. O barateamento dos *smartphones* combinado com a popularização de ferramentas como o Facebook e o WhatsApp, oferecidos gratuitamente nos planos de dados das operadoras, ampliaram consideravelmente o acesso das camadas mais pobres da população à internet.

Cenário semelhante foi observado nos EUA, onde a difusão dos smartphones e da internet móvel, ao final da primeira década do século XXI, modificou consideravelmente o quadro da “divisão digital”. “Telefones celulares habilitados com acesso à internet [estavam] se aproximando da ubiquidade e, com isto, desfazendo algumas das divisões notadas na década anterior” (DANIELS, 2013, p. 698)^{xvi}. Em 2010, um estudo do *Pew Research Center’s Internet & American Life Project* apontou que

a propriedade de telefones celulares [era] maior entre os afro-americanos e latinos do que entre os brancos (87% contra 80%) e [que] as minorias [utilizavam] uma faixa muito maior das funcionalidades de seus celulares em comparação com os usuários brancos de telefones móveis (DANIELS, 2013, p. 698)^{xvii}

No Brasil, a pesquisa *TIC Domicílios* de 2019, a primeira de sua série histórica a levar em consideração o critério de cor e raça, revelou que as populações autodeclaradas brancas, pardas e pretas possuíam percentuais muito próximos de acesso à internet, sendo 80%, 81% e 76%, respectivamente (CETIC.BR, 2020). Entretanto, ainda se podia observar uma significativa desigualdade racial quanto aos diferentes equipamentos utilizados pelos usuários da internet. Enquanto 49% dos usuários brancos tinham acesso ao computador, os percentuais de pardos e pretos não passavam de 38% e 34%, respectivamente⁶². Já o uso do celular era feito por quase 100% de todos os usuários da internet (99% dos brancos, pardos e pretos, 97% dos indígenas e 98% daqueles que não informaram a sua raça), confirmando o diagnóstico do papel dos *smartphones* na popularização do acesso à internet e no esmaecimento da “divisão digital”.

⁶¹ Rede social que foi muito popular no Brasil durante os anos 2000.

⁶² Foi a partir de dados como esses, que revelavam a semelhança das condições de vida das populações autodeclaradas pretas e pardas, e a distância dessas para as condições experienciadas pela população autodeclarada branca, que cientistas sociais passaram a dar razão à reivindicação do movimento negro de que as duas primeiras fossem estrategicamente amalgamadas numa só identidade “negra” (CAMPOS; GOMES, 2016, p. 107–108).

A pesquisa *TIC Domicílios* de 2020 teve sua metodologia adaptada em razão da pandemia de Covid-19 e apresentou algumas variações que chamam a atenção (CETIC.BR, 2021): em primeiro lugar, o crescimento de quase 10% no percentual de brasileiros com acesso à internet (de 79% para 87% da população total), que se refletiu mais ou menos na mesma proporção entre todas as classificações raciais, sendo apenas mais acentuado entre os indígenas, que foram de 71%, em 2019, para 93%, em 2020, saindo da menor proporção para o grupo racial mais conectado do país. Em segundo lugar, o número de usuários pardos com acesso ao computador caiu de 38% para 35%, enquanto o de pretos subiu de 34% para 40%.

Cabe-se investigar o papel que a mudança metodológica da pesquisa possa ter desempenhado nessas variações, assim como outros fatores, tais como: a necessidade emergente de acesso à internet para trabalhar remotamente e para obter o auxílio emergencial do Governo Federal durante a pandemia; a mortalidade indígena em decorrência da Covid-19, do descaso das autoridades e do extermínio de que essa população é vítima; o movimento de afirmação da identidade negra que, nos últimos anos, têm levado cada vez mais brasileiros a se identificarem como pretos nas pesquisas, entre outros.

5.4 Raça e racismo nos estudos da internet

Voltando ao cenário pré-pandêmico e ao contexto estadunidense, a observação do crescimento do acesso da população negra à internet, impulsionado pela difusão dos *smartphones*, levou Jessie Daniels a realizar, em 2012, uma revisão crítica da literatura produzida durante os 15 primeiros anos do campo de estudos sobre a internet, onde a autora analisou as contribuições relativas às questões de raça e racismo. A autora trabalhou com três grandes áreas de análise: 1) raça e a estrutura da internet, 2) questões de raça e racismo no que fazemos online, e 3) raça, controle social e regulação da internet. Cada uma dessas três grandes áreas foi dividida em tópicos que agrupavam um conjunto de trabalhos relacionados. A área de raça e estrutura da internet foi dividida em “infraestrutura e design”, “indústria” e “divisão digital e tecnologias móveis”. Citando Sinclair (2004, p.1 *apud* DANIELS, 2013, p. 696)^{xviii}, a autora ponderou que apesar da raça ter desempenhado papel relevante no desenvolvimento da infraestrutura da internet, “[a] história da raça na América foi escrita como se tecnologias praticamente não existissem, e a história das tecnologias foi escrita como se elas fossem completamente livres de significados raciais”. Entre exemplos de trabalhos que lançam luz sobre os significados raciais imbricados no próprio design tecnológico, Daniels mencionou o relato de Everett sobre o incômodo

que sentia toda vez que ligava o seu computador e via, na tela de inicialização do sistema, as designações de *master disk* (“disco senhor”) e *slave disk* (“disco escravo”). Mesmo não pressupondo uma intencionalidade de afronta racial neste caso, Everett (2002, p. 125) se questionava com frequência “por que programadores escolheram termos que remontam ao nosso passado infame”^{xix}. Outro trabalho citado por Daniels abordou a mão branca do *mouse* como um elemento de interface racializado (WHITE, 2006).

No tópico sobre a indústria, Daniels (2013, p. 697) ressaltou os trabalhos de vários autores (GAJJALA, 2004; HOSSFELD, 2001; PITTI, 2004; SHIH, 2006) que convergiram em suas análises das empresas de tecnologia do Vale do Silício como negócios predominantemente liderados por homens brancos e algumas poucas mulheres brancas, mas onde “o trabalho manual da limpeza dos escritórios e montagem das placas de circuitos ficam a cargo de imigrantes e trabalhadores terceirizados, geralmente mulheres do sul global”^{xx}. Já no tópico sobre a divisão digital e tecnologias móveis, a autora destacou o papel da popularização da tecnologia móvel no desfazimento de algumas das divisões da época em que só se acessava a internet com um computador de mesa e um serviço telefônico com fio. Além disso, a autora articulou trabalhos que traziam perspectivas críticas sobre a crença no uso da internet como algo necessariamente benéfico. Um dos trabalhos alertava que algumas pessoas poderiam não usar a internet por não ver benefício social nisso (SELWYN, 2004), enquanto outro ponderava que a disparidade racial no acesso à internet poderia ser explicada mais pela falta de conteúdo relevante para a comunidade negra na internet do que por uma inabilidade dos negros em utilizá-la (BROCK, 2006).

A segunda grande área ocupa a maior parte do artigo. Para revisar a bibliografia sobre questões de raça e racismo no que fazemos online, Daniels organizou os trabalhos em nove tópicos: (i) identidade e comunidade; (ii) jogos; (iii) cultura popular e fãs clubes online; (iv) esportes e notícias online; (v) sites de redes sociais; (vi) blogs; (vii) saúde e ciência; (viii) propaganda e epistemologia; e (ix) movimentos sociais e ação coletiva. Dentre os primeiros trabalhos a abordar a importância da formação de comunidades e identidades online (RHEINGOLD, 1993; SMITH; KOLLOCK, 1999; TURKLE, 1997; CASTELLS, 1997), a autora destacou o livro *The Power of Identity* de Manuel Castells, o segundo da trilogia *The Information Age*, como um dos pioneiros a discutir especificamente sobre raça e etnicidade. Desde então, um conjunto crescente de trabalhos (BYRNE, 2007, 2008; EVERETT, 2004, 2008; NAKAMURA; CHOW-WHITE, 2012) apontaram para o fato de que “as pessoas usam a internet tanto para formar quanto para reafirmar suas próprias identidades

raciais e procuram comunidades baseadas na raça e em entendimentos raciais do mundo” (DANIELS, 2013, p. 698)^{xxi}.

Ao longo dos nove tópicos, Daniels revisou trabalhos que abordaram tanto iniciativas de resistência e afirmação de grupos racialmente oprimidos quanto os usos abertamente racistas da internet (ADAMS; ROSCIGNO, 2005; ATTON, 2006; DANIELS, 2008, 2009; BACK, 2002; BOSTDORFF, 2004; BRECKHEIMER, 2002; BURRIS *et al.*, 2000; CAMPBELL, 2006; ZICKMUND, 1997). Os temas variaram desde a representação de gênero e raça no mundo dos games online (KENDALL, 2000, 2002; WILLIAMS *et al.*, 2009; THOMAS, 2008; LEONARD, 2003, 2006, 2009; NAKAMURA 2009) até a migração de adolescentes brancos do MySpace para o Facebook (BOYD, 2012; WATKINS, 2009) e o uso da internet por afro-americanos e latinos para buscar informações de saúde (DUTTA *et al.*, 2008; FOGEL *et al.*, 2003; KVASNY; IGWE, 2008; NELSON; HWANG, 2012).

Por um lado, a internet proporcionou a usuários negros, latinos e indianos a utilização do espaço das redes sociais para expressar indignação diante de situações de injustiças raciais (GRASMUCK *et al.*, 2009; TYNES; MARKOE, 2010). Por outro lado, grupos supremacistas brancos também puderam se organizar online, disfarçando sua agenda política regressiva através de sites falsos como o MartinLutherKing.org, que finge prestar homenagem ao reverendo Martin Luther King, uma das lideranças da luta pelos direitos civis dos afro-americanos na década de 1960 (DANIELS, 2009).

Conceitos que pareciam ser valores culturais consolidados, tais como “igualdade racial” ou “diversidade”, agora estão sendo disputados de maneiras antes inimagináveis, com grupos supremacistas brancos convocando membros a editar páginas da Wikipedia enquanto progressistas antirracistas tentam conter esses esforços com suas próprias edições. (DANIELS, 2013, p. 704)^{xxii}

Na terceira e última grande área, Daniels chamou a atenção para um tema que, como temos testemunhado, viria a ganhar cada vez mais importância ao longo da última década: a relação entre raça, controle social e regulação da internet. No tópico sobre a regulação da internet, a autora trouxe o exemplo do processo movido pelo governo da França contra o *Yahoo!* por violação das leis francesas contra o discurso de ódio. A empresa de tecnologia estadunidense estaria vendendo objetos de recordação nazistas em seu website. Após uma longa batalha judicial, durante a qual o *Yahoo!* tentou se proteger alegando a impossibilidade de ser forçado a cumprir leis estrangeiras, o governo francês finalmente ganhou e o *Yahoo!* teve que remover o conteúdo ofensivo (DANIELS, 2009; GOLDSMITH; WU, 2006). Este exemplo ilustrou o descompasso entre o tratamento dado ao discurso de ódio nos EUA e aquele adotado

pelas nações europeias. No país norte-americano predominaria o entendimento da liberdade de expressão como um valor absoluto, que deveria ser preservado independentemente do conteúdo do discurso. Já no continente europeu, a liberdade de expressão seria balanceada com o respeito aos direitos humanos (GODWIN, 1998; BECKER *et. al.*, 2000; HICK *et. al.*, 2000; MATSUDA *et. al.*, 1993; DANIELS, 2009; SMITH, 2002). Ainda de acordo com Daniels (2013, pp. 706-707), “esta disjunção entre um arcabouço jurídico europeu orientado aos direitos humanos e um arcabouço jurídico estadunidense absolutista estabelece efetivamente um paraíso para o discurso de ódio, uma vez que o que é ilegal na Europa é aceito nos EUA”^{xxiii}.

A cultura da vigilância e o controle social também mereceram um tópico nesta última grande área. Demonstrando estar atenta com as discussões e as autoras que viriam a ganhar mais destaque ao decorrer da década, Daniels mencionou a análise de Simone Browne (2010) acerca do uso de tecnologias biométricas no controle de fronteiras e suas implicações raciais. Isto ainda antes de Browne publicar *On The Surveillance of Blackness* (2015), obra de significativa repercussão atualmente. Daniels destacou especialmente a crítica à coleta massiva de dados de DNA por governos e empresas (BROWNE, 2010; DUSTER, 2012). A autora argumentou ainda que, no contexto de uma cultura de vigilância, o rastreamento biométrico em massa tem “consequências especialmente terríveis para os jovens negros, que são os alvos mais frequentes do sistema que uma pesquisadora chamou de ‘o novo Jim Crow’” (DANIELS, 2013, p. 706)^{xxiv}. Jim Crow, personagem de teatro desenvolvido e popularizado por Thomas D. Rice (1808-1860), é uma representação pejorativa dos afro-americanos e de sua cultura. Seu nome foi atribuído a um conjunto de leis explicitamente racistas e segregacionistas que vigoraram nos EUA do final do século XIX até a década de 1970. Michelle Alexander (2012) cunhou o termo “o novo Jim Crow” para se referir às novas formas menos explícitas, mas não menos efetivas e danosas, de controle social dos negros, tais como o encarceramento em massa e a guerra às drogas. Mais recentemente, Ruha Benjamin (2019) se inspirou em Alexander para cunhar o termo “o novo Jim Code”, que utilizou para se referir às discriminações raciais embutidas nos algoritmos das grandes plataformas digitais.

Em sua análise da bibliografia revisada, Daniels (2013) argumentou que os estudos da internet costumam reproduzir o que Stuart Hall chamou de “O Espetáculo do Outro”. Para este autor, as grandes desigualdades de poder numa sociedade são sustentadas por representações racializadas dos excluídos. Com isso, facilita-se o agrupamento de “todos Nós que somos ‘normais’ em uma ‘comunidade imaginária’; e envia[-se] para um exílio simbólico todos Eles – Os Outros – que são de alguma maneira diferentes – além do limite” (HALL, 1997, p. 258 *apud* DANIELS, 2013, p.

707)^{xxv}. Nos estudos da internet, essa espetacularização dos Outros, os racializados, se realiza, de acordo com Daniels (2013), tanto ao tratar a raça como uma variável quanto como uma identidade.

Para a autora, ao tratar a raça como uma variável causal, desprovida de contexto social, alguns trabalhos representam aqueles “com raça” como inerentemente deficitários. Isso se reproduz na pesquisa sobre a divisão digital, onde os negros são comumente representados como desempregados, com poucas habilidades e baixa escolaridade em comparação com os brancos sofisticados e educados. A ausência de contexto social nas pesquisas sobre divisão digital também cria impressões falsas sobre outros grupos raciais. Lisa Nakamura (2008) alertou que os estudos que costumavam apontar os asiáticos e asiáticos-americanos como os mais conectados à internet na América desconsideraram em suas metodologias de pesquisa os cerca de 69% de asiáticos-americanos que não falavam inglês, ou falavam muito pouco. Além disso, muitas vezes esses asiáticos eram representados “como brancos honorários ou quase brancos, de uma forma que [obscurecia] sua opressão e posição de fato como base de trabalho material em vez de privilegiados consumidores de serviços de internet e mídia” (NAKAMURA, 2008, p. 179 *apud* DANIELS, 2013, p. 708)^{xxvi}.

Mais recentemente, em outubro de 2016, o portal jornalístico ProPublica⁶³ revelou que o Facebook permitia que anunciantes de imóveis selecionassem quais grupos raciais não poderiam ver suas publicidades (ANGWIN; PARRIS JR., 2016). No formulário disponível para os anunciantes, havia opções para vetar os grupos afro-americano, asiático-americano, hispânico e outros. Mas não havia uma categoria para brancos (ver Figura 14). Ou seja, os brancos não poderiam ser excluídos. É o que podemos chamar de usuário padrão ou, no jargão comum da computação, *default*. A julgar pelo formulário do Facebook, os brancos seriam os “normais” e, como tal, não deveriam ser mandados para o “exílio simbólico”, este reservado aos “Outros”, quais sejam: os negros, asiáticos e latinos.

⁶³ Disponível em: <<https://www.propublica.org/>>. Acesso em: 04 set. 2021.

Detailed Targeting ⓘ **INCLUDE** people who match at least **ONE** of the following ⓘ

Behaviors > Residential profiles

Likely to move

Interests > Additional Interests

Buying a House

First-time buyer

House Hunting

Add demographics, interests or behaviors | **Suggestions** | **Browse**

Narrow Audience

EXCLUDE people who match at least **ONE** of the following ⓘ ×

Demographics > Ethnic Affinity

African American (US)

Asian American (US)

Hispanic (US - Spanish dominant)

Add demographics, interests or behaviors | **Browse**

Figura 14. Captura de tela do formulário de cadastro de publicidade no Facebook.⁶⁴

Logo após a revelação da existência deste mecanismo discriminatório em seu sistema de publicidade, o Facebook anunciou que construiria um sistema para evitar que anunciantes de imóveis, empregos ou crédito pudessem excluir usuários com base em raça (ANGWIN, 2016). Todavia, um ano depois da promessa, o ProPublica constatou que ainda era possível contratar publicidade de imóveis no Facebook excluindo usuários não apenas por raça, mas também por sexo e religião, entre outras discriminações (ANGWIN *et al.*, 2017). Em resposta a essa nova revelação, a rede social anunciou um bloqueio temporário da funcionalidade contestada. Nas palavras da diretora de operações do Facebook, Sheryl Sandberg, em carta dirigida a congressistas negros:

Até que possamos assegurar que as nossas ferramentas não serão usadas de maneira inapropriada, estamos desabilitando a opção que

⁶⁴ Fonte: <<https://www.propublica.org/article/facebook-lets-advertisers-exclude-users-by-race>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

permite a anunciantes excluir segmentos de afinidade multicultural da audiência de suas publicidades. (ANGWIN, 2017)^{xxvii}

No entanto, em julho de 2020, uma auditoria externa, contratada pelo próprio Facebook, concluiu que “a rede social não fez o suficiente para proteger os usuários contra discriminações, mentiras e incitações à violência” (MUKHERJEE, CULLIFORD, 2020)^{xxviii}. A divulgação do relatório da auditoria coincidiu com o momento em que o Facebook sofria um grande boicote. Mais de 900 empresas, incluindo grandes marcas como a Coca-Cola, deixaram de veicular suas publicidades na plataforma em protesto contra a falta de ação da rede social para prevenir a disseminação de discursos de ódio. Na época, seu principal concorrente, o Twitter, já inseria rótulos de alerta para informações falsas e incitação à violência em alguns tweets de Donald Trump. Já o Facebook era notadamente benevolente com as mentiras publicadas pelo então presidente dos EUA, o que aumentava ainda mais a pressão sobre a empresa fundada e chefiada por Mark Zuckerberg.

Diante das conclusões da auditoria, a gigante do Vale do Silício emitiu uma declaração, novamente assinada por Sandberg, onde a auditoria é descrita como um “processo realmente importante para a nossa empresa” (MUKHERJEE, CULLIFORD, 2020)^{xxix}. Afirmando não haver soluções rápidas para as questões apontadas pela auditoria, a diretora de operações disse que o Facebook contrataria um líder em direitos humanos. E acrescentou: “O que está ficando cada vez mais claro é que temos um longo caminho a percorrer”^{xxx}. Mas, para os organizadores do boicote aos anúncios do Facebook, as promessas da empresa soaram como pura retórica. Após mais de uma hora de reunião por videoconferência com Sandberg e Zuckerberg, no dia 7 de julho de 2020, eles afirmaram não ter visto compromisso com a ação por parte da rede social (MUKHERJEE, CULLIFORD, 2020).

A opinião dos organizadores do boicote encontrou ressonância dentro do próprio Facebook (SOLON, 2020). Funcionários e ex-funcionários da rede social relataram que os dirigentes da empresa vinham ignorando pesquisas internas sobre vieses raciais nos seus algoritmos. Os vieses teriam sido identificados tanto nos algoritmos do Facebook quanto nos do Instagram, que também pertence à empresa de Zuckerberg. Pesquisas iniciadas em meados de 2019 concluíram que os algoritmos do Instagram para detecção de bullying e de outras infrações tinham 50% mais chances de bloquear as contas de usuários supostamente negros do que as de usuários supostamente brancos. Os algoritmos estariam inferindo a raça do usuário a partir da sua atividade na rede social.

Outro ponto controverso está na política de moderação de conteúdo. Em julho de 2019, uma pesquisadora do Facebook compartilhou internamente um gráfico demonstrando que

o Facebook proativamente derrubava uma proporção maior de discursos de ódio contra pessoas brancas do que a de denúncias feitas pelos usuários, indicando que os usuários não consideravam as publicações ofensivas o suficiente para denunciar, mas o Facebook as deletava mesmo assim. Em contraste, as mesmas ferramentas derrubavam uma proporção menor de discursos de ódio contra grupos marginalizados, tais como negros, judeus e transgêneros, do que a de denúncias feitas pelos usuários, indicando que estes ataques eram considerados ofensivos, mas as ferramentas automatizadas do Facebook não os detectava (SOLON, 2020)^{xxxii}.

Nas palavras da pesquisadora que compartilhou o gráfico, as ferramentas do Facebook “defendem desproporcionalmente os homens brancos” (SOLON, 2020)^{xxxii}. Sintomaticamente, essa desproporção deriva de um esforço da empresa para ser neutra em sua política sobre discursos de ódio. A rede social trata ataques contra brancos e homens da mesma maneira que trata ataques contra negros e mulheres, o que, de acordo com funcionários, deixa de levar em consideração o contexto histórico da opressão e do racismo. Como bem explicado por um deles: “O mundo trata os negros de uma maneira diferente da que trata os brancos. [...] Se estamos tratando todo mundo da mesma forma, já estamos fazendo escolhas do lado errado da história” (SOLON, 2020)^{xxxiii}.

Um documento reunindo diversas pesquisas internas sobre vieses raciais no Facebook e no Instagram chegou a ser apresentado à Zuckerberg e à sua cúpula, conhecida como o *M-Team* (Time “M”). Porém, de acordo com dois funcionários e um ex-funcionário, em vez de adotar medidas imediatas para corrigir as possíveis discriminações embutidas em seus códigos, o time de diretores ordenou que todas as pesquisas sobre raça e etnicidade fossem interrompidas e que as pesquisadoras não compartilhassem seus resultados com outros colegas na empresa (SOLON, 2020). O Facebook não negou ter solicitado a interrupção das pesquisas, mas alegou problemas metodológicos. Para quase todas as denúncias de negligência em relação aos vieses raciais em seus algoritmos, a empresa respondeu enaltecendo seu próprio esforço de melhorar, alegando que a mera existência dessas pesquisas já seria a prova da sua disposição para entender as questões colocadas. Já para Derrick Johnson, presidente da NAACP⁶⁵, uma das principais organizações antirracistas

⁶⁵ Acrônimo para *National Association for the Advancement of Colored People* (Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor). Fundada em 1909 por figuras importantes da intelectualidade negra tais como W. E. B. Du Bois e Ida B. Wells, a associação continua tendo

estadunidenses, e um dos participantes da reunião com Zuckerberg e Sandberg, os dirigentes do Facebook não entendem os direitos civis:

Eles não conseguem enxergar a necessidade de proteger as pessoas e, infelizmente, com muita frequência, eles associam questões relacionadas a direitos civis com partidarismo. Combater o ódio não é uma questão partidária. (SOLON, 2020)^{xxxiv}

Como visto, tratar raça como uma categoria sem levar em consideração o contexto social e histórico pode acabar reforçando opressões que marginalizam o “Outro”, os negros, enquanto normalizam o “Nós”, os brancos. Mas voltando a Daniels (2013), ela apontou ainda outra forma em que o “Espetáculo do Outro” é performado dentro dos estudos da internet: a raça como uma identidade. A autora mostrou que, nos primeiros estudos sobre raça e internet, a identidade racial online era tratada como uma “descoberta” num ambiente supostamente livre de significados raciais. Aqui vale lembrar um trecho do famoso manifesto de John Perry Barlow (1996) pela liberdade do ciberespaço, onde ele diz que:

O nosso mundo está ao mesmo tempo em todos os lugares e em lugar nenhum, mas não é onde os corpos vivem. Estamos criando um mundo em que todos podem entrar sem privilégios ou preconceitos de raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento.^{xxxv}

Como o trecho acima revela, o ciberespaço era tratado como um mundo apartado do mundo “onde os corpos vivem”. Como se fossem colonizadores de novas terras, os primeiros estudiosos de raça e internet “evocavam a linguagem da exploração e da descoberta (por exemplo: ‘descobrimo a identidade racial em um grupo do Usenet’)” (DANIELS, 2013, p. 708)^{xxxvi}. Mas, passada a fase da “descoberta”, as pesquisas sobre identidade racial online se tornaram mais próximas de tradições de resistência e resiliência. Trazendo o pensamento de Kvasny e Igwe (2008), Daniels salientou que a identidade racial, no caso dos negros estadunidenses, é parte de “uma luta de longa duração contra a dominação branca, marcada pela escravidão, segregação, a grande migração, o movimento pelos direitos civis e o movimento Black Power” (DANIELS, 2013, p. 708)^{xxxvii}. Assim, não é de surpreender que esta luta duradoura tenha alcançado também o ciberespaço, com a criação de sites como Blackplanet.com⁶⁶ e outras iniciativas de formação de comunidades étnico-raciais online. Contudo, alerta a autora,

papel proeminente na luta por justiça social nos EUA. Website: <<https://naacp.org/>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁶⁶ Disponível em: <<https://blackplanet.com/>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

quando a pesquisa sobre identidade racial é vista no contexto mais amplo do campo de estudos da internet, um campo que se silencia diante desta luta de longa duração e é geralmente inconsciente da dominação branca, ela assume um valor diferente. Vista deste ângulo privilegiado, a excelente pesquisa sobre identidade racial é marcada à margem das questões teóricas centrais do campo, deixando para que os “participantes minoritários” deem voz às suas experiências de identidade racial no ciberespaço. Em outras palavras, eles são convocados a performar o espetáculo do Outro sobre a experiência das pessoas negras online e offline (DANIELS, 2013, p. 708)^{xxxviii}.

Seja como uma variável desprovida de contexto histórico ou como uma identidade revelada por “participantes minoritários”, a abordagem da raça nos estudos da internet muitas vezes acaba reproduzindo o “Espetáculo do Outro”. Juntas, essas duas abordagens tratam a diferença como inerente ao “Outro” racializado. Para Daniels (2013), o que deixa de ser marcado nestes casos é a branquitude, ou seja, o fato de que os brancos também têm raça. Além disso, o racismo na internet é amplamente ignorado nestes estudos. A autora observou que a maior parte dos trabalhos que revisou focava em algum aspecto de identidade racial, enquanto apenas alguns poucos trazia o racismo para o centro da investigação (HARRISON *et al.*, 2010; STEINFELDT *et al.*, 2010; TYNES; MARKOE, 2010). Daniels (2013, p. 709)^{xxxix} atribuiu, em parte, esta falta de atenção ao racismo nos estudos da internet ao “fato de que o campo dos estudos de raça e internet é subteorizado”.

5.5 Por uma teoria crítica da branquitude

Alguns autores tentaram suprir esta falta de teoria recorrendo à Teoria da Formação Racial, de Omi e Winant (1994). Esta teoria caracteriza a formação racial como “o processo socio-histórico pelo qual categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas” (OMI; WINANT, 1994, p. 55 *apud* DANIELS, 2013, p. 709)^{xl}. Porém, Daniels (2013) contestou a utilidade desta teoria para a compreensão e crítica do racismo globalizado e conectado através da internet. A autora argumentou que esta teoria se preocupa mais em disputar os significados das categorias raciais do que em desvelar as hierarquias raciais nas estruturas institucionais, nas redes de poder e na organização de recursos. Em outras palavras, a Teoria da Formação Racial daria muita atenção à “raça”, mas pouca ao “racismo”.

Quando o racismo é abordado, Daniels (2013) sustentou, geralmente seu caráter estrutural é esvaziado e o foco se volta a manifestações individuais de preconceito. A própria definição de racismo, segundo a Teoria da Formação Racial, corroboraria o argumento da autora:

um conjunto de crenças erráticas que podem levar atores racistas a desenvolver “atitudes” (preconceito) contra o(s) grupo(s) que eles consideram inferiores, o que, em última instância, podem levá-los a “agir” (discriminar) contra o(s) grupo(s) estereotipados. (BONILLA-SILVA; BAIOCCHI, 2007, p. 138 *apud* DANIELS, 2013, p. 709)^{xii}

No campo dos estudos de raça e internet, um exemplo de pesquisa orientada por esta teoria é a que busca medir níveis individuais de preconceito racial com base em determinadas práticas na internet (MELICAN; DIXON, 2008). Outro problema da Teoria da Formação Racial, segundo Daniels (2013), é a ênfase que ela dá ao papel do Estado na criação de categorias raciais, o que não daria conta de explicar as complicadas conexões entre racismo e tecnocultura numa escala mundial.

A realidade é que numa sociedade conectada (CASTELLS, 1997) o racismo agora é global (DANIELS, 2008, 2009; BACK, 2002), dado que aqueles com agendas políticas regressivas lastreadas na supremacia branca se conectam através da internet para além das fronteiras nacionais, um fenômeno que se choca frontalmente com a ideia de Omi e Winant de que o Estado seja o principal agente estrutural para a formação racial. (DANIELS, 2013, p. 710)^{xiii}

No lugar da Teoria da Formação Racial, Daniels sugeriu investigações críticas mais robustas da branquitude, cujo comportamento na internet e nos estudos da internet foi resumido por Jenkins (2002 *apud* DANIELS, 2013, p. 710):

Talvez, quando os primeiros internautas brancos argumentavam que o ciberespaço não enxergava cor, o que eles estavam realmente querendo dizer era que eles queriam desesperadamente um lugar onde eles não precisassem pensar, olhar ou conversar sobre diferenças raciais.^{xiiii}

O sociólogo W. E. B. Du Bois (1868-1963) é apontado como uma das maiores referências para o pensamento sobre a branquitude. No artigo *Of the Culture of White Folk* (“Da Cultura da Gente Branca”), ele afirma que a civilização ocidental “se enalteceu demais. Nem romanos, nem árabes, gregos ou egípcios, persas ou mongóis jamais consideraram a si mesmos e a suas próprias perfeições com tão desconcertante seriedade quanto o homem branco moderno” (DU BOIS, 1917, p. 434)^{xliv}. Já em *Black Reconstruction in America* (1935), o autor elaborou o famoso argumento de que os trabalhadores brancos, embora fossem sub-remunerados, receberiam um “salário psicológico” na forma de status de superioridade racial. Seu livro *The Souls of Black Folk* (“As Almas da Gente Negra”), originalmente publicado em 1903, é um clássico da literatura sobre raça e racismo nos EUA.

Diversos autores dos estudos da internet revisados por Daniels estabeleceram pontes com as reflexões de Du Bois para questionar as narrativas brancas sobre a internet e a tecnologia. Para André Brock (2006, p. 364 *apud* DANIELS, 2013, p. 710), compreendendo que “valores culturais são transmitidos via conteúdo de internet, podemos nos basear nas observações de Du Bois sobre as culturas negra e branca para avaliar conteúdos na internet”^{xlv}. Bebendo da mesma fonte, porém 10 anos antes, Kali Tal (1996 *apud* DANIELS, 2013, p. 710) já suspeitava de que “a tão alardeada ‘liberdade’ de ultrapassar os marcadores ‘limitantes’ de raça e gênero na internet [era] ilusória, e que de fato ela [mascarava] um fenômeno mais perturbador – o embranquecimento do ciberespaço”^{xlvi}.

Tanto Brock (2006) quanto Tara McPherson (2000, 2003) exploraram em suas análises sobre raça e racismo online a forma como o legado da escravidão moldou a cultura branca – uma das observações de Du Bois. Brock argumentou que esta cultura forjada na escravidão continua a endossar o controle social sobre os negros, assim como práticas e crenças discriminatórias. McPherson, por sua vez, analisou como construções discursivas sobre a hospitalidade do sul dos EUA, assim como sobre a feminilidade da mulher sulista, são usadas para esconder e negar verdades históricas dolorosas sobre como o racismo sistêmico moldou a cultura daquela região.

Daniels (2013) argumentou que os trabalhos destes e de outros autores – tais como Kendall (2000, 2002), Leonard (2003, 2006, 2009) e White (2006) – apontam para um caminho promissor ao reverter o foco no “Outro”, o racializado. Todavia, segundo ela, esse questionamento da branquitude ainda não estava muito bem desenvolvido nos estudos da internet. “Parte do que é necessário aqui”, disse ela, “é um forte arcabouço teórico que reconheça a persistência do racismo online ao mesmo tempo em que identifique as profundas raízes da desigualdade racial nas estruturas sociais que moldam a tecnocultura” (DANIELS, 2013, p. 711)^{xlvii}.

A autora apontou os trabalhos de Joe Feagin (2006, 2010), que estendeu as ideias de Du Bois através dos conceitos de racismo sistêmico e quadro racial branco, como importantes contribuições teóricas para suprir esta lacuna no campo dos estudos da internet.

Adotando uma visão de longo prazo sobre a forma como os americanos brancos interagem e tratam as pessoas de cor, a articulação do racismo sistêmico de Feagin inclui as várias práticas exploratórias e discriminatórias dos brancos, o poder e os recursos injustamente ganhos pelos brancos – demonstrado na hierarquia que liga ‘raça’ à bem-estar material – e as muitas imagens e narrativas raciais que caem sob o guarda-chuva do quadro racial branco (BONILLA-SILVA, 1997; FEAGIN 2010; FEAGIN; ELIAS, 2012). Através deste longo desenvolvimento sócio-histórico, ele argumenta,

um poderoso quadro racial branco foi estabelecido de um modo que reforça e perpetua as crenças e práticas do racismo sistêmico. (DANIELS, 2013, p. 711)^{xlviii}

Evitar tanto este enquadramento branco quanto o anseio por uma internet cega à cor é, para Daniels, o dever das pesquisadoras que se proponham a investigar raça e racismo na internet. Não assumir esse compromisso, concluiu ela, é deixar “o campo dos estudos da internet entranhado pelo espetáculo do Outro, em negação do racismo e incapaz de enxergar a sua própria branquitude” (DANIELS, 2013, p. 711)^{xlix}.

5.6 As experiências brasileiras

Até aqui a discussão foi apoiada principalmente na bibliografia estadunidense sobre raça e racismo nas tecnologias da informação. Discuti mais detalhadamente três obras icônicas, sendo duas publicadas por volta da virada do milênio e uma no início da última década. Com Ron Eglash e Julian Bleecker (2001), fiz um resgate da participação africana e da diáspora negra no desenvolvimento de técnicas que fizeram parte de uma cascata de adaptações, reinterpretações e desvios no termo da qual aparecem as modernas tecnologias da informação (LÉVY, 1996). A partir de Anna Everett (2002), tracei paralelos entre a cobertura da imprensa estadunidense na década de 1990 sobre o engajamento pioneiro dos negros na internet e a recente repercussão na imprensa brasileira da emergência do grupo online Afrodengo, criado pela baiana Lorena Ifé em 2017. Finalmente, acompanhei Jessie Daniels (2013) em sua ampla revisão da literatura sobre raça e racismo na internet produzida nos 15 primeiros anos do campo de estudos da internet.

Mas, e no Brasil? Em que pé está a produção da academia brasileira a respeito das imbricações entre raça, racismo e as tecnologias da informação cada vez mais ubíquas em nossa sociedade? E, mais especificamente, que atenção tem sido dada ao ativismo digital antirracismo no Brasil, tal como o promovido por Ifé através do Afrodengo?

Como já mencionado, a produção acadêmica brasileira sobre raça e racismo nas tecnologias da informação ainda é incipiente. Nas quase 3 mil páginas dos anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC) de 2016, por exemplo, onde foram aceitos 303 trabalhos completos, o termo “racismo” não apareceu uma vez sequer. Nas edições de 2016, 2017 e 2018 do CSBC apenas um ou dois artigos de cada uma delas abordou questões relativas à raça e ao racismo. O tema foi mais amplamente abordado em edições recentes do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE). Cerca de 5% dos trabalhos presentes nos

cadernos de resumos da nona e da décima edições, realizadas em 2017 e 2018, respectivamente, abordaram algum aspecto sobre raça e racismo nas tecnologias da informação. Embora o percentual ainda seja modesto, a maior presença de trabalhos sobre raça e tecnologia num congresso não focado na área da tecnologia, porém voltado a pesquisadoras negras, do que num congresso específico da área tecnológica corrobora a observação feita por Daniels (2013, p. 712) de que

o fardo de notar raça na internet tem sido deixado para pesquisadoras da internet que são negras, reforçando o que Stuart Hall identifica como o “espetáculo do Outro”. Isto não é para depreciar essas pesquisas ou essas pesquisadoras, mas para chamar a atenção para a preponderância de estudos sobre a internet feitos por pessoas brancas que raramente reconhecem a importância da raça, mas que em vez disso se apegam à fantasia de uma web que não vê cor.¹

Analisando especificamente o contexto latino-americano, a pesquisadora Niousha Roshani (2020, p. 63) foi taxativa: “Em última análise, o principal desafio na América Latina reside no fato de que a internet e os estudos da internet permanecem no controle dos brancos, e a questão do racismo digital raramente é, quando é, o tema da pesquisa”.

Se ainda é escassa a produção acadêmica brasileira sobre raça e tecnologia, não podemos dizer que é por falta de participação de brasileiros negros no mundo digital; e nem mesmo atribuí-la a uma participação tardia. De fato, o Brasil pode se orgulhar de alguns pioneiros. Em 1996, Gilberto Gil foi o primeiro artista brasileiro, e um dos primeiros no mundo, a realizar uma transmissão ao vivo e em tempo real pela internet. A ocasião foi o lançamento da música “Pela Internet”, uma homenagem sua ao samba “Pelo Telefone”, considerado o primeiro samba a ser gravado. Para realizar a transmissão pioneira, Gil fez uma parceria com a IBM e a Embratel, importantes empresas da época nas áreas de tecnologia e telecomunicações⁶⁷. Em 1997, entrava na rede mundial de computadores o site do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Segundo Sueli Carneiro (2020), uma de suas fundadoras, o Geledés foi a primeira organização da sociedade civil brasileira a criar um site. Ativo até hoje, após algumas reformulações, o Portal Geledés⁶⁸ é um dos principais veículos de produção e difusão de conteúdos de interesse da comunidade negra online. Outro brasileiro pioneiro foi Carlinhos Brown. Entre o fim dos anos 90 e o início dos anos 2000, seu nome foi incluído numa lista de artistas, escritores e intelectuais, a maioria estadunidense,

⁶⁷ Um relato detalhado dessa transmissão histórica foi feito por Mauro Segura (2017), à época executivo da IBM.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

considerados representantes do então recente conceito de “afrofuturismo”, cunhado para pôr em evidência a abordagem de temas tecnológicos na produção cultural negra (EGLASH; BLEECKER, 2001, p. 370).

Mas a explosão do ativismo digital antirracismo no Brasil viria mesmo na segunda década deste século. E viria com a liderança de jovens mulheres negras, que passaram a ocupar espaços na internet denunciando a interseccionalidade de raça e gênero nas opressões sofridas por elas e construindo redes de apoio e fortalecimento coletivo. Desde a Blogagem Coletiva Mulher Negra, realizada em novembro de 2012 e considerada a primeira grande marcha de mulheres negras online, muitas iniciativas foram criadas. A pesquisadora Thiane Neves Barros (2020, p. 207-208) enumerou uma série de movimentos que emergiram ao longo da década:

o grupo Feminismo Negro Interseccional (2012), o Coletivo Baré (2012), site Mundo Negro (2012), o blog Gorda e Sapatão (2013), o Central das Divas (2013), blog Transfeminismo (2014), o Não Me Khalo (2014), o coletivo Preta e Acadêmica (2015), o Dicionário Subversivo (2015), as Redes de Mulheres Negras espalhadas por todo o país - no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Paraná e Rio de Janeiro -, o coletivo Pretas Hacker (2016), PretaLab (2016), a Rede de Ciberativistas Negras (2017), e a crescente quantidade de YouTubers e Digital Influencers.

Roshani (2020, p. 62) acrescenta que “especialmente as mulheres jovens têm se tornado mais visíveis e têm aproveitado papéis mais proeminentes no movimento negro como blogueiras, vloggers, políticas, empreendedoras ou fundadoras de suas próprias iniciativas”. A autora realizou um breve e pioneiro levantamento da diversidade do ativismo digital antirracismo no Brasil e na Colômbia. Entre os casos brasileiros destacados por Roshani, estão iniciativas do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, as três capitais com maior percentual de população negra no Brasil. Do Rio de Janeiro, a autora destacou a GatoMÍDIA, “uma rede e metodologia para se aprender sobre mídia e tecnologia para pessoas negras e residentes de favelas” (ROSHANI, 2020, p. 52); o Observatório Internacional da Juventude, organização que “fornece apoio para que jovens negros tenham acesso a oportunidades educacionais e de emprego” (ROSHANI, 2020, p. 52), utilizando, entre outras ferramentas, sua plataforma digital; e o Voz da Comunidade, “primeiro portal de notícias criado para a comunidade do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro” (ROSHANI, 2020, p. 52). De Salvador, o Instituto Mídia Étnica, organização que “realiza projetos para garantir os direitos das populações historicamente excluídas através do uso da comunicação” (ROSHANI, 2020, p. 52); a Vale do Dendê, “uma aceleradora e consultoria para startups comandadas por empreendedores negros na cidade de Salvador” (ROSHANI,

2020, p. 53); e a Desabafo Social, organização que “trabalha para transformar as realidades vividas pelos jovens através de iniciativas estruturadas que garantam a implementação dos seus direitos humanos” (ROSHANI, 2020, p. 53). De São Paulo, finalmente, são destacadas a BlackRocks, “uma aceleradora para *startups* dedicada à promoção de empresários e executivos negros no setor privado” (ROSHANI, 2020, p. 53); e a PretaLab⁶⁹, uma iniciativa criada para “aumentar o número de mulheres negras na tecnologia fomentando o empreendedorismo digital e a inovação” (ROSHANI, 2020, p. 53).

Entre outras iniciativas digitais antirracistas surgidas no Brasil nos últimos cinco anos, pode-se acrescentar ainda a Diaspora.Black, plataforma de hospedagem voltada à valorização do intercâmbio cultural negro; o data_labe, laboratório de dados e narrativas na favela da Maré; e o AfroSaúde, plataforma digital para serviços de saúde oferecidos por profissionais negros. Estas foram algumas das iniciativas com as quais mantive contato durante a pesquisa de campo para esta dissertação. Mas a lista parece não parar de crescer.

Com o objetivo de oferecer um panorama do ativismo digital antirracista no Brasil, e uma fonte de consulta para leitoras e pesquisadoras interessadas em se aprofundar no assunto, reuni na Tabela 1 uma lista das iniciativas digitais antirracistas com as quais mantive contato ou tomei conhecimento no decorrer desta pesquisa, seja através da revisão bibliográfica, por meio de entrevistas, em buscas pelas redes sociais ou na observação participante em fóruns de discussão da comunidade negra.

Partindo do site pioneiro do Geledés – Instituto da Mulher Negra, no ar desde 1997, listo em ordem cronológica, por ano de fundação, ou, no caso das plataformas comerciais, por ano de início das operações, algumas das mais notáveis iniciativas digitais antirracistas surgidas até o início de 2020. Junto ao nome e ano de fundação, ofereço o link e uma breve descrição de cada iniciativa.

Tabela 1. Panorama do ativismo digital antirracista no Brasil

Nome	Link ⁷⁰	Ano	Breve descrição
Portal Geledés	https://www.geledes.org.br/	1997	Portal institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Um site pioneiro que, tendo passado por reformulações ao longo dos anos, segue sendo um dos principais portais de divulgação de artigos e conteúdos

⁶⁹ Embora Roshani liste a PretaLab entre as iniciativas de São Paulo, seu lançamento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de março de 2017, na sede do Olabi, organização promotora da iniciativa. Conferir em: <<https://www.itaucultural.org.br/conheca-o-pretalab-mapeamento-de-mulheres-negras-e-indigenas-na-tecnologia>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

⁷⁰ Todos os links listados foram visitados em: 10 out. 2021.

			de interesse da comunidade negra.
Mundo Negro	https://mundonegro.inf.br/	2001	No ar há 20 anos, é um portal de notícias voltado exclusivamente para assuntos relacionados à comunidade negra.
Voz das Comunidades	https://www.vozdascomunidades.com.br/	2005	Jornal comunitário fundado por uma criança de 11 anos do Complexo de Favelas do Alemão, no Rio de Janeiro-RJ. Utiliza os meios digitais para visibilizar narrativas produzidas pelas favelas.
Instituto Mídia Étnica	https://midiaetnica.ning.com/	2005	Organização baiana que promove o direito à comunicação e ao uso das ferramentas tecnológicas por grupos socialmente excluídos, sobretudo comunidades negras.
Correio Nagô	https://correionago.com.br/	2008	Portal de notícias criado pelo Instituto Mídia Étnica que divulga as ações da comunidade negra do Brasil e da diáspora.
Desabafo Social	http://desabafosocial.com.br/	2011	Organização social com foco em educação e comunicação em direitos humanos. Protagonizou campanha que denunciou o racismo nos algoritmos de busca de bancos de imagens.
Blogagem Coletiva Mulher Negra	https://blogagemcoletivamulhernegra.wordpress.com/	2012	Evento que reuniu blogueiras negras para a produção de textos que aproximassem o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher (25 de novembro).
Blogueiras Negras	http://blogueirasnegras.org/	2013	Com origem na Blogagem Coletiva Mulher Negra, o site reúne textos de mulheres negras sobre questões de raça e gênero.
GatoMÍDIA	https://gatomidia.com/	2013	Criada no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro-RJ, é uma agência, rede e metodologia de aprendizado em mídia e tecnologia com foco na juventude negra e moradores de favelas e periferias do Brasil.
Gorda e Sapatão	https://gordaesapatao.com.br/	2013	Blog criado por Jéssica Ipólito, dedicado a discussões sobre racismo, lesbianidade, feminismo, gordofobia e padrões de beleza.
Central das Divas	https://www.centraldasdivas.com.br/	2013	Lojinha virtual voltada a propostas estéticas não eurocêntricas e que valorizem a beleza e a ancestralidade do povo negro.
InfoPreta	https://infopreta.com.br/	2013	Empresa que alia serviços de manutenção de computadores a inclusão de pessoas negras, LGBTQIAP+ e mulheres no mercado de tecnologia.
Preta, Nerd e Burning Hell	http://www.pretaenerd.com.br/	2014	Espaço virtual para discussão sobre cultura nerd a partir de uma visão crítica de raça, gênero e classe.
Preta e Acadêmica	https://www.facebook.com/PretaAcademica/	2015	Página no Facebook dedicada a discutir casos de racismo nas

			instituições de ensino e a visibilizar a produção acadêmica e intelectual das mulheres negras.
Marcha do Empoderamento Crespo	https://www.facebook.com/empoderamentocrespooficial/	2015	Uma das primeiras grandes manifestações de rua para a afirmação da beleza negra e denúncia do racismo organizada via redes sociais em Salvador-BA.
Minas Programam	https://minasprogramam.com/	2015	Projeto que oferece oportunidades de aprendizado em programação para meninas e mulheres, priorizando negras e indígenas.
data_labe	https://datalabe.org/	2016	Laboratório de dados e narrativas na favela da Maré, Rio de Janeiro-RJ. Produz narrativas a partir dos territórios populares por meio de dados.
Kilombu	https://www.facebook.com/kilombu/	2016	Primeiro aplicativo para conectar consumidores a produtos e serviços de empreendedores negros a ganhar notoriedade no Brasil.
Pretas Hackers	https://www.facebook.com/pretashackers/	2016	Página no Facebook dedicada a visibilizar as habilidades hacker e o domínio de tecnologias por mulheres negras.
Vale do Dendê	https://valedodende.org/	2016	Aceleradora de startups com foco em negócios inovadores da juventude negra e periférica de Salvador-BA.
BlackRocks	http://www.blackrocks.com.br/	2016	Aceleradora de startups liderada por mulheres negras e focada em apoiar negócios inovadores, lucrativos e tecnológicos de pessoas negras.
Afrodengo	https://www.facebook.com/groups/afrodengo	2017	Maior grupo virtual de paquera entre pessoas negras. Surgiu como um contraponto à política do embranquecimento, que estimulava a preferência afetiva por parceiras/os brancas/os ou, pelo menos, mais claras/os.
PretaLab	https://www.pretalab.com/	2017	Projeto que busca dar visibilidade às mulheres negras e indígenas nas áreas de tecnologia e inovação. Iniciou com um mapeamento e atualmente conta com uma plataforma que reúne perfis de profissionais negras na tecnologia.
A Ponte Para Pretxs!	https://www.facebook.com/groups/aponteparapretxs	2017	O maior grupo online para divulgação de vagas e oportunidades profissionais para pessoas negras, do mesmo criador do aplicativo Kilombu.
Diaspora.Black	https://diaspora.black/	2017	Plataforma de hospedagens, turismo e cursos com foco na valorização da cultura negra. Surgiu em parte como contraponto a casos de racismo no Airbnb.
Rede de Ciberativistas Negras	https://criola.org.br/rede-nacional-de-ciberativistas-em-defesa-das-mulheres-negras/	2017	Articulação de mulheres negras que utilizam os meios digitais para potencializar a denúncia de violação de direitos e gerar respostas rápidas.
AfroPython	https://afropython.org/	2017	Iniciativa de origem gaúcha para

			oferecer oficinas de programação para pessoas negras e discutir questões sobre negritude e tecnologia.
Movimento Black Money	https://movimentoblackmoney.com.br/	2017	Iniciativa que busca promover a autonomia da população negra através do apoio ao empreendedorismo negro, com ênfase na transformação digital.
TrazFavela	http://trazfavela.com.br/	2019	Aplicativo de delivery com foco em negócios, motoboys e clientes de dentro das favelas. Surgiu em Salvador-BA como um contraponto à exclusão das favelas nos grandes aplicativos de delivery.
Conexão Malunga	https://conexaomalunga.org.br/	2019	Plataforma digital para discussão sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação para a emancipação com base nos valores afro-brasileiros.
AfroSaúde	https://afrosaude.com.br/	2020	Plataforma digital que visa conectar pacientes a profissionais de saúde negros. Surgiu em Salvador-BA para suprir a demanda de pacientes que buscam representatividade e atendimento qualificado.

Para montar a tabela, priorizei iniciativas que trazem a pauta antirracista com alguma centralidade, sobretudo as lideradas por pessoas negras ou sediadas nas periferias e favelas. Ficaram de fora iniciativas que também se propõem a atuar em prol da justiça social, mas cuja narrativa principal não dá ênfase ao racismo. Embora essas iniciativas possam cumprir papel relevante na causa antirracista, meu objetivo aqui é apresentar um panorama do ativismo digital explicitamente orientado para questões raciais.

Não sendo fruto de uma busca exaustiva, a tabela não se propõe a abarcar a totalidade das iniciativas criadas ou existentes no período considerado. Pelo contrário, ela se oferece como uma base de pesquisa em construção e necessariamente incompleta, aberta a contribuições que a refinem e a ampliem, sempre de modo a enriquecer o campo de estudos sobre raça e tecnologia no Brasil.

5.7 Análise preliminar

Não obstante, a observação da tabela em seu estado atual já desperta a atenção para dois períodos de maior crescimento na quantidade e na variedade de iniciativas digitais antirracistas: o ano de 2013, com pelo menos 5 novas iniciativas, e o biênio 2016-2017, com mais de 10 iniciativas criadas. Hipóteses para explicar a concentração do surgimento de iniciativas nesses dois períodos podem ser muitas e

merecem uma investigação aprofundada de trabalhos futuros. Pretendo aqui esboçar apenas algumas relacionadas ao contexto político nacional desses períodos.

O ano de 2013, por exemplo, foi agitado pelas manifestações de junho, quando milhões de brasileiros e brasileiras, sobretudo jovens, se mobilizaram nas ruas e na internet para reivindicar direitos e denunciar injustiças sociais, entre elas o racismo (SOBRAL, 2016). Tendo sido a primeira grande mobilização política nacional desde a disseminação do uso da internet via *smartphones* e a ampliação do acesso da juventude negra ao ensino superior – em virtude de programas como o PROUNI⁷¹, o REUNI⁷² e a chamada política de cotas nas universidades federais –, as manifestações de junho de 2013 e o clima social de contestação do *status quo* que as envolveram, precederam e sucederam podem ter favorecido significativamente a emergência de iniciativas digitais antirracistas naquele período.

Já o biênio 2016-2017 foi marcado pelo golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e pelo início do governo ilegítimo de Michel Temer. Sem perspectiva de continuidade dos avanços estatais na promoção da igualdade racial que marcaram a década anterior – tais como a promulgação da Lei nº 10.639/03⁷³, a criação da SEPPIR⁷⁴ e do Estatuto da Igualdade Racial⁷⁵, e a já citada implementação das cotas nas universidades federais –, parte da juventude negra que já estava engajada na luta antirracista e agora via as oportunidades se fecharem parece ter encontrado no ativismo digital e na autonomia econômica caminhos para resistir ao novo estado das coisas. Como bem observou Roshani (2020, p. 57), a infinidade de formas com que a juventude negra tem realizado seu ativismo digital promove

perspectivas e experiências mal representadas em uma sociedade que é ávida para suprimir diálogos sobre o racismo institucionalizado e sistemático. Seu ativismo digital antirracismo constrói a transição do luto à luta redefinindo a herança cultural e identidades, maximizando oportunidades, restabelecendo a cidadania e a participação cívica, moldando o debate público e resistindo às desigualdades estruturais históricas.

⁷¹ Acrônimo para Programa Universidade para Todos. Criado em 2004 pelo governo federal, o programa oferece bolsas de estudo, integrais ou parciais, para estudantes de baixa renda acessarem o ensino superior em instituições particulares.

⁷² Acrônimo para Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Criado em 2007 pelo governo federal, o programa possibilitou a criação de novas universidades federais e de novos cursos nas universidades já existentes, ampliando consideravelmente a oferta de vagas no ensino superior público.

⁷³ Lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Para mais informações, ver a seção 1.5 do Capítulo 1.

⁷⁴ Acrônimo para Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003 com status de Ministério.

⁷⁵ Instituído pela Lei nº 12.888/2010 e “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010).

Para Ítala Herta, cofundadora e diretora de operações da Vale do Dendê, aceleradora de startups com foco em negócios inovadores da juventude negra e periférica de Salvador-BA, “a gente está vivendo um momento de deslocamento [político] muito grande nos últimos cinco anos” (HERTA, 2020), onde o chamado afroempreendedorismo ganha força como uma forma de ativismo que coloca a justiça econômica como condição necessária para a justiça social. Várias das iniciativas digitais antirracistas surgidas durante esse período trazem a perspectiva de fazer o dinheiro circular dentro da comunidade negra, num movimento conhecido como Black Money. Nina Silva, fundadora do Movimento Black Money, iniciativa que busca promover a autonomia da população negra através do apoio ao empreendedorismo negro, sintetizou as ideias do movimento na seguinte frase: “se não me vejo, não compro” (NASCIMENTO, 2020).

E são muitas as áreas onde a população negra raramente se vê representada. Arthur Lima, dentista e fundador da AfroSaúde, plataforma digital que visa conectar pacientes a profissionais de saúde negros, teve seu despertar para essa questão ao assistir à apresentação de um trabalho acadêmico sobre coleta de lixo, na Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁷⁶. Em entrevista concedida para esta dissertação, ele contou que a autora do trabalho não tinha inicialmente um foco em questões raciais, mas acabou se deparando com a diferença existente entre os motoristas dos caminhões de lixo e os coletores que apanhavam o lixo na rua: os primeiros costumavam ser brancos, enquanto os últimos costumavam ser negros⁷⁷. Segundo Lima, a diferença era “tão gritante” que a autora acabou por dedicar um capítulo da sua pesquisa para tratar da questão racial.

E aquilo começou a me despertar. E aí, comecei a refletir um pouco sobre a minha trajetória. Fui voltando na minha formação, a falta de referência que eu tive, de ter professor negro ou de conhecer um dentista negro. E de estar às vezes nos espaços e ser o único. Ou às vezes de ter um estranhamento por ser negro, por ter dreads e ser dentista. E aí, lembro que estava assistindo essa tese com o caderno aberto. Então comecei a imaginar se eu criasse um lugar onde eu conseguisse oportunizar para as pessoas encontrarem dentistas negros. (LIMA, 2020)

⁷⁶ Embora não tenha mencionado o nome da autora ou do trabalho, a descrição feita por Lima (2020) sugere que sua referência possa ter sido à dissertação de mestrado de Rosângela Souza Lessa (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) da Faculdade de Medicina da UFBA.

⁷⁷ Estrelado, dirigido e produzido por Denzel Washington, o filme *Fences* (2016) retrata essa mesma questão, mas contextualizada nos EUA dos anos 1950. O drama, que também é abrilhantado por Viola Davis, mostra o racismo enfrentado por um coletor de lixo negro ao pleitear uma vaga de motorista na empresa de coleta.

A partir desta ponta de pensamento, foi só puxar o fio para desenrolar o novelo das múltiplas invisibilidades que o racismo estrutural produz e naturaliza.

Mas se fossem todos os profissionais da área [da saúde]? E aí, comecei a refletir mais. Nas formaturas que eu fui, quantos negros tinham? Os meus colegas, as formaturas de medicina que eu ia, a faculdade como um todo. Então pensei: “É, acho que faz sentido”. (LIMA, 2020)

A tomada de consciência racial nos faz questionar o *status quo*, desnaturalizando os lugares ocupados por negros e brancos na sociedade. De um questionamento a outro, Lima foi ampliando sua visão sobre a influência do racismo na área da saúde e, ao mesmo tempo, moldando sua ideia de plataforma. Pesquisando sobre o tema, percebeu que havia uma demanda de pessoas buscando se ver representadas nos profissionais de saúde de que precisavam. Ele conheceu um casal que, após ter dificuldade para encontrar uma ginecologista negra, criou uma página no Instagram para dar indicações de profissionais de saúde negros. Seguindo em suas pesquisas, encontrou no Facebook o grupo “A Ponte para Pretxs!”, criado por Vitor Del Rey – o mesmo criador do aplicativo Kilombu⁷⁸. Neste grupo, ele disse, “vira e mexe alguém está buscando: ‘procuro uma psicóloga negra’, ‘procuro um dentista negro’, ‘procuro alguém que trabalha com pele negra’, ‘procuro um psiquiatra negro’” (LIMA, 2020).

Para compreender os motivos da demanda por profissionais de saúde negros, Lima colheu também relatos sobre as manifestações de racismo vividas por pacientes em consultórios. “O preconceito do profissional que diz que fulana tem tal condição: ‘Ah, seu cabelo é de dread, por isso que você tem seborreia’. Ou problemas de DST’s [doenças sexualmente transmissíveis]: ‘Mas também, né? Você é assim, óbvio que vai ter DST’” (LIMA, 2020). Com base ainda no histórico de violência obstétrica sofrida por mulheres negras e de tratamentos mais invasivos em pessoas negras (FLAESCHEN, 2020), motivados pela crença de que os negros suportariam mais a dor, ele concluiu:

É um problema [o racismo na área da saúde], mas eu acho que isso pode virar um negócio de impacto social. Que, muito mais do que ter lucro e ganhar dinheiro, é um problema que gritou. E a gente [ele e seu sócio Igor Rocha] foi procurar saber como criar uma startup, que é uma empresa que tem pouca gente, é escalável e vem com uma base de inovação: uma inovação temática e uma inovação tecnológica. A gente foi ver como poderia estruturar isso e entregar para a sociedade. (LIMA, 2020)

⁷⁸ Vide o Capítulo 4, onde a história de criação do Kilombu é contada.

Após fazer um curso de criação de startup, participar de uma premiação do SEBRAE e passar por um processo de aceleração na Vale do Dendê, Lima e seu sócio, Igor Rocha, lançaram a plataforma do AfroSaúde no dia 29 de janeiro de 2020, num restaurante no Centro Histórico de Salvador. O evento, do qual tive a oportunidade de participar, foi prestigiado por diversos atores da cena do afroempreendedorismo baiano, incluindo a criadora do Afrodengo, Lorena Ifé (ver Figura 15).



Figura 15. Lançamento do AfroSaúde. Da esquerda para a direita: eu, Igor Rocha (cofundador do AfroSaúde), Lorena Ifé (criadora do grupo Afrodengo) e Arthur Lima (cofundador do AfroSaúde).

Atualmente, a plataforma digital da AfroSaúde conta com mais de 1200 profissionais de saúde negros cadastrados, distribuídos por mais de 130 cidades Brasil afora e mais de 30 especialidades. Em junho de 2021, a AfroSaúde fechou parceria com o portal do Dr. Drauzio Varella, um dos médicos mais conhecidos e renomados do Brasil, para divulgar informações sobre saúde, especialmente aquelas relativas à população negra (AFROSAÚDE, 2021).

O sucesso imediato da AfroSaúde, assim como de outras plataformas voltadas à valorização dos profissionais e empreendedores negros, se insere neste movimento

da juventude negra contemporânea de repensar o consumo e o uso do dinheiro de uma maneira política. A diretora de operações da Vale do Dendê explicou este repensar através do seguinte exemplo:

Se eu sou perseguido dentro das lojas [nome de uma grande rede varejista], eu não vou voltar aqui. Porque meu dinheiro vai voltar para eles. E se voltar para eles, eu vou continuar sendo perseguido. Porque eles vão continuar contratando as mesmas pessoas para me perseguir, que são parecidas comigo. Então, se eu deixar de botar dinheiro aqui, eu posso fissurar isso aqui. (HERTA, 2020)

Herta pontuou, entretanto, que essas não são ideias novas, remetendo ao movimento panafricanista do final do século XIX e meados do século XX. Citando o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940), um dos principais intelectuais panafricanistas, ela sintetizou a lógica de autonomia econômica proposta pelo movimento:

Não tem boneca preta? Eu vou criar uma fábrica de boneca. Não tem Ferry-Boat para atravessar o rio? Eu vou comprar dois. Eu vou pensar como uma nação. Eu vou juntar aqui essa população diaspórica que está ligada numa identidade, que a gente se identifica, e vou dizer para ela que o dinheiro dela é tão importante quanto pensar num líder político. (HERTA, 2020)

Embora estas ideias sejam difundidas há bastante tempo, sua reivindicação no discurso e na prática do ativismo digital antirracista no Brasil é um fenômeno recente e ainda pouco compreendido e estudado.

Cabe, por fim, destacar as interconexões entre as diversas iniciativas surgidas nos últimos 5 anos, demonstrando a articulação em rede do ativismo digital antirracista no Brasil. Em Salvador, os afroempreendedores se articulam nas redes digitais através de um grupo chamado Black Business Bahia. No Rio de Janeiro, existem pontes de diálogo entre as diversas iniciativas. Vitor Del Rey compartilhou sua experiência na criação do Kilombu com Carlos Humberto quando este estava concebendo a plataforma Diaspora.Black. A PretaLab mantém relação próxima com o data_labe. E por aí vai. A breve história que contei sobre a fundação do AfroSaúde revela ainda que as pontes se estabelecem tanto ao nível local quanto ao nível nacional. Durante as pesquisas para a criação da sua plataforma, o baiano Lima encontrou o público demandante por profissionais de saúde negros no grupo “A Ponte Para Pretxs!”, criado pelo fluminense Del Rey.

Concluindo, o racismo, que deve ser compreendido como estrutural em nossa sociedade (ALMEIDA, 2020), tem muitas facetas e as histórias de várias delas podem ser reveladas se pusermos uma lente de aumento sobre cada uma das iniciativas digitais antirracistas que têm surgido na última década no Brasil. Neste trabalho, esbocei algumas delas. Por exemplo, a longa história que vai desde a ideologia do branqueamento, posta em circulação ainda no século XIX, até a sua contrapartida através do grupo Afrodengo, criado por Lorena Ifé em 2017. O imediato sucesso do grupo no Facebook e sua trajetória ascendente mostram que a juventude negra não apenas está conectada à internet, como também busca espaços de afirmação da identidade, resistência ao racismo e construção de comunidade online.

Outros estudos se fazem necessários para aprofundar a compreensão da emergência do ativismo digital antirracista no Brasil, seu contexto, suas ideias, suas redes, suas iniciativas e sua potência. Pois, como disse Herta (2020): “Tem gente que nem entende o que a gente está fazendo, ainda”. Cabe ainda à academia brasileira, particularmente aos campos de estudos ligados às tecnologias da informação, rever a sua própria branquitude, de modo a contribuir efetivamente para a construção de um futuro antirracista, tanto online quanto offline. Afinal, como nos lembra a célebre frase de Angela Davis, numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

12 ANOS de Escravidão. Direção: Steve McQueen. EUA, Reino Unido: New Regency Productions, River Road Entertainment, Plan B Entertainment, 2013. (134min)

ADAMS, J.; ROSCIGNO, V. J. "White Supremacists, Oppositional Culture and the World Wide Web", **Social Forces**, v. 84, n. 2, p. 759–778, 1 dez. 2005.

AFROSAÚDE. "AfroSaúde firma parceria com o Portal Drauzio Varella". **AfroSaúde**, 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://afrosaude.com.br/novidades/afrosaude-firma-parceria-com-o-portal-drauzio-varela/>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

ALENCAR, Itana. "Com a capital mais negra do país, Bahia ganha aplicativo gratuito para registro de denúncias contra racismo e intolerância religiosa". **G1**, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/19/com-a-capital-mais-negra-do-pais-bahia-ganha-aplicativo-gratuito-para-registro-de-denuncias-contra-racismo-e-intolerancia-religiosa.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2021.

ALESP - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. "Acervo da Assembleia mantém documentos sobre a Escola Politécnica da USP". **Portal da ALESP**, 16 set. 2013. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338055>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ALEXANDER, Michelle. **The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness**. New York: New Press, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ANGWIN, Julia. "Facebook Says it Will Stop Allowing Some Advertisers to Exclude Users by Race", **ProPublica**, 11 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/facebook-to-stop-allowing-some-advertisers-to-exclude-users-by-race>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. "Facebook to Temporarily Block Advertisers From Excluding Audiences by Race", **ProPublica**, 29 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/facebook-to-temporarily-block-advertisers-from-excluding-audiences-by-race>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ANGWIN, Julia; PARRIS JR., Terry. "Facebook Lets Advertisers Exclude Users by Race", **ProPublica**, 28 out. 2016. Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/facebook-lets-advertisers-exclude-users-by-race>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ANGWIN, Julia; TOBIN, Ariana; VARNER, Madeleine. "Facebook (Still) Letting Housing Advertisers Exclude Users by Race", **ProPublica**, 21 nov. 2017. Disponível

em: <<https://www.propublica.org/article/facebook-advertising-discrimination-housing-race-sex-national-origin>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ARAUJO, Leonor Franco. “A Lei 10639 e sua maior idade. Há o que se comemorar?” **Revista Docência e Cibercultura**, v. 5, n. 2, p. 279–294, 12 jul. 2021.

ATTON, Chris. “Far-right media on the internet: culture, discourse and power”, **New Media & Society**, v. 8, n. 4, p. 573–587, ago. 2006.

AZEVEDO, Reinaldo. “Multiculturalismo uma ova! Joaquim Barbosa representa o valor de uma única cultura: a democracia!”, **VEJA**, 23 nov. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/multiculturalismo-uma-ova-joaquim-barbosa-representa-o-valor-de-uma-unica-cultura-a-democracia/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BACK, Les. “Aryans reading Adorno: cyber-culture and twenty-first-century racism”, **Ethnic and Racial Studies**, v. 25, n. 4, p. 628–651, jan. 2002.

BARLOW, John Perry. A Declaration of the Independence of Cyberspace. 8 fev. 1996. **Electronic Frontier Foundation**. Disponível em: <<https://www.eff.org/cyberspace-independence>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

BARROS, Thiane Neves. Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

BECKER, Paul J.; BYERS, Bryan; JIPSON, Arthur J. “The Contentious American Debate: The First Amendment and Internet-based Hate Speech”, **International Review of Law, Computers & Technology**, v. 14, n. 1, p. 33–41, 2000.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Medford, MA: Polity, 2019.

BERABA, Marcelo. “Levante de João Cândido era tabu na instituição”. **Folha de S.Paulo**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200821.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BOM DIA BRASIL. “Marcha do Orgulho Crespo é realizada pela 1ª vez em São Paulo”. **Bom Dia Brasil**, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/07/marcha-do-orgulho-crespo-e-realizada-pela-1-vez-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BOSTDORFF, Denise M. “The internet rhetoric of the Ku Klux Klan: A case study in web site community building run amok”, **Communication Studies**, v. 55, n. 2, p. 340–361, jun. 2004.

BOYD, danah. White flight in networked publics: how race and class shaped American teen adoption of MySpace and Facebook. *In*: NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter (orgs.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012. p. 203–222.

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. **Lex**: Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890, Rio de Janeiro, v. 1, fasc.VI, p. 1424-1433, 1896. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização e dá outras providências. **Lex**: Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1945, Rio de Janeiro, v. 7, p. 378-390, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12288.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRECKHEIMER, Peter J. “A haven for hate: the foreign and domestic implications of protecting Internet hate speech under the first amendment”, **Southern California Law Review**, v. 75, p. 1493–1529, 2002.

BROCK, Andre. “A Belief in Humanity is a Belief in Colored Men’: Using Culture to Span the Digital Divide”, **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 11, n. 1, p. 357–374, 2006.

BROWNE, Simone. “Digital Epidermalization: Race, Identity and Biometrics”, **Critical Sociology**, v. 36, n. 1, p. 131–150, jan. 2010.

BRUM, Eliane. “Fabiana Cozza: ‘Eu não sou uma vítima’”. **El País Brasil**, 3 jul. 2018. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/opinion/1530536103327593.html>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BURRIS, Val; SMITH, Emery; STRAHM, Ann. “White Supremacist Networks on the Internet”, **Sociological Focus**, v. 33, n. 2, p. 215–235, maio 2000.

BYRNE, Dara N. "Public Discourse, Community Concerns, and Civic Engagement: Exploring Black Social Networking Traditions on BlackPlanet.com", **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 319–340, out. 2007.

BYRNE, Dara N. The Future of (the) "Race": Identity, Discourse, and the Rise of Computer-mediated Public Spheres. *In*: EVERETT, Anna (org.). **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation series on digital media and learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 15–38.

CAETANO, Bruna. "Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes". **Brasil de Fato**, 5 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. "Homem negro morre após ser espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre". **Folha de S. Paulo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-segurancas-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2021.

CAMPBELL, Alex. "The search for authenticity: An exploration of an online skinhead newsgroup", **New Media & Society**, v. 8, n. 2, p. 269–294, abr. 2006.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. "Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)". **Revista Sinais Sociais**, v. 11, n. 32, p. 85–116, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Tecnopolítica #50: Tecnologia e Racismo**. Youtube, 9 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TbsuDny0uLY>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell, 1997 (The Information Age: Economy, Society and Culture, 2).

_____. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CETIC.BR - CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019**. São Paulo: CGI.br, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020 (Edição COVID-19 - Metodologia adaptada)**. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022

CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) (COPENE), 9., 2017, Dourados. **Caderno de Resumos do IX Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)**. [S.l.]: ABPN, jan 2017, 145 p. Disponível em: <https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd_fa01a9d564a54e119bda44f0031f05e5.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

_____, 10., 2018, Uberlândia. **Livro de Resumos do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)**. [S.l.]: ABPN, out 2018, 265 p. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3210>. Acesso em: 06 ago. 2020.

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO (CSBC), 36., 2016, Porto Alegre. **Anais do XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**. Porto Alegre: SBC, 2016, 2952 p.

CUKIERMAN, Henrique Luiz. **Yes, nós temos Pasteur**: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.

CULT, Rota. "Museu de Arte do Rio recebe 'Pardo é Papel', a exposição de Maxwell Alexandre". **Rota Cult**, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://rotacult.com.br/2019/11/museu-de-arte-do-rio-recebe-pardo-e-papel-a-exposicao-de-maxwell-alexandre/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. "As Relações Econômicas Brasil - Angola (1975 - 1988)", **Caderno CRH**, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, n. 36, p.137-164, jan./jun. 2002.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

DANIELS, Jessie. Race, Civil Rights, and Hate Speech in the Digital Era. *In*: EVERETT, Anna (org.). **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation series on digital media and learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 129–154.

_____. **Cyber Racism: White Supremacy Online and the New Attack on Civil Rights**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2009 (Perspectives on a multiracial America series).

_____. "Race and racism in Internet Studies: A review and critique", **New Media & Society**, v. 15, n. 5, pp. 695-719, ago. 2013.

D'ÉRCOLE, Ronaldo. "Cerca de 40 milhões de pessoas ingressaram na Classe C, aponta pesquisa da FGV". **O Globo**, 27 jun. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/cerca-de-40-milhoes-de-pessoas-ingressaram-na-classe-aponta-pesquisa-da-fgv-2756988>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PELLE, Rogers Prates; MOREIRA, Viviane P.. Offensive Comments in the Brazilian Web: a dataset and baseline results. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 6., 2017, São Paulo. **Anais do VI Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**. Porto Alegre: SBC, jul 2017.

DEL REY, Vitor. [**Sobre a criação do aplicativo Kilombu**]. Rio de Janeiro, 2020. Entrevista concedida pelo criador do aplicativo Kilombu a Clécio Cardoso Santos em 06 fev. 2020.

DINIZ, Ana Carolina; CORRÊA, Suzana; RODRIGUES, Alexandre; PONTES, Camilla. "Negros avançam nas graduações que mais formam executivos, mas ainda são invisíveis para as empresas". **O Globo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negros-avancam-nas-graduacoes-que-mais-formam-executivos-mas-ainda-sao-invisiveis-para-as-empresas-24756682>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DINIZ, Bruno. "Conversão hipotética dos Réis para o Real". 14 jul. 2021. **Diniz Nunismática**. Disponível em: <<https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DU BOIS, W. E. "Burghardt. Of the Culture of White Folk", **The Journal of Race Development**, v. 7, n. 4, pp. 434–447, 1917.

DUSTER, Troy. "The Combustible Intersection: Genomics, Forensics, and Race". In: NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter (orgs.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012. pp. 310–327.

DUTTA, Mohan J.; BODIE, Graham D.; BASU, Ambar. Health Disparity and the Racial Divide Among the Nation's Youth: Internet as an Equalizer? In: EVERETT, Anna (org.). **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation series on digital media and learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 175–197.

DZIDZIENYO, Anani. **The position of blacks in Brazilian society**. Report nº 7. London: Minority Rights Group, 1971.

EGLASH, Ron; BLEECKER, Julian. "The Race For Cyberspace: Information Technology in the Black Diaspora", **Science as Culture**, v. 10, n. 3, pp. 353-374, set. 2001.

EVERETT, Anna. "The revolution will be digitized: Afrocentricity and the digital public sphere", **Social Text**, v. 20, n. 2, pp. 125–146, 2002.

_____. "On Cyberfeminism and Cyberwomanism: High-Tech Mediations of Feminism's Discontents", **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 1, p. 1278–1286, set. 2004.

_____. Introduction. In: EVERETT, Anna (org.). **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation series on digital media and learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 1–14.

EXTRA. “Ticiane Pinheiro é criticada após dizer que ‘aeroporto virou rodoviária’”. **Extra Online**, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/ticiane-pinheiro-criticada-apos-dizer-que-aeroporto-virou-rodoviaria-23464421.html>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FANTÁSTICO. “Fiscais sofrem ataques ao reprimir aglomerações em bares do Rio; veja flagrantes”. **G1 - O portal de notícias da Globo**, 5 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FEAGIN, Joe R. **Systemic Racism: A Theory of Oppression**. New York: Routledge, 2006.

_____. **The White Racial Frame: Centuries of Racial Framing and Counter-Framing**. New York: Routledge, 2010.

FEITOSA, Paulo Henrique Fidelis. **O Cidadão Codificado: A Digitalização da Cidadania em Bancos de Dados de Interesse Público**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1287491255.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FENCES. Diretor: Denzel Washington. EUA, Canadá: BRON Studios, Escape Artists, MACRO, 2016. (139min)

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, José Carlos. “Conheça a história da engenheira Enedina Alves Marques”. **Gazeta do Povo**, 11 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-a-historia-da-engenheira-enedina-alves-marques-8zvm39hdusiu2rc2hmv4cklq/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FERREIRA, Gianmarco Loures; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. “A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil”. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 201–229, 26 dez. 2018.

FERREIRA, Thais. “Lei 10.639: alunos continuam sem conhecer o básico sobre história e cultura afro-brasileira”. **CartaCapital**, 9 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/lei-10-639-alunos-continuam-sem-conhecer-o-basico-sobre-historia-e-cultura-afro-brasileira/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FLAESCHEN, Hara. "Mulheres negras sofrem mais violência obstétrica". **ABRASCO**, 6 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FOGEL, Joshua *et al.* "Racial/ethnic differences and potential psychological benefits in use of the internet by women with breast cancer", **Psycho-Oncology**, v. 12, n. 2, p. 107–117, mar. 2003.

FOLHA DE S.PAULO. "'Negro de direita', presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica". **Folha de S.Paulo**, 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

G1. "Afrodengo: Grupo de afetividade entre pessoas negras tem quase 50 mil integrantes e é plataforma para unir casais". **G1 - O portal de notícias da Globo**, 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/12/afrodengo-grupo-de-afetividade-entre-pessoas-negras-tem-quase-50-mil-integrantes-e-e-plataforma-para-unir-casais.ghtml>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

G1 RIO. "Página ironiza professora que criticou traje de passageiro no Santos Dumont". **G1 - O portal de notícias da Globo**, 7 fev. 2014a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/pagina-ironiza-professora-que-criticou-traje-de-passageiro-no-santos-dumont.html>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

G1 RIO. "Professora que ironizou advogado no Facebook é afastada de cargo no Rio". **G1 - O portal de notícias da Globo**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/professora-que-ironizou-advogado-no-facebook-e-afastada-de-cargo-no-rio.html>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

G1 RN. "Jornalista diz que médicas cubanas parecem 'empregadas domésticas'". **G1 - O portal de notícias da Globo**, 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GAJJALA, Radhika. **Cyber Selves: Feminist Ethnographies of South Asian Women**. Walnut Creek, CA: Alta Mira Press, 2004.

GODWIN, Mike. **Cyber Rights: Defending Free Speech in the Digital Age**. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

GOLDSMITH, Jack L.; WU, Tim. **Who controls the Internet? illusions of a borderless world**. New York: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Juliana. "Pantera Negra leva 'público exótico' ao Shopping Leblon". **The Intercept**, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/21/pantera-negra-shopping-leblon/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GORDON JUNIOR, Cesar. “Eu já fui preto e sei o que é isso” – História social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n.3-4, pp. 65-78, 1996.

GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason; ZHAO, Shanyang. "Ethno-Racial Identity Displays on Facebook", **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 15, n. 1, pp. 158-188, 2009.

GUEVARA, Ernesto Che. “Que a universidade se pinte de negro, de mulato, de operário, de camponês”. 28 dez. 1959. **UMES**. Disponível em: <<http://www.umes.org.br/index.php/2013-01-30-18-19-45/nossas-bandeiras/36-movimento-estudantil/nossas-bandeiras/eu-quero-outra-escola/265-que-a-universidade-se-pinte-de-negro-de-mulato-de-operario-de-campones>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GULLINO, Daniel. “Governo diz que não há racismo no Brasil, após assassinato de João Alberto em Porto Alegre”. **O Globo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-diz-que-nao-ha-racismo-no-brasil-apos-assassinato-de-joao-alberto-em-porto-alegre-24757759>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HARRISON, C. *et al.* “Stereotypes of Black Male Athletes on the Internet”, **Journal for the Study of Sports and Athletes in Education**, v. 4, n. 2, p. 155–172, jul. 2010.

HERTA, Ítala. [**Sobre a criação da Vale do Dendê**]. Salvador, 2020. Entrevista concedida pela diretora de operações da Vale do Dendê a Clécio Cardoso Santos em 31 jan. 2020.

HICK, Steven F; HALPIN, Edward F; HOSKINS, Eric (Orgs.). **Human Rights and the Internet**. New York: Palgrave Macmillan, 2000.

HOOKS, bell. **Vivendo de Amor**. 9 mar. 2010. **Geledés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

HOSSFELD, Karen J. “Their logic against them”: contradictions in sex, race, and class in Silicon valley. *In*: NELSON, Alondra; TU, Thuy Linh N.; HINES, Alicia Headlam (orgs.). **Technicolor: race, technology, and everyday life**. New York: New York University Press, 2001. p. 34–63

HUM HISTORIADOR. “Cotas Raciais: redes sociais distorcem voto do ministro Joaquim Barbosa”. 25 nov. 2012. **Hum Historiador**. Disponível em: <<https://umhistoriador.wordpress.com/2012/11/25/cotas- raciais-redes-sociais-distorcem-voto-do-ministro-joaquim-barbosa/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE,

2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

IFÉ, Lorena. **[Sobre a criação do grupo Afrodengo]**. Salvador, 2020. Entrevista concedida pela criadora do grupo Afrodengo a Clécio Cardoso Santos em 28 jan. 2020.

ITO, Carol. “Os 45 carnavais do Ilê Aiyê”. **Trip**, 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/vovo-o-fundador-do-bloco-afro-ile-aiye-fala-sobre-carnaval-resistencia-e-racismo>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

JORGE, Cecília. “Primeira Marcha Zumbi, há 10 anos, reuniu 30 mil pessoas”. **EBC**, 13 nov. 2005. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

JORNAL NACIONAL. “Chegam ao Brasil os primeiros cubanos do programa Mais Médicos”. **G1 - O portal de notícias da Globo**, 24 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/08/chegam-ao-brasil-os-primeiros-cubanos-do-programa-mais-medicos.html>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KENDALL, Lori. “OH NO! I’M A NERD!”: Hegemonic Masculinity on an Online Forum. **Gender & Society**, v. 14, n. 2, p. 256–274, abr. 2000.

_____. **Hanging out in the virtual pub: masculinities and relationships online**. Berkeley, CA: University of California Press, 2002.

KVASNY, Lynette; IGWE, C. Frank. “An African American Weblog Community’s Reading of AIDS in Black America”, **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 3, p. 569–592, abr. 2008.

LEONARD, David. “Live in Your World, Play in Ours”: Race, Video Games, and Consuming the Other. **SIMILE: Studies In Media & Information Literacy Education**, v. 3, n. 4, p. 1–9, 1 nov. 2003.

_____. “Not a Hater, Just Keepin’ It Real: The Importance of Race- and Gender-Based Game Studies”, **Games and Culture**, v. 1, n. 1, p. 83–88, jan. 2006.

_____. “Young, Black (& Brown) and Don’t Give a Fuck: Virtual Gangstas in the Era of State Violence”, **Cultural Studies ↔ Critical Methodologies**, v. 9, n. 2, p. 248–272, abr. 2009.

LESSA, Rosângela Souza. **Dor em membros inferiores em trabalhadores da limpeza urbana**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT), Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31717/1/Disserta%20a7%20a30%20Ros%20a2ngela%20Souza%20Lessa.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

LÉVY, Pierre. A invenção do computador. *In*: SERRES, Michel (org.). **Elementos para uma história das ciências**. Lisboa: Terramar, 1996. v. 3.

LIMA, Alberto Jorge Silva de. **Inclusões Digitais e Desenvolvimento Social: Uma Narrativa Sociotécnica Sobre Telecentros, Lan Houses e Políticas Públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1378320697.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LIMA, Arthur. **[Sobre a criação do AfroSaúde]**. Salvador, 2020. Entrevista concedida pelo fundador da plataforma AfroSaúde a Clécio Cardoso Santos em 29 jan. 2020.

LIMA, Dulcilei da Conceição. “Luiza Mahin: história, mito, ficção? Repensando uma figura enigmática”. **Revista África e Africanidades**, ano IV, n. 13, maio 2011. Disponível em: <<https://africaeaficanidades.online/documentos/13052011-08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LOBO, Mory Márcia de Oliveira; FIGUEIREDO, Karen da Silva; MACIEL, Cristiano. A Mobilização de Resistência das Mulheres Negras na Computação e Tecnologias. *In*: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 12., 2018, Natal. **Anais do XII Women in Information Technology**. Porto Alegre: SBC, jul 2018.

LYRIO, Alexandre. “Marcha do Empoderamento Crespo reúne cerca de três mil pessoas em Salvador”. **Jornal Correio**, 8 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/marcha-do-empoderamento-crespo-reune-cerca-de-tres-mil-pessoas-em-salvador/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MACHADO, Roger. **Coletiva Roger Machado - E. C. Bahia: Racismo estrutural**. Youtube, 13 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_ltvioFMUoY>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MACIEL, Cássia Virgínia Bastos; PEREIRA, Lígia dos Santos; SANTOS, Adilson Pereira dos; FRANCO, Nanci Helena Rebouças. **A validação do acesso às Universidades Públicas Brasileiras a partir das comissões de heteroidentificação**. [S. l.: s. n.], 19 maio 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JLhABoRPVqU>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARASCIULO, Marília. “Irmãos Rebouças: quem foram os primeiros engenheiros negros do Brasil”. **Revista Galileu**, 8 set. 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/09/irmaos-reboucas-quem-foram-os-primeiros-engenheiros-negros-do-brasil.html>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MARIE CLAIRE. “Lilian Aragão reclama de público de aeroporto: ‘Parece rodoviária’”. **Revista Marie Claire**, 27 maio 2019. Disponível em:

<<https://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2019/05/lilian-aragao-reclama-de-publico-de-aeroporto-parece-rodoviaria.html>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MÁRIO FILHO. **O negro no futebol brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. (Originalmente publicado em 1947)

MATOS, Ecivaldo S.; DOS SANTOS, Maria José; OLIVEIRA, Juliana M. S.; FERREIRA, Ana Carolina C.; CORLETT, Emilayne F.. Professoras negras na pós-graduação em Ciência da Computação: uma proposta de pesquisa. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 10., 2016, Porto Alegre. **Anais do X Women in Information Technology**. Porto Alegre: SBC, jul 2016, pp. 83-86.

MATOS, Ecivaldo S.; CORLETT, Emilayne F.; FERREIRA, Ana Carolina C.; DOS SANTOS, Juliana Maria Oliveira. Sobre a trajetória de professoras negras na pós-graduação em Ciência da Computação: alguns resultados preliminares. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 11., 2017, São Paulo. **Anais do XI Women in Information Technology**. Porto Alegre: SBC, jul 2017.

MATSUDA, Mari J. *et al.* (Orgs.). **Words That Wound: Critical Race Theory, Assaultive Speech, And The First Amendment**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

MATTOS, Wilson Roberto de. “2003 – O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)”, **Plurais – Revista Multidisciplinar da UNEB**. Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proaf/wp-content/uploads/sites/65/2019/04/CARACTER%C3%8DSTICAS-E-ASPECTOS-INICIAIS-DA-IMPLANTA%C3%87%C3%83O-DO-SISTEMA-DE-COTAS-PARA-NEGROS-NA-UNIVERSIDADE-DO-ESTADO-DA-BAHIA-Wilson-Mattos_2003.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCPHERSON, Tara. I'll Take My Stand in Dixie-Net: White Guys, the South, and Cyberspace. In: KOLKO, Beth E.; NAKAMURA, Lisa; RODMAN, Gilbert B. (orgs.). **Race in Cyberspace**. New York: Routledge, 2000. p. 117–131.

MCPHERSON, Tara. **Reconstructing Dixie: Race, Gender, and Nostalgia in the Imagined South**. Durham, NC: Duke University Press, 2003.

MELANINA. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], 29 set. 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Melanina&oldid=59475698>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MELICAN, Debra Burns; DIXON, Travis L. “News on the Net: Credibility, Selective Exposure, and Racial Prejudice”, **Communication Research**, v. 35, n. 2, p. 151–168, abr. 2008.

MENDES, Cândido. “O resgate e o mito da raça”. **O Globo**, 21 jun. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/o-resgate-o-mito-da-raca-12945355>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MÍDIA NINJA. **O contraste social e racial em duas imagens**. 21 nov. 2017. Facebook: MidiaNINJA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/o-contraste-social-e-racial-em-duas-imagensde-um-lado-formandos-do-curso-de-medi/1022446721246806/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOREIRA, Matheus. “Denúncias de fraudes em cotas raciais levaram a 163 expulsões em universidades federais”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, , seq. Educação, 16 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/08/denuncias-de-fraudes-em-cotas-raciais-levaram-a-163-expulsoes-em-universidades-federais.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MORENO, Ana Carolina. “USP aprova cotas raciais e de escola pública na Fuvest pela primeira vez na história”. **G1**, 4 jul. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/usp-aprova-cotas-raciais-e-de-escola-publica-na-fuvest-pela-primeira-vez-na-historia.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MUKHERJEE, Supantha; CULLIFORD, Elizabeth. “Weaponized” Facebook fails to protect civil rights, audit says. **Reuters**, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-facebook-rights-audit-idUSKBN2491CC>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. 2. ed. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006 (Coleção Viver, Aprender).

NAKAMURA, Lisa. **Digitizing Race: Visual Cultures of the Internet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

NAKAMURA, Lisa. “Don’t Hate the Player, Hate the Game: The Racialization of Labor in World of Warcraft”, **Critical Studies in Media Communication**, v. 26, n. 2, p. 128–144, jun. 2009.

NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter (Orgs.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. (Originalmente publicado em 1977)

NASCIMENTO, Luciano. **Black Money: movimento favorece negócios de pessoas negras**. 20 nov. 2020. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/black-money-movimento-favorece-negocios-de-pessoas-negras>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

NASCIMENTO, Sílvia. “Kilombu: Aplicativo para afro-empresários já tem mais de mil downloads”. **Mundo Negro**, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/kilombu-aplicativo-para-afro-empresarios-ja-tem-mais-de-mil-downloads/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

NELSON, Alondra; HWANG, JEONG WON. Roots and Revelation: Genetic Ancestry Testing and the YouTube Generation. *In*: NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter (orgs.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012. p. 271–290.

NUNES, Pablo. “Exclusivo: levantamento revela que 90,5% dos presos por monitoramento facial no Brasil são negros”. **The Intercept**, 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NUNES, Paulo Rogério. **Oportunidades Invisíveis**. São Paulo: Matrix, 2019.

OLIVEIRA, Taís; LIMA, Dulcilei C. “Mulheres e Tecnologias de Sobrevivência: Economia Étnica e Afroempresariado”. *In*: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s**. New York: Routledge, 1994.

PIERRY, Flávia. “PEC das Domésticas: o que Bolsonaro acertou. E o lado bom que ele ignorou”. **Gazeta do Povo**, Brasília, 30 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/pec-das-domesticas-o-que-bolsonaro-acertou-e-o-lado-bom-que-ele-ignorou-16nyaubxsha30i8ms0hgo4tz1/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PITTI, Stephen J. **The devil in Silicon Valley: Northern California, race, and Mexican Americans**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

PRETALAB. “Quem coda BR”. **Gente**, 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://gente.globo.com/estudo-quem-coda-br/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier**. New York: Harper Perennial, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Léo. “Em 6 anos, pessoas que se dizem pretas aumentam em todo o país”. **Agência Brasil**, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/em-6-anos-pessoas-que-se-dizem-pretas-aumentam-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

RODRIGUES, Rubens. “6 músicas brasileiras que fazem referência ao Pantera Negra, da Marvel”. **Fora da Ordem**, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://blogs.opovo.com.br/foradaordem/2019/03/27/seis-musicas-brasileiras-que-fazem-referencia-a-wakanda-nacao-africana-do-heroi-pantera-negra/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

RONCOLATO, Murilo. **A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil**. 14 jun. 2018. Edusp. Disponível em: <<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 4 jul. 2021.

ROSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. *In*: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SALAS, Javier. “Google conserta seu algoritmo 'racista' apagando os gorilas”. **El País Brasil**, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/tecnologia/1515955554_803955.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTANA, Jorge Luiz. “Enedina Alves Marques: A Trajetória da Primeira Engenheira do Sul do País na Faculdade de Engenharia Do Paraná (1940-1945)”. **Revista Vernáculo**, n. 28, 31 dez. 2011. DOI 10.5380/rv.v0i28.33232. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/33232>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTOS, Clécio Cardoso. “‘Você é engenheiro ou negro?’: Raça e classe no Brasil”. **Revista Tecnologia & Cultura**, Rio de Janeiro, Edição especial em comemoração aos 10 anos do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Cefet/RJ, p. 102–111, 2021.

SANTOS, Débora. “Maioria no STF vota a favor de cotas raciais em universidades”. **G1**, Brasília, seç. Educação, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/maioria-no-stf-vota-favor-de-cotas-raciais-em-universidades.html>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio (org.). **O Preconceito**. São Paulo: IMESP, 1997.

SANTOS, Ynaê Lopes Dos. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SEGURA, Mauro. **A incrível história por trás da música “Pela internet” de Gilberto Gil**. 20 maio 2017. Mauro Segura. Disponível em: <<https://www.maurosegura.com.br/pela-internet-gilberto-gil/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SELWYN, Neil. “Reconsidering Political and Popular Understandings of the Digital Divide”, **New Media & Society**, v. 6, n. 3, p. 341–362, jun. 2004.

SHIH, Johanna. “Circumventing Discrimination: Gender and Ethnic Strategies in Silicon Valley”, **Gender & Society**, v. 20, n. 2, p. 177–206, abr. 2006.

SILVA, Tarcízio. **Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital**: conexões contra a dupla opacidade. In: POLIVANOV, B.; ARAÚJO, W.; OLIVEIRA, C. G.; SILVA, T. Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data. São Paulo: Intercom, 2019.

_____. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais**: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org).. Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020a.

_____. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. **Blog do Tarcízio Silva**, 2020b. Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SILVEIRA, Daniel. “População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE”. **G1**, 24 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

_____. “Em sete anos, aumenta em 32% a população que se declara preta no Brasil”. **G1**, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/em-sete-anos-aumenta-em-32percent-a-populacao-que-se-declara-preta-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Catherine E. “Intentional Infliction of Emotional Distress: An Old Arrow Targets the New Head of the Hate Hydra”, **Denver University Law Review**, v. 80, n. 1, p. 1–58, 2002.

SMITH, Marc A.; KOLLOCK, Peter (Orgs.). **Communities in Cyberspace**. New York: Routledge, 1999.

SOBRAL, André Vinicius Leal. **Ações Coletivas em Rede: Um Estudo de Caso Sobre o Anonymous Rio**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/publicacao/2692.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SOLON, Olivia. “Facebook ignored racial bias research, employees say”. **NBC News**, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/facebook-management-ignored-internal-research-showing-racial-bias-current-former-n1234746>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SOUSA, Bruno. “Entrevista: ‘Negar e silenciar é confirmar o racismo’, diz Roger Machado”. **The Intercept Brasil**, 13 nov. 2019. Disponível em:

<<https://theintercept.com/2019/11/13/entrevista-negar-e-silenciar-e-confirmar-o-racismo-diz-roger-machado/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

STAR, Susan Leigh; RUHLER, Karen. “Steps Toward an Ecology of Infrastructure: Design and Access for Large Information Spaces”. **Information Systems Research**, v. 7, n. 1, p. 111–134, mar. 1996.

STEINFELDT, Jesse A. *et al.* “Racism in the electronic age: Role of online forums in expressing racial attitudes about American Indians”, **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 16, n. 3, p. 362–371, 2010.

TELLES, Edward; PAIXÃO, Marcelo. “Affirmative Action in Brazil”, **LASAFORUM**, v. 44, n. 2, pp. 10-13, 2013.

TEODORO Fernandes Sampaio. *In*: Wikipédia, a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], 19 jun. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teodoro_Fernandes_Sampaio&oldid=61420374>. Acesso em: 27 jul. 2021.

THOMAS, Douglas. *KPK, Inc: race, nation, and emergent culture in online games*. *In*: EVERETT, Anna (org.). **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on digital media and learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 155–174.

TREIGHER, Thamiris. “Conheça a história dos Irmãos Rebouças, os primeiros engenheiros negros do Brasil”. **INBEC Pós-Graduação**, 14 ago. 2018. Disponível em: <<https://inbec.com.br/blog/conheca-historia-irmaos-reboucas-primeiros-engenheiros-negros-brasil>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

TURKLE, Sherry. **Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet**. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

TYNES, Brendesha M.; MARKOE, Suzanne L. “The role of color-blind racial attitudes in reactions to racial discrimination on social network sites”, **Journal of Diversity in Higher Education**, v. 3, n. 1, p. 1–13, 2010.

VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

VIOLA, Kamille. “‘Algoritmos são racistas’, diz fundadora do PretaLab”. **O Globo**, 4 nov. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/algoritmos-sao-racistas-diz-fundadora-do-pretalab-24055646>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

WATKINS, S. Craig. **The young and the digital: what the migration to social-network sites, games, and anytime, anywhere media means for our future**. Boston: Beacon Press, 2009.

WERNECK, Antônio. “Reconhecimento facial falha em segundo dia, e mulher inocente é confundida com criminosa já presa”. **O Globo**, 11 jul. 2019. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/reconhecimento-facial-falha-em-segundo-dia-mulher-inocente-confundida-com-criminosa-ja-presa-23798913>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

WHITE, Michele. **The body and the screen: theories of Internet spectatorship**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006.

WILLIAMS, Dmitri *et al.* "The virtual census: representations of gender, race and age in video games", **New Media & Society**, v. 11, n. 5, p. 815–834, ago. 2009.

ZICKMUND, Susan. Approaching the Radical other: The Discursive Culture of Cyberhate. *In*: JONES, Steve (org.). **Virtual Culture: Identity and Communication in Cybersociety**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997. p. 185–205.

NOTAS DE TRADUÇÃO

- i race and racism persist online in ways that are both new and unique to the Internet, alongside vestiges of centuries-old forms that reverberate both offline and on.
- ii On the one hand, many of our political colleagues seek portraits for the technological underpinnings of race, gender and class domination. On the other hand, many of our technological colleagues seek culture-free portraits of technological progress and prowess. How can we approach science and technology in ways that simultaneously honor both a radical political critique and a technophilic jouissance?
- iii public discussion of race and racism was rare prior to 2001.
- iv would have been surprising to just about anyone at that time.
- v there has been a general tendency toward identity as nonwhite.
- vi “Revving Up Their Computer Power: Now Black Americans Are Outpacing Whites on Online Services” (*Washington Post*, 19 September 1997); “Suddenly, a Boom in Sites Geared toward African Americans” (*Boston Globe*, 2 January 1996); “Laptop over Hip-Hop: The African American Pocket-Protector Crowd Upgrades to the Next Generation” (*San Jose Metro Paper*, 6–12 November 1997); “The Virtual Pie Shop and Other Cyber Dreams: The Inner City Computer Society Promotes the Practical Applications of Technology and the Wonders of the Internet” (*Los Angeles Times*, 12 November 1995); “For the Kids’ Sake: Turn off TV, Turn on PC” (*Los Angeles Sentinel*, 8 August 1996); “Getting Plugged into the Computer Age” (*Los Angeles Sentinel*, 21 September 1995); “At Netnoir, History Is Now” (*Denver Post’s Connectime Magazine*, January 1997); “Seeing a Future with More Blacks Exploring the Internet” (*USA Today*, 20 February 1997); “New Black Cyberhood on the Web” (*American Visions Magazine* [February–March 1997]); “Virtual Community for African-Americans” (*New York Times*, 8 October 1998).
- vii “black technophobia”.
- viii Perhaps our nation’s ongoing ignorance of African American early adoption of and involvement with prior innovative media technologies, such as the printing press, cinema, radio, and, to a lesser extent, video, authorizes much of today’s myopic consideration of black technological sophistication.
- ix technological superiority provided justification for the mythology of genetic differences in intelligence, the means of domination, and the colonial relation which restricted Africans to the position of laborers. But it would be misleading to write a history of technological appropriation in the African diaspora as a simple path of resistance and revolt.
- x the cultures created by a lengthy history of African encounters and exodus.
- xi This myth is particularly ironic in the case of information technologies, given that the binary code appears to have a distinct African origin (Eglash, 1997a). The modern binary code, essential to every digital circuit from alarm clocks to super-computers, was first introduced by Leibnitz around 1670. Leibnitz had been inspired by the binary-based ‘logic machine’ of Raymond Lull, which was in turn inspired by the alchemists’ divination practice of geomancy (Skinner, 1980). But geomancy is clearly not of European origin. It was first introduced there by Hugo of Santalla in 12th century Spain, and Islamic scholars had been using it in North Africa since at least the 9th century, where it was first documented in written records by the Jewish writer Aran ben Joseph. The nearly identical system of divination in West Africa associated with Fa and Ifa was first noted by Trautmann (1939), but he assumed that geomancy originated in Arab society, where it is known as ilm al-raml (‘the science of sand’).

-
- xii Unlike Europe, India, and Arabic cultures, base 2 calculation is ubiquitous in Africa, even for multiplication and division. Doubling is a frequent theme in many other African knowledge systems, particularly divination. The African origin of geomancy—and thus, via Lull and Leibnitz, the binary code—is well supported.
- xiii The fact that Africans already had many technologies to begin with, and thus some of the supposed appropriations may have had African influences in their own histories of invention.
- xiv a general presumption of black nonparticipation in the incipient technosphere.
- xv Early in Internet studies, race was identified as an important variable for predicting access and use of computers. In an initial study conducted by the Census Bureau under the direction of the US National Telecommunications and Information Administration, African-Americans were found to have lower rates than whites in both computer equipment ownership and telephone service (NTIA, 1995). This finding was highly publicized and quickly became known as ‘the digital divide,’ and launched a subfield of research within Internet studies relating to race.
- xvi Mobile phones enabled with Internet access are approaching ubiquity and, with that, bridging some of the divides noted in an earlier era.
- xvii Cell phone ownership is higher among African-Americans and Latinos than among whites (87% versus 80%).
- xviii The history of race in America has been written as if technologies scarcely existed, and the history of technology as if it were utterly innocent of racial significance.
- xix why programmers chose such signifiers that hark back to our nation’s ignominious past.
- xx the manual labor of cleaning their offices and assembling circuit boards is done by immigrants and outsourced labor, often women living in the global South.
- xxi People use the Internet to both form and reaffirm individual racial identity and seek out communities based on race and racial understandings of the world.
- xxii Concepts that once may have seemed to be an agreed-upon cultural value, such as ‘racial equality’ or ‘diversity,’ are now fought over online in ways previously unimagined as white supremacist groups urge members to edit Wikipedia pages while progressive anti-racists try and counter these efforts with their own edits.
- xxiii this disjuncture between a European human rights framework and the absolutist US framework effectively sets up a haven for hate speech, as what is illegal in Europe is most likely accepted in the states.
- xxiv especially dire consequences for young black and brown men who are most often the target of the system one scholar refers to as ‘the New Jim Crow’.
- xxv all of Us who are “normal” into one “imagined community”; and it sends into symbolic exile all of Them – The Others – who are in some way different – beyond the pale.
- xxvi as honorary or approximate whites in a way that obscures their actual oppression and position as material labor base rather than as privileged consumers of Internet- and IT-based services and media.
- xxvii Until we can better ensure that our tools will not be used inappropriately, we are disabling the option that permits advertisers to exclude multicultural affinity segments from the audience for their ads.

-
- xxviii the social network has not done enough to protect users from discrimination, falsehoods and incitement to violence.
- xxix really important process for our company.
- xxx What has become increasingly clear is that we have a long way to go.
- xxxi Facebook proactively took down a higher proportion of hate speech against white people than was reported by users, indicating that users didn't find it offensive enough to report but Facebook deleted it anyway. In contrast, the same tools took down a lower proportion of hate speech targeting marginalized groups including Black, Jewish and transgender users than was reported by users, indicating that these attacks were considered to be offensive but Facebook's automated tools weren't detecting them.
- xxxii disproportionately defend white men.
- xxxiii The world treats Black people differently from white people. [...] If we are treating everyone the same way, we are already making choices on the wrong side of history.
- xxxiv They have a blind spot to the needs to protect people and unfortunately, far too often, they conflate issues related to civil rights with partisanship. Defeating hate isn't a partisan question.
- xxxv Ours is a world that is both everywhere and nowhere, but it is not where bodies live. We are creating a world that all may enter without privilege or prejudice accorded by race, economic power, military force, or station of birth.
- xxxvi evoked the language of exploration and discovery (e.g., 'discovering racial identity in a Usenet group').
- xxxvii a longstanding struggle against white domination marked by slavery, segregation, the great migration, the civil rights movement and the black power movement.
- xxxviii when the scholarship on racial identity is viewed in the broader context of the field of Internet studies, a field that is silent on that longstanding struggle and generally unaware of white domination, it takes on a different valance. Viewed from that vantage point, the excellent work on racial identity is marked as outside the central theoretical concerns of the field, and it is left to 'minority participants' to give voice to their experience of racial identity in cyberspace. In other words, they are asked to perform the spectacle of the Other about the experience of people of color online and off.
- xxxix the fact that the field of race and Internet studies is undertheorized.
- xi the socio-historical process by which racial categories are created, inhabited, transformed, and destroyed.
- xli a set of erratic beliefs that may lead racist actors to develop "attitudes" (prejudice) against the group(s) they conceive as inferior, which may ultimately lead them to "act" (discriminate) against the stereotyped group(s).
- xlii The reality is that in the networked society (Castells, 1997) racism is now global (Daniels, 2008a, 2009a; Back, 2002), as those with regressive political agendas rooted in white power connect across national boundaries via the Internet, a phenomenon that runs directly counter to Omi and Winant's conceptualization of the State as a primary structural agent in racial formation.
- xliii Perhaps when early white Netizens were arguing that cyberspace was 'color-blind,' what they really meant was that they desperately wanted a place where they didn't have to think about, look at or talk about racial differences.

-
- xliv has boasted much. Neither Roman nor Arab, Greek nor Egyptian, Persian nor Mogul ever took himself and his own perfectness with such disconcerting seriousness as the modern white man.
- xlv cultural values are transmitted through Internet content, we can draw on DuBois' observations about Black and White culture to evaluate Internet content.
- xlvi the much vaunted "freedom" to shed the "limiting" markers of race and gender on the Internet is illusory, and that in fact it masks a more disturbing phenomenon—the whitening of cyberspace.
- xlvii Part of what is needed here [...] is a strong theoretical framework that acknowledges the persistence of racism online while simultaneously recognizing the deep roots of racial inequality in existing social structures that shape technoculture.
- xlviii Taking the long view of white Americans' interactions with and treatment of people of color, Feagin's articulation of systemic racism includes the many exploitative and discriminatory practices of whites, the unjustly gained resources and the power for whites demonstrated in the hierarchy linking 'race' and material well-being, the many racial images and narratives that fall under the umbrella of the white racial frame (Bonilla-Silva, 1997; Feagin, 2010; Feagin and Elias, 2012). Throughout this long socio-historical development, he argues, a powerful white racial frame has been established that reinforces and perpetuates the beliefs and practices of systemic racism.
- xlix the field of Internet studies entranced by the spectacle of the Other, denying racism and unable to see its own whiteness.
- I the burden of noticing race on the Internet has been left to Internet researchers who are people of color, reinforcing what Stuart Hall refers to as the 'spectacle of the Other.' This is not in any way to disparage that research or those researchers, but rather to shed light on the preponderance of research about the Internet done by white people that rarely acknowledges the salience of race but instead clings to a fantasy of a color-blind web.